

M

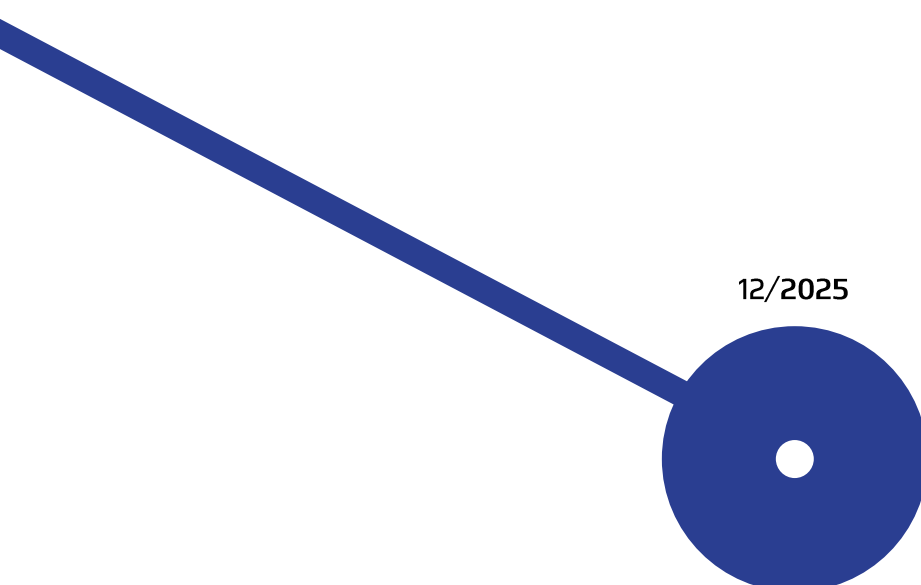
MESTRADO

Administração de Organizações Educativas Mestrado

O contributo do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria na prestação do serviço educativo

Ricardo Jorge Coelho dos Santos Silva

12/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Ricardo Jorge Coelho dos Santos Silva

O contributo do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria na prestação do serviço educativo

Mestrado em Administração das Organizações Educativas

Orientação: Prof^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira

12/2025

Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Ricardo Jorge Coelho dos Santos Silva

O contributo do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria na prestação do serviço educativo

Mestrado em Administração das Organizações Educativas

Orientação: Prof^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira

12/2025

AGRADECIMENTOS

Este projeto é o finalizar de um percurso de aprendizagem que exigiu de mim um enorme esforço para conciliar a vida pessoal e profissional, de forma a abraçar este desafio académico.

Agradecer ao coordenador do Mestrado em Administração das Organizações Educativas, o Professor Doutor João Paulo Delgado, e a todos os professores que me acompanharam nestes dois anos de trabalho.

À minha orientadora, Professora Doutora Paula Cristina Romão Pereira, pela sua orientação, sempre presente com uma atitude motivadora, competente e disponível.

Aos meus colegas de mestrado, pelo apoio ao longo destes dois anos, onde construímos um conhecimento baseado na partilha.

Um agradecimento especial à comunidade escolar do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Vila do Conde, pela receptividade que demonstraram na participação deste projeto.

Também um agradecimento especial, aos meus filhos, Pedro e Francisco, por entenderem as minhas ausências.

Em último, mas, sem dúvida alguma, o agradecimento mais importante, à minha querida esposa, Adriana Silva, que esteve sempre do meu lado e, mesmo nos momentos mais difíceis, conseguia ter sempre palavras de alento e de motivação, dando-me todo o tempo que precisei para percorrer este caminho académico; foi o meu grande alicerce.

RESUMO ANALÍTICO

A Autoavaliação é um processo essencial de gestão, regulação e desenvolvimento organizacional, que permite à escola refletir sobre o seu funcionamento, identificar fragilidades e potenciar os seus pontos fortes, assumindo-se como um motor de melhoria contínua.

Procuramos, com a concretização deste projeto, compreender o contributo do processo de Autoavaliação para a melhoria da prestação do serviço educativo no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Vila do Conde.

O projeto assenta num quadro teórico onde se define a escola como organização educativa, o enquadramento legal da avaliação em Portugal, a articulação entre Avaliação Externa das Escolas (AEE) e Autoavaliação, reforçada pelos referenciais da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC). O enquadramento teórico mostra que a AEE permite uma visão externa e comparativa e a Autoavaliação leva à reflexão interna e à transformação efetiva das práticas pedagógicas e organizacionais.

A investigação adota uma abordagem quantitativa, desenvolvida através de um estudo de caso no Agrupamento de escola D. Pedro IV, recorrendo à análise documental e à utilização de inquéritos por questionário, envolvendo os diferentes intervenientes educativos: docentes, coordenadores, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais e alunos do 1.º e 3.º ciclos.

A análise documental dos relatórios de Autoavaliação demonstra um predomínio de dados quantitativos e descritivos, com reduzida análise crítica e poucas propostas de ação.

Os resultados mostram que o processo de Autoavaliação é reconhecido como relevante, mas é visto como burocrático e pouco transformador, devido à falta de articulação entre os diferentes intervenientes e à limitada integração dos resultados nos planos de melhoria.

Observa-se, contudo, uma crescente consciencialização da importância da participação e do diálogo entre os membros da comunidade educativa.

A Autoavaliação só contribuirá verdadeiramente para a melhoria da escola quando for entendida não como mera obrigação administrativa, mas como um processo contínuo de aprendizagem organizacional, capaz de gerar mudança, inovação e qualidade educativa.

Palavras-chave: Autoavaliação; Avaliação Externa; Melhoria Contínua.

ABSTRACT

Self-evaluation is an essential process of management, regulation, and organizational development that allows the school to reflect on its functioning, identify weaknesses, and enhance its strengths, establishing itself as a driver of continuous improvement.

With the implementation of this project, we seek to understand the contribution of the Self-evaluation process to improving the delivery of educational services in the D. Pedro IV School Cluster, in Vila do Conde.

The project is based on a theoretical framework that defines the school as an educational organization, outlines the legal framework for evaluation in Portugal, and examines the relationship between External School Evaluation (ESE) and Self-evaluation, reinforced by IGEC guidelines. The theoretical framework shows that ESE provides an external and comparative perspective, while Self-evaluation promotes internal reflection and the effective transformation of pedagogical and organizational practices.

The research adopts a quantitative approach, developed through a case study in the D. Pedro IV School Cluster, using document analysis and questionnaire surveys involving various educational stakeholders: coordinators, teachers, administrative and operational staff, and students from the 1st and 3rd cycles.

Document analysis of the Self-evaluation reports shows a predominance of quantitative and descriptive data, with limited critical analysis and few action proposals.

The results show that the self-evaluation process is recognized as relevant but is seen as bureaucratic and not very transformative, due to the lack of coordination between the different stakeholders and the limited integration of the results into improvement plans.

There is, however, growing awareness of the importance of participation and dialogue among members of the educational community.

Self-evaluation will only truly contribute to school improvement when it is understood not as a mere administrative obligation but as a continuous process of organizational learning capable of generating change, innovation, and educational quality.

Keywords: Self-evaluation; External Evaluation; Continuous Improvement.

LISTA DE ACRÓNIMOS

AEE	Avaliação Externa das Escolas
CNE	Conselho Nacional da Educação
IGE	Inspeção Geral de Educação
IGEC	Inspeção Geral de Educação e Ciência
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Resultados dos alunos 1.ºCiclo.....	35
Tabela 2	Resultados dos alunos 3.ºCiclo.....	36
Tabela 3	Resultados dos Assistentes Operacionais.....	38
Tabela 4	Resultados dos Assistentes Técnicos.....	40
Tabela 5	Docentes – Conhecimento do Processo de Autoavaliação.....	46
Tabela 6	Docentes – Envolvimento e Participação.....	47
Tabela 7	Docentes – Impactos e Resultados.....	48
Tabela 8	Docentes – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é ”	49
Tabela 9	Docentes – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”	50
Tabela 10	Docentes – Fatores que afetam a Autoavaliação.....	51
Tabela 11	Coordenadores de Estabelecimento – Conhecimento do Processo de Autoavaliação.....	53
Tabela 12	Coordenadores de Estabelecimento – Envolvimento e Participação.....	54
Tabela 13	Coordenadores de Estabelecimento – Impactos e Resultados.....	55
Tabela 14	Coordenadores de Estabelecimento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é ”	56
Tabela 15	Coordenadores de Estabelecimento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”	57
Tabela 16	Coordenadores de Estabelecimento – Fatores que afetam a Autoavaliação.....	58
Tabela 17	Coordenadores de Departamento – Conhecimento do Processo de Autoavaliação.....	59
Tabela 18	Coordenadores de Departamento – Envolvimento e Participação.....	60
Tabela 19	Coordenadores de Departamento – Impactos e Resultados.....	61
Tabela 20	Coordenadores de Departamento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é ”	62
Tabela 21	Coordenadores de Departamento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”	63
Tabela 22	Coordenadores de Departamento – Fatores que afetam a Autoavaliação....	64
Tabela 23	Diretores de Turma – Conhecimento do Processo de Autoavaliação.....	65

Tabela 24	Diretores de Turma – Envolvimento e Participação.....	66
Tabela 25	Diretores de Turma – Impactos e Resultados.....	67
Tabela 26	Diretores de Turma – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”.....	68
Tabela 27	Diretores de Turma – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”.....	69
Tabela 28	Diretores de Turma – Fatores que afetam a Autoavaliação.....	70
Tabela 29	Outros cargos – Conhecimento do Processo de Autoavaliação.....	71
Tabela 30	Outros cargos – Envolvimento e Participação.....	72
Tabela 31	Outros cargos – Impactos e Resultados.....	73
Tabela 32	Outros cargos – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”.....	74
Tabela 33	Outros cargos – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”...	75
Tabela 34	Outros cargos – Fatores que afetam a Autoavaliação.....	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Ciclos de avaliação.....	12
Figura 2	Fases da Autoavaliação IGEC.....	19
Figura 3	Fases do processo de Autoavaliação.....	19
Figura 4	Recolha de informação.....	20
Figura 5	Fases da Autoavaliação Figueiredo (2003).....	21
Figura 6	Ciclo Contínuo de Avaliação para a Melhoria.....	25
Figura 7	Alunos 1.º Ciclo – Intervenientes no processo de Autoavaliação.....	36
Figura 8	Alunos 3.º Ciclo – Intervenientes no processo de Autoavaliação.....	37
Figura 9	Assistentes Operacionais – Tempo de serviço no Agrupamento.....	38
Figura 10	Assistentes Operacionais – Intervenientes no processo de Autoavaliação..	39
Figura 11	Assistentes Técnicos – Intervenientes no processo de Autoavaliação.....	41
Figura 12	Docentes – Género.....	42
Figura 13	Docentes – Idade.....	42
Figura 14	Docentes – Habilitações.....	43
Figura 15	Docentes – Situação profissional.....	43
Figura 16	Docentes – Tempo de serviço em 31/08/2024.....	44
Figura 17	Docentes – Tempo de serviço em 31/08/2024 no Agrupamento.....	44
Figura 18	Docentes – Desempenho de cargos.....	45
Figura 19	Docentes – Cargos desempenhados	45
Figura 20	Docentes – Nível de escolaridade lecionado.....	46
Figura 21	Docentes – Intervenientes no processo de Autoavaliação.....	52

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico.....	2
1.1. Escola como organização educativa.....	2
1.2. Enquadramento legal e normativo da avaliação nas escolas.....	4
1.3. Avaliação institucional.....	8
1.4. Avaliação externa das escolas.....	11
1.5. Autoavaliação.....	15
2. Metodologia.....	27
2.1. Formulação e delimitação do problema.....	27
2.2. Relevância e razões da escolha do tema.....	27
2.3. Contexto do problema.....	29
2.4. Objetivos do trabalho.....	30
2.5.1. Objetivo geral.....	30
2.5.2. Objetivos específicos.....	30
2.5. Questões de investigação.....	30
2.6. Opções metodológicas e sua justificação.....	31
2.7. Técnicas de recolha de dados.....	32
2.8. Público-alvo.....	33
2.9. Técnicas de tratamentos de dados.....	33
3. Apresentação dos resultados.....	35
3.1. Resultados referentes aos alunos.....	35
3.1.1. Alunos – 1.º Ciclo.....	35
3.1.2. Alunos – 3.º Ciclo.....	36
3.2. Resultados referentes aos Assistentes Operacionais.....	38
3.3. Resultados referentes aos Assistentes Técnicos.....	40
3.4. Resultados referentes aos docentes.....	41
3.4.1. Docentes em geral.....	41
3.4.2. Lideranças intermédias.....	53
3.4.2.1 Coordenadores de Estabelecimento.....	53

3.4.2.2	Coordenadores de Departamento.....	59
3.4.2.3	Diretores de turma (2.º e 3.º Ciclos)	65
3.4.2.4	Outros Cargos e funções.....	71
3.5.	Análise Documental.....	77
4.	Discussão e interpretação dos resultados.....	78
4.1.	Perceção dos diferentes atores educativos.....	78
4.1.1.	Alunos.....	78
4.1.2.	Assistentes Operacionais.....	79
4.1.3.	Assistentes Técnicos.....	79
4.1.4.	Docentes e lideranças intermédias.....	80
4.1.4.1	Docentes em geral.....	80
4.1.4.2	Coordenadores de Estabelecimento.....	81
4.1.4.3	Coordenadores de Departamento.....	82
4.1.4.4	Diretores de turma (2.º e 3.º Ciclos)	82
4.1.4.5	Outros Cargos e funções.....	83
4.1.4.6	Síntese.....	83
4.2.	Conhecimento do processo de Autoavaliação.....	84
4.3.	Envolvimento e Participação.....	84
4.4.	Impactos e Resultados.....	85
4.5.	Finalidades da Autoavaliação.....	86
4.6.	Fatores que afetam a Autoavaliação.....	86
4.7.	Síntese.....	87
4.8.	Análise Documental.....	88
5.	Conclusões.....	89
6.	Plano de Ação.....	91
7.	Bibliografia.....	110
8	Apêndices.....	115
9.	Anexos.....	127

INTRODUÇÃO

A avaliação das escolas tem assumido, nas últimas décadas, um papel importante nas políticas educativas nacionais e internacionais, sendo um instrumento utilizado para a regulação/responsabilização e melhoria da qualidade do ensino. A Autoavaliação apresenta-se como um processo interno e participativo, que permite promover a reflexão coletiva sobre as práticas pedagógicas, a organização e os resultados, permitindo às escolas identificar pontos fortes, fragilidades e áreas de desenvolvimento.

Este projeto, denominado "*O contributo do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria na prestação do serviço educativo*", tem como objetivo principal compreender de que forma a Autoavaliação contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do serviço educativo e para o desenvolvimento organizacional do mesmo. O estudo caso enquadra-se no contexto do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, que, após o terceiro ciclo de Avaliação Externa das Escolas (AEE), foi classificado como "Suficiente" neste domínio. Esta situação revela uma necessidade urgente em reforçar a articulação entre as práticas de avaliação e a evolução efetiva das práticas pedagógicas, administrativas e organizacionais.

A metodologia utilizada na investigação é caracterizada por ser uma abordagem quantitativa, com a aplicação de questionários junto de diferentes intervenientes da comunidade educativa do Agrupamento e análise documental.

Este estudo procura contribuir para uma reflexão aprofundada sobre o papel da Autoavaliação enquanto processo de desenvolvimento e melhoria do Agrupamento, reforçando a importância da participação, da partilha e da construção do conhecimento como pilares de uma cultura educativa e organizacional orientada para a qualidade. Simultaneamente, assume um propósito científico, procurando compreender criticamente o significado e o impacto da Autoavaliação no contexto da gestão escolar, enquanto instrumento de regulação, transformação e consolidação de práticas que promovem uma educação mais eficaz e equitativa.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA

A sociedade atual é reconhecida como uma sociedade organizacional, na qual o dia-a-dia das pessoas está associado a múltiplas organizações – desde associações desportivas, culturais, religiosas e educativas. Existem diversas definições de organização. Entre as várias conceções propostas na literatura, destaca-se a de Ferreira et al. (2001), que define organização como “um conjunto de dois ou mais indivíduos inseridos numa estrutura aberta ao meio externo, atuando em conjunto e de modo coordenado para atingir objetivos” (p.21).

A escola, enquanto organização educacional, tem uma estrutura e processos organizacionais orientados para o cumprimento dos seus objetivos educativos. É uma organização não lucrativa e com fins educativos e sociais, tendo como função principal promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e participativa. Desempenha, assim, um papel essencial na sociedade, fornecendo educação e preparando os alunos para o futuro.

Segundo Lima (2011)

Compreender a escola, como organização educativa especializada, exige a consideração da sua historicidade, enquanto unidade social artificialmente construída, e das suas especificidades em termos de políticas e objetivos educacionais, de tecnologias pedagógicas e de processos didáticos, de estruturas de controlo e de coordenação do trabalho discente. (p. 15)

A escola apresenta várias características semelhantes a outras organizações:

- Missão e objetivos: possui uma missão educacional e objetivos específicos, como oferecer educação de qualidade e promover o desenvolvimento integral dos alunos;
- Estrutura organizacional: integra uma hierarquia que inclui o Ministério da Educação, a Direção, os docentes, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais e alunos – cada grupo com funções definidas;
- Recursos humanos e materiais: mobiliza professores e funcionários, bem como recursos materiais: salas de aula, bibliotecas, tecnologias e laboratórios;
- Processos e procedimentos: dispõe de processos de planeamento, ensino, avaliação e registo, que asseguram a sua operacionalização;

- Comunicação interna e externa: mantém canais de comunicação entre os vários níveis hierárquicos e com a comunidade;
- Cultura organizacional e avaliação: desenvolve valores, normas e práticas, que moldam o clima escolar e orientam a sua identidade institucional;
- Melhoria contínua: implementa mecanismos de avaliação e autorregulação, que visam o aperfeiçoamento constante das práticas educativas.

Considerando a presença destas características, a escola enquadra-se na definição de organização. Para Lima (1998), “o carácter organizacional da escola é considerado e não se pode dizer que a afirmação de que a escola é uma organização mereça contestação” (p. 63). Esta perspetiva é partilhada na sociologia das organizações escolares, que reconhece a escola como uma estrutura social complexa, com finalidades próprias, processos específicos e uma dinâmica interna, que reflete tanto as políticas educativas como as interações entre a comunidade escolar.

Contudo, a escola apresenta características próprias dentro da definição conceptual de organização. Segundo Cabral (2014), “a escola é uma organização complexa, na qual se cruzam múltiplas lógicas de ação, que influenciam os processos e os resultados escolares” (p. 151). Na escola, encontram-se as dimensões pedagógicas, administrativas e institucionais. A interação das mesmas são importantes para esta atingir os objetivos a que se propõe.

A escola, enquanto organização educativa, apresenta uma enorme complexidade estrutural e funcional, influenciada por diversos fatores, o que leva à necessidade de reconhecer a sua estrutura e os fatores que a influenciam. Torna-se importante a existência de mecanismos formais que orientem, regulem e promovam a qualidade da prestação das escolas na comunidade educativa. Neste contexto, a Autoavaliação surge como um instrumento fundamental de regulação interna, permitindo à escola refletir sobre o seu funcionamento, identificar pontos fortes e áreas de melhoria e, conseqüentemente, apresentar processos contínuos de melhoria, quer educativa, quer organizacional.

É essencial analisar o enquadramento legal e normativo da avaliação das escolas, enquanto instrumento de regulação, melhoria contínua e prestação de contas no sistema educativo.

Nesta perspetiva, a escola, enquanto organização educativa, não se pode limitar a cumprir formalmente procedimentos, sob pena de se afastar da sua missão de promover mudança e desenvolvimento. É precisamente esta tensão entre uma lógica burocrática e uma

lógica transformadora que está no centro da problemática deste estudo, ao analisar de que modo o processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV tem contribuído para a melhoria efetiva da organização.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL E NORMATIVO DA AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS

Nas últimas décadas, particularmente desde o início do século XXI, as políticas educativas europeias têm sofrido profundas transformações, verificando-se o aparecimento de novos modos de regulação, tanto a nível nacional, como internacional. Este padrão está associado à crescente influência de instituições como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que têm desempenhado papéis significativos na formulação e disseminação de políticas educativas orientadas para a qualidade e a equidade da aprendizagem.

A globalização, apoiada em dispositivos político-económicos, contribui para a consolidação de uma economia global, sustentando e promovendo um modelo universal de educação e sociedade. Esta situação influencia a interação entre educação e mercado e o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais, levando os governos a repensar a definição das políticas educativas e atribuindo à avaliação um papel central nesse processo. Portugal acompanha esta tendência, integrando as orientações e recomendações internacionais nos seus próprios processos de regulação e melhoria das políticas educativas, o que se reflete na valorização crescente da avaliação das escolas como instrumento de qualidade e accountability.

A avaliação, com diferentes objetivos, ganha importância como instrumento de gestão e legitimação das políticas educativas públicas, sendo associada à promoção da qualidade e à garantia da excelência dos sistemas de ensino. Este movimento é caracterizado por Ball (2002) como “uma instável, irregular, mas, aparentemente, imparável torrente de ideias reformadoras, que tem vindo a reorientar sistemas de educação com percursos e histórias muito diferentes, em situações sociais e políticas diversas” (p. 3). Em Portugal, autores como Afonso (2012) e Barroso (2005) têm analisado criticamente estas dinâmicas, evidenciando como a avaliação se tornou um dispositivo central de regulação das políticas educativas, articulando lógicas de prestação de contas e melhoria institucional.

Paralelamente a este processo de globalização e homogeneização das políticas educativas, surgem perspectivas que valorizam a descentralização e a responsabilização local. Correia et al. (2011) sintetizam três grandes tendências das “novas” políticas educativas a partir da década de 1990:

- a redefinição da escola como instituição central, à qual são atribuídas missões anteriormente pertencentes a outras entidades;
- a valorização de uma lógica de mercado, que naturaliza a ideia de que a regulação da escola deve obedecer a princípios competitivos típicos do capitalismo;
- a defesa de que esse modelo de regulação assegura a qualidade educativa. (p. 38)

Estas mudanças traduzem-se num interesse das políticas pela avaliação das escolas. A escola é reconhecida como um “espaço privilegiado de coordenação e regulação do sistema de ensino e como lugar estratégico para a sua mudança” (Barroso, 1996, p. 9). Neste contexto, em 2006, Barroso introduz o conceito de “regulação à distância”, através do qual o Estado exerce controlo e orientação sobre as escolas, sem intervir diretamente na sua gestão, recorrendo a instrumentos como a avaliação, a contratualização e os indicadores de desempenho, que reforçam a responsabilização e a prestação de contas das instituições educativas.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, já previa, no ponto 1 do artigo 52.º, que “o sistema educativo deve ser objeto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspetos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural”. Contudo, como referem Alaíz et al. (2003), apesar desta referência, a escola não é considerada, neste diploma, como unidade central de mudança e inovação, o que justifica, inicialmente, o papel secundário atribuído à avaliação das escolas. Nesta fase, a avaliação incide predominantemente sobre o sistema educativo no seu conjunto, privilegiando uma lógica macro de análise e controlo, em detrimento da valorização das unidades escolares como espaços autónomos de regulação e melhoria.

Ainda assim, a LBSE introduz a responsabilidade pela avaliação do sistema educativo, de acordo com dos artigos 52.º e 53.º, sendo esta atribuída à inspeção escolar, que “goza de autonomia no exercício da sua atividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objetivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar”.

Apenas mais tarde, com o desenvolvimento de políticas educativas orientadas para a melhoria contínua e a participação das escolas nos seus próprios processos de regulação, a Autoavaliação ganha relevo como uma dimensão formativa e reflexiva, promovendo a aprendizagem organizacional e o aperfeiçoamento das práticas educativas.

O desenvolvimento da avaliação das escolas, enquanto prática sistematizada e regulamentada, só se concretiza com a publicação da Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, a qual marca formalmente a introdução da Autoavaliação no quadro legislativo nacional. Esta legislação define os objetivos e a estrutura do sistema de avaliação das escolas não superiores e distingue duas modalidades: a Autoavaliação, prevista no artigo 6.º, como “obrigatória, desenvolvida em permanência, com o apoio da administração educativa”, e a AEE, conforme o artigo 8.º, a realizar “no plano nacional ou por área educativa”, baseada na “aferição de conformidade normativa das atuações pedagógicas e didáticas e de administração e gestão, bem como de eficiência e eficácia das mesmas”. Segundo o artigo 8.º-A, essa AEE é efetuada por equipas constituídas por trabalhadores do Ministério da Educação e Ciência e por peritos externos.

A administração central confiou à IGEC a responsabilidade pela AEE, de forma a garantir o controlo, auditoria e fiscalização do funcionamento do sistema educativo, desde a educação pré-escolar.

Estas orientações enquadram-se numa política de consolidação de uma cultura de avaliação, assumida como prioridade governamental. O Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de maio, criou um grupo de trabalho responsável por propor modelos de avaliação (AEE e Autoavaliação) e definir procedimentos para a generalização destas práticas, com o objetivo de promover a qualidade e reforçar a autonomia das escolas.

No seguimento destas políticas, o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, posteriormente revisto pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, veio reformular o regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas, reconhecendo a avaliação como instrumento essencial para a consolidação da autonomia institucional. Este decreto estabelece três objetivos principais:

1. Reforçar a participação das famílias e da comunidade na definição das estratégias das escolas;
2. Consolidar a liderança e a autonomia das instituições educativas;

3. Implementar um regime de prestação de contas mais eficaz, promovendo mecanismos de regulação e controlo pela comunidade educativa.

O mesmo diploma introduz alterações significativas na estrutura organizacional das escolas, com a criação de órgãos de gestão colegial, nomeadamente o Conselho Geral e a figura do Diretor, que passam a assumir papéis centrais na definição das orientações estratégicas, na liderança pedagógica e na promoção da qualidade educativa. Estes órgãos reforçam a dimensão participativa e a corresponsabilização da comunidade educativa, articulando a autonomia das escolas com uma lógica de avaliação.

O artigo 9.º, alínea c), introduz o Relatório de Autoavaliação como instrumento que permite identificar o grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo e avaliar as atividades desenvolvidas, a organização e gestão da escola, os resultados escolares e o serviço educativo prestado. O relatório de Autoavaliação assume-se como o documento-síntese obrigatório em cada ciclo de planeamento, constituindo uma referência fundamental para a reflexão interna e a definição de estratégias de melhoria contínua.

Neste contexto, em que a avaliação das escolas se inscreve num quadro normativo complexo e multifacetado, é importante olhar para avaliação institucional, compreendendo as suas finalidades, dinâmicas e implicações no funcionamento das organizações escolares. A avaliação institucional surge, assim, como instrumento central na promoção da qualidade educativa e na consolidação da autonomia, sendo essencial refletir sobre os seus fundamentos, modelos e práticas no seio das instituições de ensino. Mais do que uma obrigação legal, a Autoavaliação deve ser entendida como um processo formativo e participativo, orientado para a aprendizagem organizacional e a melhoria contínua das práticas educativas, promovendo uma cultura de reflexão e corresponsabilização dentro da escola.

Neste quadro de regulação, a Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV não pode ser entendida apenas como resposta às exigências legais, mas deve ser analisada à luz da literatura que alerta para os riscos de uma avaliação centrada na prestação de contas e pouco orientada para a transformação das práticas (Afonso, 2012; Barroso, 2005). Assim, a classificação de "Suficiente" no domínio da Autoavaliação, atribuída no terceiro ciclo da AEE, constitui um indicador concreto de que o processo, embora formalmente implementado, não tem, ainda, assumido plenamente a função reguladora e formativa que a legislação e os autores lhe atribuem.

1.3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Existe um certo tabu em relação à Avaliação Institucional: é um assunto que muitos temem, alguns consideram difícil, outros acham que é politicamente proibido. Estas relações dificultam a construção de um processo avaliativo confiável, voltado para a qualidade do ensino, a recuperação da dignidade profissional do educador e a autonomia da escola. (Fernandes, 2007, p. 15)

Esta desconfiança na avaliação institucional representa um obstáculo em muitas escolas, onde persiste o receio de exposição e de julgamento, dificultando a consolidação de uma cultura de confiança, partilha e melhoria contínua.

Ao associar a avaliação às preocupações com a melhoria dos processos e das relações psicossociais, Dias Sobrinho (2000) afasta a avaliação da lógica de “punições e recompensas”, desdramatizando um processo que gera tensão entre avaliadores e avaliados. Como alerta Ventura (2006, p. 156), essa tensão pode transformar a avaliação num jogo “do gato e do rato”, em que cada tentativa de controlo gera dispositivos de resistência e revolta. Nestas circunstâncias, corre-se o risco de a avaliação se transformar numa prática meramente formal, centrada no cumprimento de exigências externas, que perde o seu potencial formativo e deixa de promover a reflexão crítica e a melhoria efetiva das práticas institucionais.

Dias Sobrinho (1995) afirma que:

A qualidade não está nos fragmentos, na separação, mas sim na integração, nas relações de conjunto; não se trata de avaliar isoladamente conhecimentos, docentes individuais, estudantes como categoria separada, os meios sem relação com os fins, nem se trata de tentar somar essas análises fragmentárias para construir um “puzzle”. (p. 39)

A avaliação institucional de uma escola não pode ser vista como o equivalente ao produto da soma das várias avaliações isoladas, mas sim de uma avaliação de todos os parâmetros, de forma a permitir que o plano de ação seja o mais abrangente possível. Assim, a avaliação institucional deve caracterizar-se por ser holística, amplamente abrangente, e integradora, promovendo uma articulação entre as diversas dimensões avaliativas. Essa coerência interna é precisamente o que distingue a avaliação institucional da mera auditoria, na medida em que privilegia uma compreensão aprofundada e contextualizada do funcionamento

escolar, centrada na reflexão, na aprendizagem organizacional e na melhoria contínua, em vez de se limitar à verificação do cumprimento de normas ou procedimentos.

Na mesma linha de pensamento, Dias Sobrinho (2000) define a avaliação institucional como:

Uma construção coletiva de questionamentos, uma resposta ao desejo de rutura das inércias, um pôr em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor, que tenham alguma força de transformação qualitativa da instituição e do seu contexto, através da melhoria dos seus processos e das relações psicossociais. (p. 103)

É clara a necessidade da realização de uma avaliação institucional, que permita a transformação institucional e a promoção de uma cultura de participação. Deste modo, a avaliação institucional deve ser entendida como um processo de autoconhecimento, que visa compreender e melhorar a ação educativa. Esta opinião vai de encontro à análise de Lima (1997), que preconiza uma avaliação com uma visão mais participativa, que reconhece a dimensão ética, cultural e política, subjacente a qualquer processo avaliativo.

O processo avaliativo deve ser aberto, cooperativo e dialogante, evitando comportamentos artificiais ou defensivos (Lima, 2008). Para tal, é fundamental a existência de um clima de confiança, transparência, na escuta ativa e no reconhecimento mútuo das contribuições de toda comunidade educativa.

A avaliação institucional é crucial para compreender as forças e fragilidades das instituições, permitindo aperfeiçoar processos e promover o desenvolvimento profissional e organizacional. Em 2014, Pacheco diz-nos que a avaliação institucional deve manter sempre uma componente formativa, promovendo mudança nas práticas pedagógicas e evolução organizacional.

Guerra, em 2022, defende um tipo de "avaliação que permita o conhecimento valorativo daquilo que acontece na escola e cuja iniciativa surge dessa mesma comunidade e cujos pressupostos são partilhados". (p. 103–104)

De acordo com a Comissão Nacional da Educação (CNE) (2007), "a avaliação institucional reforça o profissionalismo docente, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e o desenvolvimento ético e colaborativo das escolas" (p. 22).

Segundo Pinho (2011), a escola deve adotar "um processo interativo de mudança na estrutura e/ou cultura da organização" (p. 32), usando a avaliação como motor do

desenvolvimento organizacional (Bolívar, 2003). A avaliação institucional assume-se também como um processo de liderança pedagógica, em que os diferentes intervenientes educativos colaboram na definição de objetivos, na análise de resultados e na implementação de estratégias de melhoria. Esta liderança distribuída favorece a corresponsabilização e o compromisso coletivo com a qualidade e a inovação.

A Lei n.º 31/2002 prevê uma interpretação integrada dos resultados da avaliação, articulando Autoavaliação e AEE.

O Artigo 14.º da Lei n.º 31/2002 estabelece que os resultados da avaliação, quando analisados de forma integrada e contextualizada, devem orientar a definição de propostas de melhoria em áreas como a organização do sistema educativo, o currículo, a formação de docentes, a autonomia e gestão das escolas, os apoios e incentivos, a rede escolar, a articulação entre ensino e formação e a avaliação dos alunos. Esses resultados devem fornecer informação que permita aperfeiçoar o Projeto Educativo, o planeamento estratégico, o programa de atividades, a relação com a comunidade, os programas de formação, a organização pedagógica e a gestão de recursos.

Para Alaíz (2003), citado por Leite et al. (2006), a melhoria da escola passa por uma “mudança educacional planeada e que valoriza quer os resultados da aprendizagem dos alunos, quer a capacidade da escola gerir os processos de mudança conducentes a estes resultados” (p. 26). A avaliação deve promover transformações graduais, ajustadas ao ritmo de adaptação dos diferentes atores, evitando situações de confronto e desconforto face às mudanças em curso.

Como referido pela IGEC (2007), “é essencial que a escola acredite que haverá um impacto sobre a eficácia e o desenvolvimento e que irá produzir um maior grau de empenho dos alunos na sua aprendizagem” (p. 35), de modo a garantir um sentido coletivo e partilhado da avaliação.

Libório (2004) observa que “as escolas procuram orientar a sua ação para resultados que garantam uma boa imagem pública e a sobrevivência organizacional” (p. 223). Esta lógica está intimamente ligada à crescente competitividade entre escolas, impulsionada por políticas de mercado educacional e pela valorização social dos rankings e indicadores de desempenho.

A avaliação institucional, abrangendo Autoavaliação e (AEE), permite uma análise global e contextualizada das operações internas, promovendo um ciclo contínuo de reflexão e melhoria.

A conjugação das duas formas de avaliação nas escolas constitui uma vantagem significativa, pois “é no diálogo entre perspetivas interna e externa que as instituições se desenvolvem e melhoram” (Azevedo, 2005, p. 77). Este diálogo permanente entre Autoavaliação e avaliação externa está no centro do modelo dual português, potenciando a aprendizagem organizacional, a reflexão crítica e a melhoria contínua das escolas.

É importante reconhecer como se estruturam e se operacionalizam a AEE e a Autoavaliação nas escolas portuguesas, enquanto eixo fundamental da avaliação institucional.

A problemática identificada neste estudo – uma Autoavaliação percecionada como pouco transformadora e pouco apropriada pela comunidade educativa – encontra suporte na reflexão de Dias Sobrinho (2000) e Lima (2008), ao evidenciarem que, quando a avaliação institucional é vivida como controlo ou ameaça, tende a ser reduzida a um protocolo formal sem impacto na melhoria. No caso do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, torna-se essencial perceber em que medida o processo avaliativo se aproxima de uma avaliação holística, dialogante e formativa, ou se permanece ainda demasiado próximo de uma lógica técnico-burocrática.

1.4. AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

A publicação da Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, de acordo com a implementação de um modelo de AEE, que se encontra enquadrado em processos de regulação transnacional e supranacional e em políticas que promovem a prestação de contas e a responsabilização (Afonso, 2009), associando-se à autonomia das escolas, ao desenvolvimento profissional docente e à eficácia e melhoria das escolas.

A avaliação de escolas é uma atividade de legitimada legalmente e da responsabilidade da IGEC, assumida “como um contributo para o desenvolvimento das escolas” (IGEC, 2011, p. 51), competindo ao CNE a sua avaliação. O modelo de AEE é apresentado como um instrumento formativo de avaliação da qualidade da escola.

Ao longo da implementação da AEE, é possível verificar que a mesma está intrinsecamente relacionada com as políticas educativas de cada Estado (Pacheco, 2014), sendo, claramente, um domínio influenciado por conceitos geradores de mudanças ao nível das práticas organizacionais, curriculares e pedagógicas (Rodrigues et al., 2014). Tal como defende Ball, em 1997, no ciclo de construção das políticas, o contexto de influência é um dos vetores

mais determinantes na regulação que é exercida pelos organismos transnacionais, que são o berço das políticas de partilha de conhecimento e das políticas de accountability.

Para Alaíz et al. (2003), a AEE é “o processo realizado por agentes externos à escola (pertencentes a agências de avaliação públicas ou privadas), ainda que com a colaboração indispensável dos membros da escola avaliada” (p.16).

A AEE é realizada por avaliadores ou inspetores independentes da instituição educativa. Estes devem realizar uma análise objetiva e imparcial do desempenho das escolas, utilizando critérios e padrões definidos externamente. O objetivo dessa avaliação é assegurar que a instituição esteja em conformidade com as normas e regulamentos, assim como identificar os pontos fortes e as áreas que necessitam de melhoria.

Segundo Bercina Calçada, os inspetores apresentam um perfil com “conhecimento profundo da política educativa e da organização do sistema educativo, do quadro normativo, assim como a aquisição de um conjunto de perícias técnicas, com postura de aconselhamento e de apoio efetivo às Escolas numa vertente formativa” (Bercina, 2024).

Para Figueiredo et al. (2018),

É exigido das escolas que façam um esforço acrescido para acompanhar o desenvolvimento laboral, ao mesmo tempo em que se torna necessário assegurar que esse acompanhamento de facto ocorre. É por isso fundamental assegurar a qualidade do serviço educativo prestado e a sua capacidade para corresponder aos objetivos e funções que o orientam. Essas circunstâncias justificam a criação de mecanismos que possam assegurar os aspetos referidos, tais como processos de avaliação de escolas. (p. 7)

Em Portugal, o sistema de AEE desenvolveu-se em três ciclos, na evolução dos ciclos de avaliação externa das escolas.

Figura 1

Ciclos de avaliação



Nota. Adaptado IGEC (2021)

A partir da análise da Figura 1, relativa ao esquema da IGEC (2021), observa-se que, nos três ciclos de AEE, ocorreram mudanças, tanto do número como dos domínios avaliados.

O quadro de referência do terceiro ciclo da AEE estrutura-se em quatro domínios – Autoavaliação, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo e Resultados – abrangendo um total de doze campos de análise. Os campos de análise são explicitados por um conjunto de referentes e indicadores. (IGEC, 2023, p 1-8)

O esquema mostra a progressiva adaptação dos critérios de avaliação, terminando numa maior valorização da Autoavaliação como componente essencial da melhoria contínua das escolas.

Desde o início dos ciclos de AEE, os modelos e referenciais elaborados para as equipas responsáveis pela avaliação das escolas e Agrupamentos foram desenvolvidos por grupos de trabalho nomeados pelos governos em exercício. Esses referenciais têm sido modificados a cada ciclo avaliativo.

De acordo com o quadro de referência para o 3.º ciclo de avaliação da IGEC (2019), são princípios orientadores para realização da AEE das escolas:

- Universalidade, avaliação de todas as tipologias de estabelecimentos de educação e ensino não superior;
- Flexibilidade, adaptação à diversidade de estabelecimentos de educação e ensino não superior;
- Respeito pela autonomia e projeto educativo de cada escola;
- Utilidade, contribuindo para a melhoria da prestação do serviço educativo pelas escolas e das aprendizagens das crianças e dos alunos, dos resultados escolares e do sistema educativo;
- Complementaridade entre avaliação interna e AEE, fomento da Autoavaliação como estratégia de desenvolvimento organizacional, curricular e pedagógico das escolas;
- Sustentabilidade, melhoria e consolidação dos anteriores processos de AEE das escolas;
- Envolvimento e participação da comunidade educativa, reforço da confiança e cooperação dos atores do sistema educativo;
- Promoção da supervisão das práticas pedagógicas, nomeadamente em sala de aula e de atividades pelas escolas;

- Rigor técnico, baseando a avaliação em evidências concretas, entre as quais os dados estatísticos sobre as escolas fornecidos pelo Ministério da Educação;
- Transparência, publicitação do processo, dos instrumentos e dos resultados;
- Independência. (p. 1-2)

O mesmo documento do IGEC (2019) apresenta como objetivos:

- Promover a qualidade do ensino, das aprendizagens e a inclusão de todas as crianças e de todos os alunos;
- Identificar os pontos fortes e áreas prioritárias, com vista à melhoria do planeamento, gestão e ação educativa das escolas.
- Aferir a efetividade das práticas de Autoavaliação das escolas;
- Promover uma cultura de participação da comunidade educativa;
- Contribuir para um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- Produzir informação para apoiar a tomada de decisão, no âmbito do desenvolvimento das políticas educativas. (p.2)

De acordo com a Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, no ponto 3 do Artigo 8.º, a AEE estrutura-se com base nos seguintes elementos:

- a) Sistema de avaliação das aprendizagens em vigor, tendente a aferir o sucesso escolar e o grau de cumprimento dos objetivos educativos definidos como essenciais pela administração educativa;
- b) Sistema de certificação do processo de Autoavaliação;
- c) Ações desenvolvidas, no âmbito da sua competência, pela Inspeção-Geral da Educação;
- d) Processos de avaliação, geral ou especializada, a cargo dos demais serviços do Ministério da Educação;
- e) Estudos especializados, a cargo de pessoas ou instituições, públicas ou privadas, de reconhecido mérito.

A atribuição da menção de “Suficiente” no domínio da Autoavaliação ao Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, no âmbito do terceiro ciclo da AEE, ilustra, de forma concreta, a articulação entre regulação externa e dinâmica interna da escola. À luz do modelo dual defendido por Azevedo (2005), esta avaliação externa deveria funcionar como um estímulo à aprendizagem organizacional; porém, os resultados obtidos sugerem a necessidade de questionar em que

medida a escola tem conseguido transformar as recomendações da AEE em processos internos de reflexão, participação e melhoria efetiva.

Em conjunto, estes princípios e objetivos consolidam a AEE como um instrumento de regulação e desenvolvimento organizacional, que procura equilibrar a prestação de contas com a promoção da autonomia e da qualidade. A Autoavaliação assume um papel complementar e estratégico, constituindo o eixo central da melhoria contínua nas escolas.

1.5. AUTOAVALIAÇÃO

A Autoavaliação é um processo interno realizado pela própria instituição educativa, que envolve a reflexão crítica dos membros da comunidade escolar sobre as suas práticas e resultados. Deve assumir um carácter formativo e contínuo, orientado para a aprendizagem organizacional e para a melhoria sustentada da qualidade educativa. Enquanto instrumento de autorregulação, a Autoavaliação articula-se diretamente com o planeamento estratégico da escola, permitindo ajustar objetivos, redefinir prioridades e fundamentar decisões com base em evidências.

Costa (2007) refere que:

É a Autoavaliação a vertente de avaliação que melhor poderá contribuir para o desenvolvimento organizacional da escola, ou seja, para o reforço do profissionalismo e das competências docentes, para a melhoria das práticas de ensino aprendizagem e para o bem-estar dos elementos da comunidade educativa. (p. 229)

A Autoavaliação procura estimular a melhoria contínua por meio da reflexão interna, fomentar o envolvimento e a responsabilidade de toda a comunidade educativa, reconhecer os pontos positivos e as áreas que precisam de aperfeiçoamento a partir de uma visão interna e elaborar planos de ação alinhados às necessidades e particularidades da instituição.

Segundo Alaíz et al. (2003):

O processo é conduzido e realizado exclusivamente (ou quase) por membros da comunidade educativa da escola. Pode ser definida como a análise sistemática de uma escola, realizada pelos membros de uma comunidade escolar, com vista a identificar os seus pontos fortes e fracos e a possibilitar a elaboração de planos de melhoria. (p. 16)

Em alguns contextos, este processo inspira-se em modelos de referência internacionais, como o Common Assessment Framework (CAF Education) e o European Foundation for Quality

Management (EFQM), que fornecem orientações práticas para a gestão da qualidade e para a consolidação de uma cultura de autoavaliação sistemática e participativa.

A Autoavaliação deve recorrer a métodos participativos e colaborativos, como reuniões, questionários e grupos focais, baseando-se na recolha e análise de dados internos, incluindo o feedback de todos os intervenientes da comunidade escolar, os resultados de aprendizagem e as observações de práticas pedagógicas. Para garantir rigor metodológico, é essencial recorrer à triangulação de dados quantitativos e qualitativos, utilizando diferentes fontes de informação, para obter uma compreensão mais abrangente e fidedigna da realidade escolar.

Uma Autoavaliação deve levar a transformações organizacionais, consolidando uma cultura de autorreflexão e de desenvolvimento profissional dos educadores, com repercussões positivas nas práticas de ensino. Nevo (2006) destaca a sua capacidade de apoiar a tomada de decisão, reduzindo a incerteza, e identifica finalidades essenciais: verificar o cumprimento dos objetivos, monitorizar progressos, prestar contas e orientar a gestão.

Para Alaíz et al (2003), a Autoavaliação apresenta um conjunto de características específicas:

- É um processo de melhoria da escola, conduzido através quer da construção de referenciais, quer da procura de provas (factos comprovativos, evidências) para a formulação de juízos de valor;
- É um exercício coletivo, assente no diálogo e no confronto de perspetivas sobre o sentido da escola e da educação;
- É um processo de desenvolvimento profissional;
- É um ato de responsabilidade social, ou seja, um exercício de civismo;
- É uma avaliação orientada para a utilização;
- É um processo conduzido internamente, mas que pode contar com a intervenção de agentes externos (p.21).

MacBeath et al, (2005) descreve a Autoavaliação como tendo duas funções principais:

1ª Estimular o diálogo acerca de objetivos, prioridades e critérios de qualidade aos níveis da escola e da sala de aula.

2ª Atingir os objetivos através do uso de instrumentos apropriados e de fácil acesso” (p.171).

Através da Autoavaliação, as escolas conseguem monitorizar o seu progresso, fornecer informações transparentes à comunidade e enriquecer o debate democrático sobre a educação.

Nos termos legais, ao abrigo da Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, na redação do Artigo 6º - Autoavaliação, a Autoavaliação, de caráter obrigatório, desenvolve-se em permanência, conta com o apoio da administração educativa e assenta nos termos de análise seguintes:

a) Grau de concretização do projeto educativo e modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens das crianças e alunos, tendo em conta as suas características específicas;

b) Nível de execução de atividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos capazes de gerarem as condições afetivas e emocionais de vivência escolar propícia à interação, à integração social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral da personalidade das crianças e alunos;

c) Desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas ou Agrupamentos de escolas, abrangendo o funcionamento das estruturas escolares de gestão e de orientação educativa, o funcionamento administrativo, a gestão de recursos e a visão inerente à ação educativa, enquanto projeto e plano de atuação;

d) Sucesso escolar, avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens escolares dos alunos, em particular dos resultados identificados através dos regimes em vigor de avaliação das aprendizagens;

e) Prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

O processo de Autoavaliação apresenta uma enorme importância no sucesso das escolas, assim, para a realização do mesmo, Machado (2001) reproduz quatro conselhos de Lafond:

1. Não querer avaliar tudo de uma só vez, mas dirigir a análise para um ou outro aspeto da vida da escola, em função dos problemas encontrados;
2. Entregar o trabalho de análise a várias comissões onde estejam representados todos os membros da comunidade escolar e, até, pedir a colaboração a entidades exteriores à escola;
3. Diversificar os métodos de recolha de dados;
4. Circunscrever os materiais recolhidos à capacidade de resposta da escola, tendo em conta os seus recursos e o tempo de que dispõe. (p.57,58)

A Autoavaliação deve ser um processo realista e útil, fundamentado num plano bem estruturado, conduzido num ambiente de confiança e participação, envolvendo toda a

comunidade escolar. Dessa forma, garante-se que os resultados obtidos sejam relevantes e contribuam efetivamente para a melhoria contínua da instituição. O processo avaliativo deverá ser transparente, dado a conhecer a todos os atores educativos e contemplar os seus interesses e motivações (Alaíz, et al, 2003).

Guerra (2003) defende que qualquer processo avaliativo deve passar por uma meta-avaliação, permitindo identificar e refletir sobre os seus pontos fortes e áreas a melhorar dentro da organização escolar. Assim, o relatório resultante assume um papel essencial na tomada de decisões e na implementação de melhorias, devendo basear-se em testemunhos fiáveis e rigorosos, garantindo a representatividade de todos os grupos e perspetivas existentes na escola.

Para Lima (2011), no desenvolvimento do processo de Autoavaliação devem estar presentes os seguintes aspetos essenciais:

- a) o fim a que se destina a Autoavaliação;
- b) a criação de um clima de confiança na escola que envolva a participação e a concordância de todos, que não seja encarado como um acréscimo substancial de trabalho, devendo, isso sim, estar integrado no trabalho habitual das escolas;
- c) garantia de confidencialidade da informação recolhida;
- d) consciência dos riscos inerentes a um trabalho deste tipo;
- e) existência de um amigo crítico, exterior à escola e credível no que diz respeito ao conhecimento sobre esta matéria. (p.43)

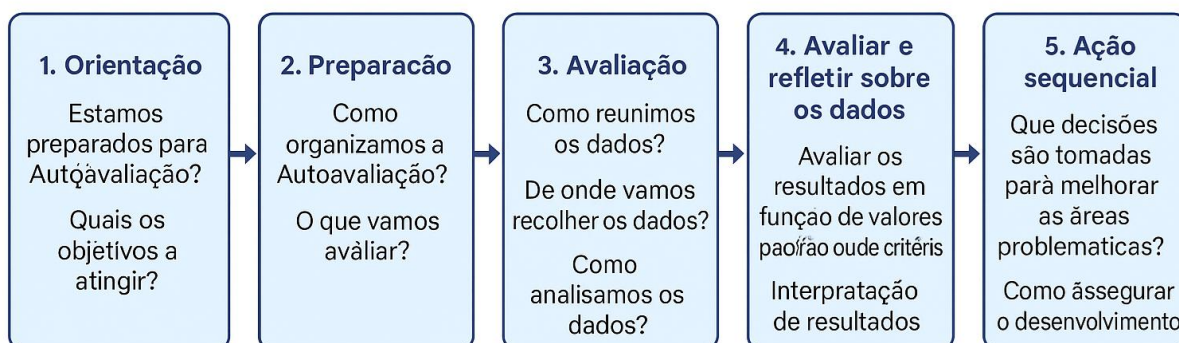
Considerando que não existe nenhum modelo imposto nos normativos legais para a Autoavaliação das organizações escolares, cada Agrupamento de escolas ou escola não agrupada utiliza o modelo que considera mais adequado. A decisão deve “resultar de um acordo entre os vários membros de uma comunidade educativa concreta, que atua dentro de um contexto próprio” (Clímaco, 2010, p. 20).

Na escolha do modelo a seguir, como refere Marchesi (2002), deve ter-se sempre presente o objetivo principal da avaliação: “obter informação relevante e justa, de modo a compreender o funcionamento das escolas e orientar os seus processos de mudança, atendendo aos recursos disponíveis e às exigências da opinião pública” (p. 37).

A Inspeção Geral da Educação, no documento Eficácia da Autoavaliação nas escolas: exploração dos principais pontos relacionados com o papel e as funções de inspeção (IGEC, 2007, p.21), definiu as seguintes fases da Autoavaliação representadas na Figura 2.

Figura 2

Fases da Autoavaliação IGEC

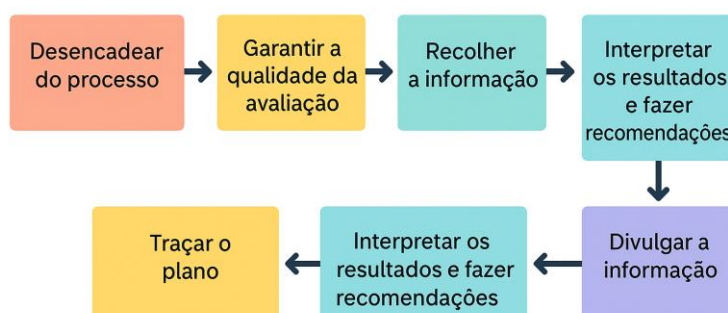


Nota. Elaborada pelo autor.

Alaiz e Azevedo apresentam planos prontos a usar no processo de Autoavaliação muito semelhantes, os quais se desenvolvem, sequencialmente, através de diversas etapas praticamente sobreponíveis (p.75–81), exemplificadas na Figura 3.

Figura 3

Fases do processo de Autoavaliação



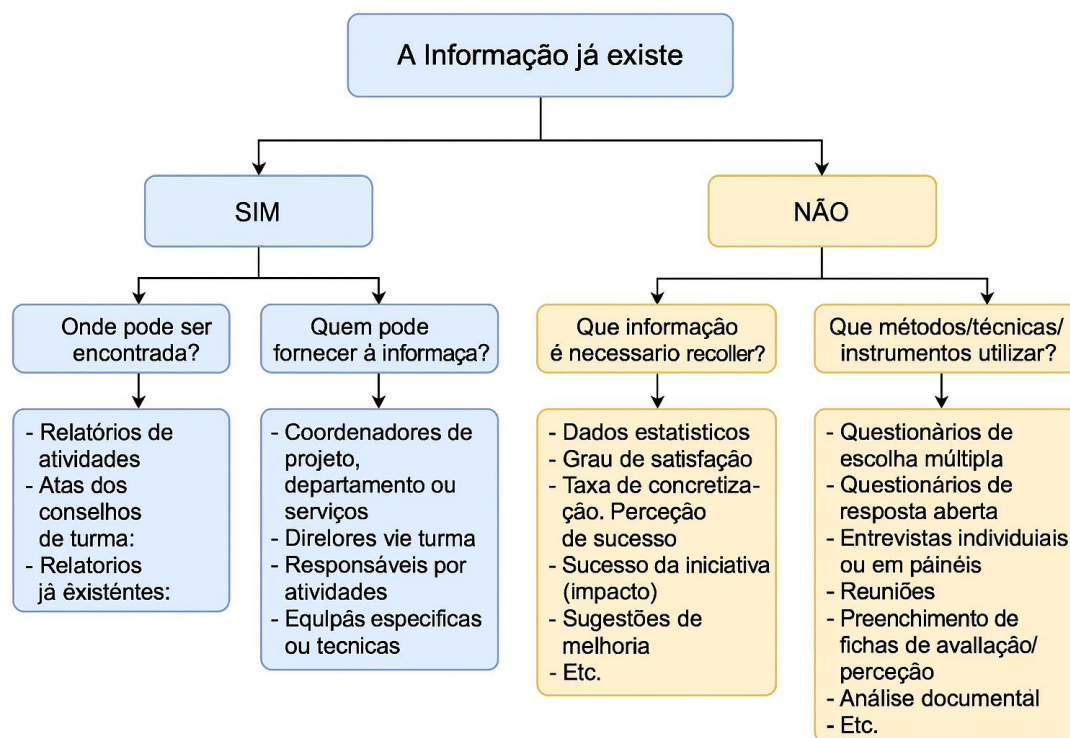
Nota. Elaborada pelo autor.

Segundo Figueiredo (2023), é possível afirmar que o que se espera de um processo de Autoavaliação corresponda a uma “radiografia” da escola, alinhado com as especificidades dos contextos em que se desenvolve e promotor de melhoria. A mesma autora refere que o planeamento do processo, a sua organização lógica, coerente e articulada, permitirão dar sentido e consistência ao trabalho a desenvolver, tornando-se uma etapa essencial no desenvolvimento de Autoavaliação. Desta forma, na ótica desta autora, uma possibilidade para esta fase pode ser adotar uma abordagem de entrada dupla, como ilustrado na Figura 4. Este modelo permite diferentes formas de recolha e análise de dados, garantindo uma visão mais abrangente e precisa sobre o que está a ser avaliado. Essa abordagem pode envolver a

utilização de métodos qualitativos e quantitativos ou a combinação de diferentes fontes de informação, permitindo uma triangulação dos dados para maior confiabilidade nos resultados.

Figura 4

Recolha de informação



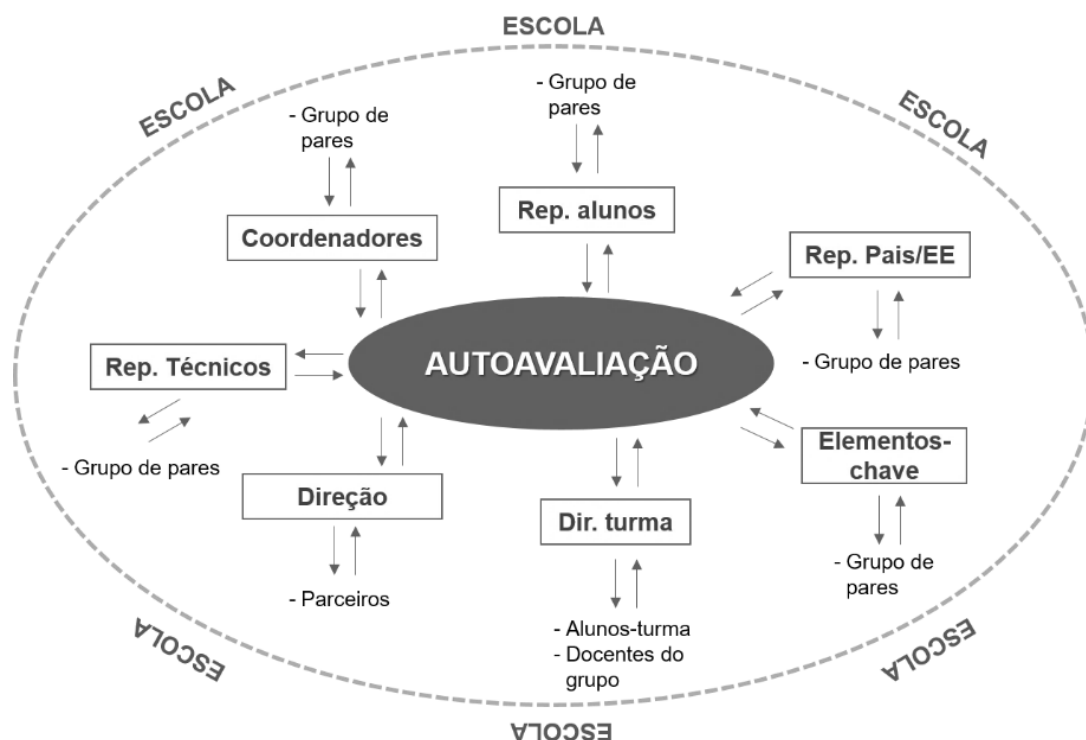
Nota. Figueiredo (2023)

Neste processo, o primeiro passo é verificar se já existe informação relevante que possa ser utilizada no processo de Autoavaliação. Caso a informação já esteja disponível, o objetivo é identificar como otimizar e integrar esse conhecimento existente na Autoavaliação, aproveitando, de forma estratégica, o tempo e os recursos.

A Autoavaliação não é, ainda, um processo amplamente partilhado com a comunidade escolar. Esta situação pode dever-se ao desconhecimento sobre o processo, a uma não-identificação com ele, com uma descrença na sua utilidade, ou por ser visto apenas como resposta a uma exigência das entidades reguladoras (Carvalho et al, 2017). Segundo Figueiredo (2023), para promover este envolvimento, o processo deve ser amplamente divulgado e partilhado em todas as suas fases, como está exemplificado na Figura 5.

Figura 5

Fases da Autoavaliação Figueiredo (2003)



Nota. Figueiredo (2023)

Nos Agrupamentos de escolas agrupadas/escolas não agrupadas, recorre-se à criação de equipas de Autoavaliação, constituídas por elementos da comunidade escolar, que assumem a responsabilidade da concretização do processo, devendo ser esta equipa a força motriz de todo o procedimento, sendo importante não esquecer a pertinência do envolvimento de toda a comunidade educativa (Carvalho et al, 2020).

É importante que a equipa responsável seja dotada de competências técnicas necessárias, como a elaboração e aplicação de instrumentos e a análise de dados, ser acessíveis e tolerantes. Estas qualidades são de extrema importância para assegurarem uma colaboração eficiente e um desenvolvimento harmonioso e produtivo da avaliação. Em 2009, Fialho destaca a importância das qualidades pessoais para gerar identificação, confiança e respeito na comunidade educativa. Além disso, considera desejáveis conhecimentos em matemática, informática e metodologia de investigação.

O mesmo autor considera importante que um elemento da equipa de Autoavaliação “faça parte do Conselho Pedagógico e outro do Conselho Geral e, no caso dos Agrupamentos, que possam estar representados diferentes ciclos de escolaridade” (p.18). O tempo deve ser acautelado no horário, pois é um elemento crucial para o bom funcionamento da equipa, de

forma a “planear o processo, recolher, analisar e tratar a informação” (p.18). A “coordenação e gestão do processo de Autoavaliação deverá ser assumida por um dos elementos da equipa, cuja capacidade de liderança seja reconhecida, não se excluindo a possibilidade de formar subgrupos que assumem a coordenação das diferentes dimensões a avaliar” (p.19).

Neste primeiro momento, pode ser introduzido na equipa um “amigo crítico”, cuja principal função é conferir objetividade e validade ao processo. Para Machado (2001), o reconhecimento, por parte da administração executiva, das margens de autonomia de cada escola e a existência de escolas com níveis diversos de capacitação e diferentes práticas de autonomia, coaduna-se com a participação temporal de um agente externo no sistema social da escola, com vista a favorecer o desenvolvimento do processo de mudança (p. 37).

Associado ao processo de Autoavaliação, o conceito de amigo crítico, para além de se apresentar como “um amigo e aliado da escola, deve também estar preparado para criticar, e desafiar, o que a escola está a fazer” (IGE, 2007, p.19).

Para MacBeath (2005), o amigo crítico é:

Alguém de confiança que coloca questões provocatórias, fornece dados para serem analisados, através de diferentes olhares, e critica, como amigo, o trabalho de outra pessoa. Um amigo crítico leva tempo para compreender totalmente o contexto do trabalho apresentado e os resultados que a pessoa ou o grupo procura atingir. O amigo é um apoiante do sucesso desse trabalho. (p. 267)

Para assegurar a imparcialidade necessária ao exercício de uma análise crítica, considera-se importante que o avaliador não integre a estrutura hierárquica direta da escola e que, no desempenho da sua função, demonstre sensibilidade “às necessidades dos diferentes indivíduos e grupos de atores na escola, por serem bons ouvintes, pela exposição clara das suas ideias, pelo bom relacionamento com os professores e pela sua compreensão da complexidade da vida escolar” (IGE, 2007).

Aquando do estudo da Eficácia da Autoavaliação, a Inspeção Geral de Educação (2007) identificou alguns fatores relevantes para o sucesso do trabalho do amigo crítico:

- uma definição clara entre a escola e o amigo crítico tem de ser estabelecida desde o início;
- se o amigo crítico tem uma atitude de apoio em vez de domínio, a escola tem mais oportunidades de desenvolvimento autónomo;

- é importante saber com quem o amigo crítico trabalha: se trabalhar com os pais ou com os alunos, torna mais provável o aumento da participação nas atividades de Autoavaliação;
- o impacto do amigo crítico será, provavelmente, menor se não se identificar suficientemente com o trabalho da escola ou se não estiver disponível quando a escola necessita de apoio;
- se houver uma cultura de autorreflexão positiva dentro da escola, o amigo crítico tem mais oportunidades de desempenhar o seu papel;
- o amigo crítico parece não ter tanta influência nos casos em que existe um envolvimento intenso do inspetor da escola. Portanto, é importante estabelecer uma relação saudável entre o amigo crítico e a inspeção. (p.19)

A sua visão externa é essencial, pois não está condicionada pelos hábitos da organização. Permite observar a realidade com mais clareza e objetividade. Um observador crítico que compreenda a realidade, mas que também tenha experiência com outros contextos, evitando uma visão restrita ao meio educacional presente. Esse olhar externo traz novas perspetivas, experiências e referências, enriquecendo o debate e favorecendo a tomada de decisões mais inovadoras. Além disso, mesmo sem estar diretamente envolvido na equipa de elaboração do plano de melhoria, a sua experiência contribui para repensar práticas, estimular discussões e impulsionar mudanças significativas.

Azevedo et al (2006) defendem que, na fase de preparação do processo autoavaliativo, importa garantir que:

- A informação que se vai recolher responde ao que se quer saber;
- As metodologias de recolha de dados e de tratamento e análise dos mesmos são adequadas e exequíveis com os meios e o tempo de que se dispõe;
- Existe capacidade técnica para conduzir o processo com confiança. (p.5)

Figari (2008) discute a questão dos instrumentos de avaliação, referindo que “os dispositivos e os instrumentos apenas produzem as informações que nós decidimos fazer-lhes produzir e que estes só adquirem significação se as relacionarmos com o modelo de inteligibilidade que serviu para construí-los” (p.54-55).

Cremers-van Wess (1996), citado por IGEC (2007), defende que os instrumentos de Autoavaliação devem obedecer aos seguintes critérios:

- devem ser adequados aos objetivos, evitando-se objetivos ocultos ou falta de ética na sua utilização;
- devem ter um critério ou uma norma base referenciada para comparação, quer interna, a nível de escola, contrapondo expectativas e resultados, quer externa, quando a comparação se situa ao nível dos padrões gerais;
- os instrumentos devem utilizar métodos quantitativos e qualitativos na recolha e análise de dados (questionários, entrevistas, grupos focalizados, observação de colegas e alunos, coadjuvância);
- um instrumento deve incluir contexto, input, processos e indicadores de output, fatores que determinam a qualidade da educação;
- de modo a ser útil, um instrumento deve ser facilmente manuseável e proporcionar resultados úteis, permitindo assim a mobilização da informação recolhida;
- um instrumento deve ser exequível, não só em termos de custos, mas também em termos políticos, pelo facto de envolver diversos atores;
- os instrumentos devem respeitar os seguintes aspetos técnicos: confiança, validade, enquadramento teórico, bases do instrumento e clareza de objetivos e métodos. (p.22-27)

O relatório de Autoavaliação assume um papel fundamental, ao oferecer uma visão clara e fundamentada sobre o funcionamento da escola, permitindo orientar decisões que promovam a melhoria contínua.

Alaiz et al. (2003) alertam para alguns problemas comuns nos relatórios: dados excessivamente dispersos, atraso na divulgação, dificuldade na redação, uso de uma linguagem excessivamente técnica, falta de estrutura, conflitos e relatórios muito extensos.

As conclusões devem ser apresentadas à comunidade escolar de maneira clara, precisa e prática, promovendo um debate amplo, que permita apresentar outras perspetivas que possam, eventualmente, acrescentar informações que aprofundem a análise dos resultados.

Produzir informação e divulgá-la não é suficiente por si só, é necessário dar um passo além. Figueiredo (2023) defende que, após a recolha e análise de informação, segue-se a sua sistematização, fundamental para informar, por um lado, a comunidade educativa e, por outro lado, as entidades reguladoras.

Para que a Autoavaliação tenha impacto real, é essencial que as escolas e os seus agentes adotem uma postura estratégica focada no planeamento das ações futuras. Isso

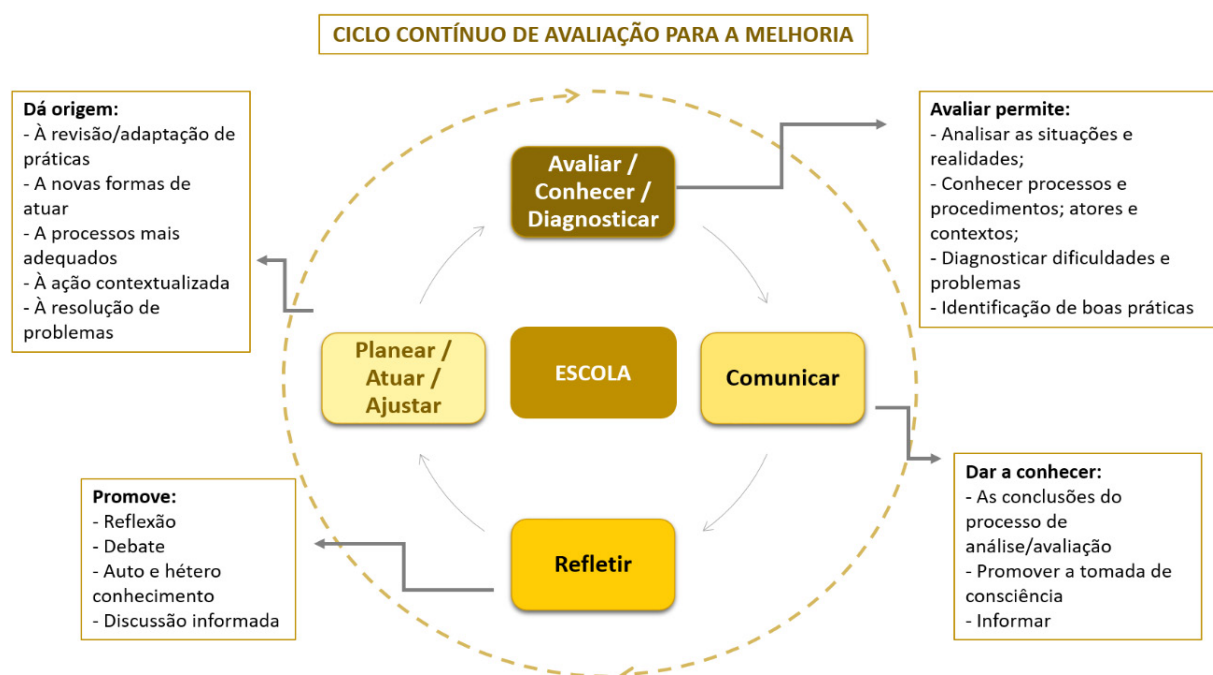
envolve, primeiramente, responder às situações identificadas, com o objetivo de resolver problemas, elaborar ações para melhorar aspetos que necessitam de atenção ou fortalecer áreas de sucesso e disseminar "boas práticas".

No contexto português, o CNE (2011) e a IGEC defenderam e adotaram a obrigatoriedade de as escolas apresentarem um plano de melhoria após a avaliação. Este plano deve reunir um conjunto de iniciativas específicas para resolver os problemas detetados, funcionando como um guia para orientar a ação escolar, de forma estratégica e eficaz. Assim, a avaliação não se limita à identificação de falhas, mas resulta em um ciclo contínuo de aperfeiçoamento e aprimoramento das práticas educacionais.

Para Figueiredo (2023), assumindo-se a melhoria como contínua, em que a ação educativa quotidiana é progressivamente melhorada, o processo não termina na definição de ações, sendo fundamental um acompanhamento regular, num ciclo contínuo de melhoria, como ilustrado na Figura 6.

Figura 6

Ciclo Contínuo de Avaliação para a Melhoria



Nota. Figueiredo (2023)

Na figura, está representado o Ciclo Contínuo de Avaliação para a Melhoria no contexto escolar, com um carácter dinâmico e sistemático do processo de Autoavaliação. No centro,

encontramos a escola, em torno da qual se articulam quatro fases interligadas: Avaliar/Conhecer/Diagnosticar, Comunicar, Refletir e Planear/Atuar/Ajustar. É evidente um processo cíclico e contínuo, no qual a Autoavaliação leva à reflexão e à ação, originando aprendizagens organizacionais e promovendo a melhoria contínua da escola.

A Autoavaliação assume-se como um processo essencial para a melhoria contínua da qualidade educativa. Permite à escola refletir, criticamente, sobre as suas práticas, identificar pontos fortes e áreas de melhoria, promover a participação da comunidade educativa e sustentar decisões estratégicas com base em evidências. Para tal, é necessário que este processo se traduza em ações efetivas, planeadas e partilhadas, fazendo parte do dia-a-dia das escolas.

Esta problemática encontra suporte no que refere MacBeath (2004), ao defender que a Autoavaliação só ganha pleno sentido quando gera reflexão e mudança, isto é, quando se traduz em decisões concretas e em práticas renovadas. No caso do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, a distância entre o modelo de Autoavaliação, preconizado pela literatura – participativo, formativo e orientado para a melhoria – e as fragilidades identificadas nos relatórios e na perceção dos atores educativos, constitui o eixo central da investigação que aqui se desenvolve.

2. METODOLOGIA

2.1. FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Perante o compromisso legal estipulado, o Agrupamento de Escolas D. Pedro IV elabora o relatório de Autoavaliação. A necessidade de compreender a forma como o Agrupamento constrói este processo e, sobretudo, como o utiliza para promover a melhoria organizacional, torna-se fundamental num contexto em que a Autoavaliação assume um papel central na gestão escolar. É importante aferir como o Agrupamento constrói a sua Autoavaliação e qual a utilização que faz deste documento, que se reveste de grande importância para a melhoria do Agrupamento de Escolas. Apesar da relevância do processo, subsiste o risco de este assumir uma natureza predominantemente burocrática, sem verdadeiro impacto na tomada de decisão ou na transformação das práticas educativas. Quando tal acontece, os dados recolhidos não são integrados de forma estratégica no desenvolvimento da organização, comprometendo o potencial da Autoavaliação, como instrumento de regulação interna.

- Qual o contributo do processo de Autoavaliação para a melhoria da prestação do serviço educativo e para o desenvolvimento organizacional do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

2.2. RELEVÂNCIA E RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA

Avaliar a organização escolar, de forma sistemática, é essencial para garantir a qualidade do sistema educativo e responder, de forma eficaz, a uma sociedade em constante mudança. A avaliação é uma prática enraizada no quotidiano das escolas, sendo reconhecida como uma função legítima e necessária dos docentes, bem como uma exigência da sociedade atual. Como salienta Pacheco (2010), “a avaliação institucional tem conhecido uma intensa abordagem, mormente através de organismos transnacionais e supranacionais, que definem a agenda política, e impõem lógicas e modelos de regulação” (p. 42).

Neste contexto, a Autoavaliação surge como uma ferramenta estratégica, permitindo à escola refletir sobre o seu funcionamento, identificar fragilidades e consolidar pontos fortes, assumindo-se como uma dimensão essencial da gestão democrática e participada.

Como defendem Saragoça et al. (2012), “a busca da qualidade consiste numa resposta adequada às exigências/necessidades dos consumidores, que, no caso das escolas, são, em primeira instância, os alunos” (p. 206). A Autoavaliação deve ser capaz de orientar planos de melhoria e de sustentar uma escola pública de qualidade, ajustando práticas pedagógicas e organizacionais aos contextos e às reais necessidades das comunidades educativas.

Segundo MacBeath (2004), a Autoavaliação é “a essência da comunidade aprendente, da escola inteligente, da escola que aprende” (p. 90), reforçando a ideia de que este processo deve ser mais do que um exercício formal – deve constituir-se como uma prática reflexiva, contínua e transformadora.

A escolha deste tema surge da necessidade de compreender se os esforços desenvolvidos em torno da Autoavaliação se traduzem efetivamente em melhorias na aprendizagem dos alunos e na perceção da qualidade do ensino, assim como na organização escolar. Pretende-se contribuir para a construção de estratégias de Autoavaliação mais eficazes, sustentadas em evidências e alinhadas com uma lógica de melhoria contínua, indo além da mera prestação de contas.

A experiência profissional do investigador, integrado numa equipa de Direção, permitiu observar limitações na operacionalização do processo de autoavaliação, o que reforça a pertinência desta investigação.

No caso particular do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, recentemente sujeito ao terceiro ciclo da Avaliação Externa das Escolas (AEE), foi atribuída a classificação de *Suficiente* no domínio da Autoavaliação. O relatório (2021) destacou como pontos fracos:

- “Implementação de uma estratégia agregadora dos procedimentos avaliativos, por via de uma auscultação e participação abrangente da comunidade educativa e outros interessados, de definição das áreas prioritárias a envolver e de comunicação dos resultados da Autoavaliação”;
- “Desenvolvimento de um processo holístico de Autoavaliação, regulador do desempenho organizacional e das suas práticas profissionais, e conseqüente elaboração de um plano de melhoria que confira consistência e efetividade ao processo”.

Estes aspetos evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o modo como o processo é desenvolvido e apropriado pela comunidade educativa – necessidade que fundamenta esta investigação.

2.3. CONTEXTO DO PROBLEMA

O Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Vila do Conde, situa-se no concelho de Vila do Conde, na margem sul do Rio Ave, e é constituído por vinte e um estabelecimentos de ensino, sendo duas escolas de 2.º e 3.º ciclos, dispersos pelas catorze freguesias.

Esta dispersão geográfica constitui um desafio adicional à comunicação interna e à articulação de práticas comuns, aspetos diretamente relacionados com o desenvolvimento da Autoavaliação.

O Agrupamento foi constituído em 2013/2014, resultando da reorganização da rede escolar, e é atualmente um dos maiores do país. Possui 235 docentes e 2417 alunos distribuídos por 137 turmas (484 no pré-escolar, 887 no 1.º ciclo, 400 no 2.º ciclo e 646 no 3.º ciclo).

O Agrupamento tem 201 alunos com Necessidades Específicas, dos quais 25 com medidas adicionais. Do total de alunos do Agrupamento, 42,66% beneficiam da Ação Social Escolar, sendo 14,01% os que se encontram abrangidos pelo escalão A, 18,63% beneficiam do escalão B e 10,02% do escalão C.

A heterogeneidade dos contextos, a diversidade dos públicos e a dimensão do Agrupamento tornam ainda mais exigente o desenvolvimento de processos avaliativos consistentes e representativos.

Os dois Agrupamentos que deram origem ao atual tiveram desempenhos distintos no domínio da Autoavaliação, o que pode ter influenciado práticas e perceções internas.

O Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Mindelo, iniciou a sua Autoavaliação no ano de 2005, tendo sido sujeito a AEE em 2009 e obtido a classificação de Muito Bom no domínio 5 – capacidade de autorregulação e melhoria do Agrupamento, onde é incluída a Autoavaliação. O Agrupamento de Escolas Maria Pais Ribeiro “A Ribeirinha” foi submetido à AEE no ano 2008, tendo obtido a classificação de suficiente no mesmo parâmetro. Na última AEE, realizada já com a junção dos dois Agrupamentos, obteve a menção de suficiente no domínio da Autoavaliação.

2.4. OBJETIVOS DO TRABALHO

2.4.1. OBJETIVO GERAL

- Compreender de que forma o processo de Autoavaliação contribui para a melhoria da prestação do serviço educativo e para o desenvolvimento organizacional do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

2.4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o processo de Autoavaliação desenvolvido no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, identificando as suas práticas e os principais intervenientes.
- Analisar as perceções dos diferentes atores educativos (docentes, coordenadores, Assistentes Técnicos e operacionais, alunos), relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados.
- Identificar os fatores facilitadores e constrangimentos que influenciam o desenvolvimento e a consolidação do processo de Autoavaliação.
- Formular recomendações que contribuam para o reforço da cultura de Autoavaliação e para a melhoria contínua do serviço educativo.

2.5. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

- Quais são as práticas desenvolvidas e quem são os principais intervenientes no processo de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV?
- Como percecionam os diferentes elementos da comunidade educativa a eficácia da Autoavaliação na melhoria dos processos educativos do Agrupamento?
- Quais são os fatores que atuam como facilitadores ou constrangimentos no desenvolvimento e implementação do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV?
- De que forma os resultados do estudo podem sustentar recomendações que promovam a melhoria e consolidação do processo de Autoavaliação enquanto instrumento de gestão escolar e desenvolvimento organizacional?

2.6. OPÇÕES METODOLÓGICAS E SUA JUSTIFICAÇÃO

A metodologia de investigação adotada neste estudo segue uma abordagem quantitativa, a qual traduz opiniões e informações em dados numéricos, permitindo classificações, medições e análises estatísticas (Prodanov et al., 2013). Esta vertente é útil para aferir frequências e padrões de resposta, tornando visíveis tendências relevantes no universo estudado.

O presente estudo assenta metodologicamente num estudo de caso, enquanto estratégia de investigação empírica aplicada a contextos reais e contemporâneos (Yin, 2001). Este método permite examinar em profundidade um fenómeno específico – neste caso, os processos de Autoavaliação numa instituição educativa – através da recolha detalhada de dados. Esta estratégia torna-se especialmente relevante num Agrupamento de grande dimensão e diversidade, possibilitando observar a especificidade do seu processo de Autoavaliação.

Segundo Stake (1998), o estudo caso busca compreender a particularidade de um caso singular, valorizando a sua complexidade e as interações com o contexto. Em educação, pode incidir sobre indivíduos, grupos, programas ou instituições (Gillham, 2000), permitindo ao investigador descrever e interpretar acontecimentos, comportamentos e práticas (Dooley, et al. 2002).

O recurso a questionários justifica-se pela sua capacidade de abranger um número alargado de participantes, permitindo recolher perceções diversificadas e possibilitando análises comparativas entre diferentes grupos.

As questões do inquérito foram elaboradas em conformidade com os objetivos da investigação, permitindo recolher os dados necessários para responder ao problema em estudo.

O inquérito por questionário foi elaborado e validado, para aplicação a toda a amostra, tendo sido apresentado a 3 docentes, 3 alunos, 3 Assistentes operacionais e 1 Assistente Técnico.

Será também realizada a Análise Documental, que, segundo Sá Silva et al. (2009), é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (p. 5). Desta forma, a análise documental será realizada através da análise de diversos documentos existentes no Agrupamento, sendo estes: relatórios de Autoavaliação, Planos de Melhoria, relatórios de AEE, atas da equipa de autoavaliação.

A articulação entre abordagem quantitativa e análise documental permite uma triangulação metodológica que reforça a validade dos resultados, combinando evidência estatística com interpretação contextual e aprofundada, permitindo responder, de forma integrada, aos objetivos definidos, nomeadamente compreender as práticas de Autoavaliação, analisar as perceções dos diferentes intervenientes e identificar fatores de melhoria.

2.7. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados pode ser entendida como “a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade. É a fase da pesquisa em que reunimos dados através de técnicas específicas”. (Prodanov et al.,2013, p. 97)

A recolha de dados pode ser realizada através de técnicas diferentes: o inquérito por entrevista ou por questionário. (Hill, 1998).

O inquérito por questionário é a técnica de pesquisa organizada por uma série de questões submetidas a determinados sujeitos, de modo a colher dados ou informações “sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.” (Gil, 2008, p. 121).

Ainda segundo este autor, elaborar um questionário é, principalmente, representar os objetivos da investigação em questões claras.

As principais vantagens, deste processo de recolha de dados, de acordo com Quivy et al. (2005), “reside na possibilidade de quantificar um elevado número de dados e realizar inúmeras análises correlacionais”. (p. 189)

Na elaboração dos inquéritos por questionários, as questões são definidas em função dos destinatários e dos parâmetros que se pretendem verificar. As questões formuladas foram fechadas, em que são assinaladas uma ou várias das opções propostas, possibilitando a comparação e análise dos dados, de acordo com o que é questionado, oferecendo dados importantes sobre o processo de Autoavaliação do Agrupamento.

O inquérito por questionário foi distribuído a todos os intervenientes do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Vila do Conde, utilizando a plataforma Google Site, através da aplicação Forms. A sua disponibilização foi antecedida do envio de um e-mail, no qual seguia uma nota explicativa dos procedimentos para o preenchimento, assim como o objetivo do instrumento de

recolha de informação. Foram realizados os seguintes questionários, os quais foram validados antes de serem aplicados:

- Q1_Docentes – Caracterização Socioprofissional | Conhecimento do processo de Autoavaliação | Participação e Envolvimento | Impacto e Resultados | Finalidade da Autoavaliação | Fatores que Afetam a Autoavaliação (Apêndice A);
- Q2_Alunos – Conhecimento e participação no processo de Autoavaliação (Apêndice B);
- Q3_Assistentes Operacionais | Assistentes Técnicos – Conhecimento e participação no processo de Autoavaliação (Apêndice C);

A análise dos relatórios de Autoavaliação realizados no Agrupamento fornece uma visão detalhada das práticas que são adotadas ao longo de todo o processo.

2.8. PÚBLICO-ALVO

Para Coutinho, et al. (2002), a definição da amostra num estudo de caso configura-se como um passo de extrema importância para o estudo, pois define a sua essência metodológica (p. 228).

O estudo abrangeu os principais grupos da comunidade educativa do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV: Coordenadores de Departamento, Coordenadores de Estabelecimento, Docentes, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais e Alunos do 4.º e 9.º anos.

A opção por esta amostra justifica-se pela sua representatividade na participação e perceção do processo de Autoavaliação, assegurando uma visão abrangente do fenómeno estudado.

2.9. TÉCNICAS DE TRATAMENTOS DE DADOS

Após a recolha de informação da parte documental e dos inquéritos, todos os dados serão tratados e interpretados, pois, caso contrário, todos os elementos obtidos até ao momento não seriam mais do que peças soltas, sem qualquer valor investigativo.

Neste sentido, os dados quantitativos serão tratados estatisticamente, recorrendo ao registo das frequências e percentagens. Para tal, será utilizado o programa Excel.

Os dados, após tratados, serão apresentados através de tabelas de percentagens e gráficos, permitindo uma visualização dos mesmos. Posteriormente, serão analisados descritivamente.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. RESULTADOS REFERENTES AOS ALUNOS

O Inquérito por questionário foi enviado para 52 alunos (26 do 1.º Ciclo e 26 do 3.º Ciclo), tendo sido respondido por 43 alunos (21 do 1.º Ciclo e 22 do 3.º Ciclo), atingindo-se uma percentagem de resposta de 82,7%.

3.1.1. ALUNOS – 1.º CICLO

Tabela 1

Resultados dos alunos 1.ºCiclo

	Não	Não tenho a certeza	Sim
Tens conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento?	47,6%	23,8%	28,6%
Sabes para que serve a Autoavaliação do Agrupamento?	81%	19%	0%
Já participaste em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?	0%	28,6%	71,4%
Quando dás a tua opinião, sentes que é tida em conta?	4,8%	9,5%	85,7%
Achas importante que os alunos participem na Autoavaliação do Agrupamento?	4,8%	9,5%	85,7%

No 1.º Ciclo, 47,6% dos inquiridos afirmam não ter conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento, enquanto 28,6% dizem conhecer e 23,8% não têm a certeza.

No que se refere à utilidade da Autoavaliação, 81% referem não saber para que serve, 19% afirmam não ter a certeza. Relativamente à participação, 71,4% afirmam já ter participado em algum questionário, reunião ou conversa sobre o tema, enquanto 28,6% não têm a certeza.

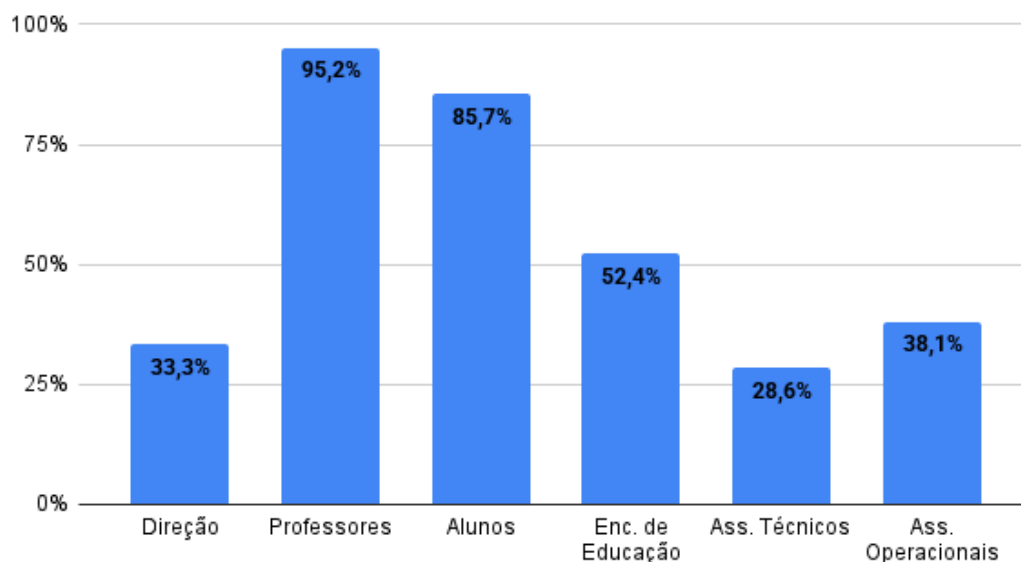
Relativamente à valorização da sua opinião, 85,7% consideram que é valorizada, 9,5% não têm a certeza e apenas 4,8% entendem que "Não". Em relação à importância da participação dos alunos na Autoavaliação, 85,7% consideram-na importante, 9,5% não têm a certeza e 4,8% acham que não é importante.

A Figura 7 revela que os alunos do 4.º ano consideram os professores (95,2%) como o grupo mais importante a ter em consideração na Autoavaliação, seguindo-se os alunos (85,7%).

Os Encarregados de Educação são indicados por 52,4%, os Assistentes Operacionais por 38,1%, a Direção por 33,3% e os Assistentes Técnicos por 28,6%.

Figura 7

Alunos 1.º Ciclo – Intervenientes no processo de Autoavaliação



3.1.2. ALUNOS – 3.º CICLO

Tabela 2

Resultados dos alunos 3.ºCiclo

	Não	Não tenho a certeza	Sim
Tens conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento?	18,2%	45,5%	36,4%
Sabes para que serve a Autoavaliação do Agrupamento?	40,9%	22,7%	36,4%
Já participaste em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?	9,1%	81,8%	9,1%
Quando dás a tua opinião, sentes que é tida em conta?	27,3%	13,6%	59,1%
Achas importante que os alunos participem na Autoavaliação do Agrupamento?	4,5%	4,5%	90,9%

Dos alunos auscultados, 45,5% afirmam não ter a certeza se conhecem o processo de Autoavaliação, 18,2% não conhecem e 36,4% revelam ter conhecimento do processo.

Quanto à utilidade da Autoavaliação, 40,9% dos alunos dizem que não sabem para que serve, 22,7% não têm certeza e 36,4% afirmam que sabem qual a sua finalidade.

Perante a questão “Já participaste em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?”, verifica-se que 81,8% indicam que não tem a certeza, 9,1% referem não ter participado e a mesma percentagem (9,1%) afirmam já ter participado.

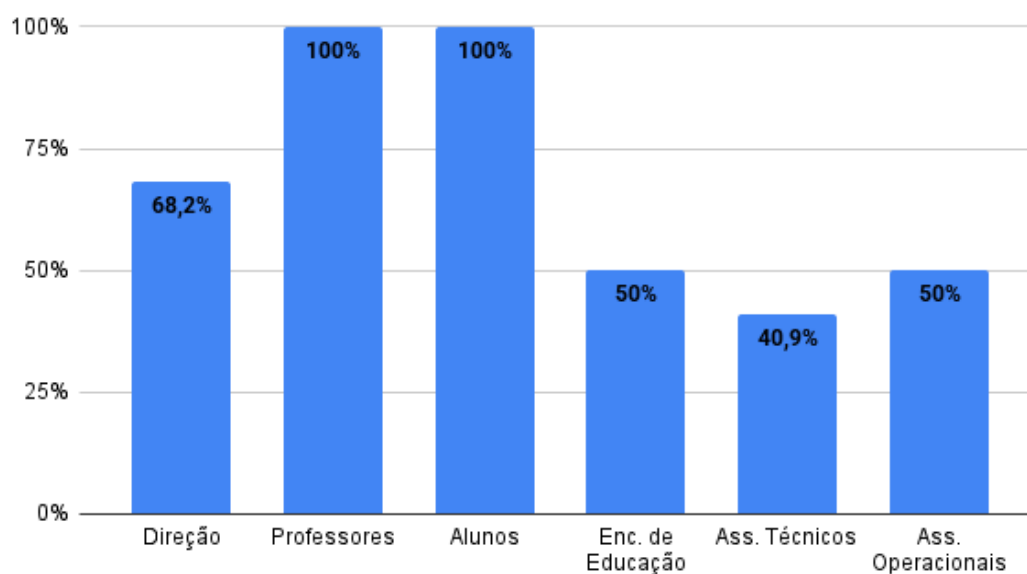
A maioria dos alunos, 59,1%, revela que, quando dá a sua opinião, sente que é tida em conta, para 27,3% não é valorizada e 13,6% apontam que não tem a certeza.

Sobre a importância da participação dos alunos no processo, a grande maioria (90,9%) considera que é importante, 4,5% têm dúvidas e 4,5% acham que não é importante.

O Figura 8 mostra que, na opinião dos respondentes, os professores e alunos são considerados os principais participantes no processo de Autoavaliação do Agrupamento, com a totalidade dos inquiridos a indicarem os mesmos. Logo após, destaca-se a Direção com 68,2%, seguindo-se os Encarregados de Educação e Assistentes operacionais, ambos com 50%. Os Assistentes Técnico surgem como o grupo menos apontado com 40,9%.

Figura 8

Alunos 3.º Ciclo – Intervenientes no processo de Autoavaliação

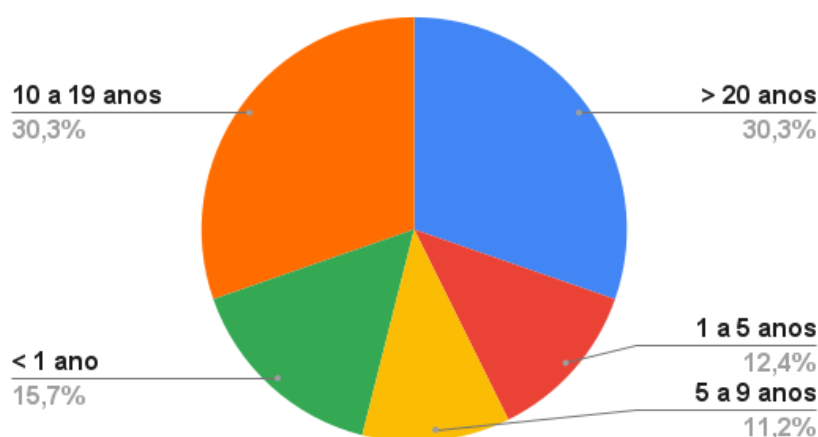


3.2. RESULTADOS REFERENTES AOS ASSISTENTES OPERACIONAIS

Os questionários foram enviados a 115 Assistentes Operacionais, tendo sido respondidos por 89, o que faz uma percentagem de respostas de 77,4%.

Figura 9

Assistentes Operacionais – Tempo de serviço no Agrupamento



Do total de inquiridos, ressalva-se que 30,3% trabalham há mais de 20 anos no Agrupamento, 30,3% entre 10 a 19 anos, 11,2% entre 5 a 9 anos, 12,4% de 1 a 5 anos e 15,7% há menos de 1 ano.

Tabela 3

Resultados dos Assistentes Operacionais

	Não	Não tenho a certeza	Sim
Tem conhecimento Autoavaliação do Agrupamento?	29,2%	9%	61,8%
Sabe quais os objetivos da Autoavaliação do Agrupamento?	33,7%	22,5%	43,8%
Já participou em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?	70,8%	7,9%	21,3%
Quando dá a tua opinião, sente que é tida em conta?	15,7%	44,9%	39,3%
Considera importante que os Assistentes Operacionais participem na Autoavaliação do Agrupamento?	0%	2,2%	97,8%

Relativamente ao conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento, constata-se que 29,2% dos Assistentes Operacionais afirmam não conhecer o processo e 9% revelam alguma incerteza. Do total, 61,8% indicam que tem conhecimento do mesmo.

No que concerne ao conhecimento dos objetivos da Autoavaliação do Agrupamento, observa-se que 43,8% conhecem os objetivos, 33,7% não conhecem e 22,5% afirmam não ter a certeza.

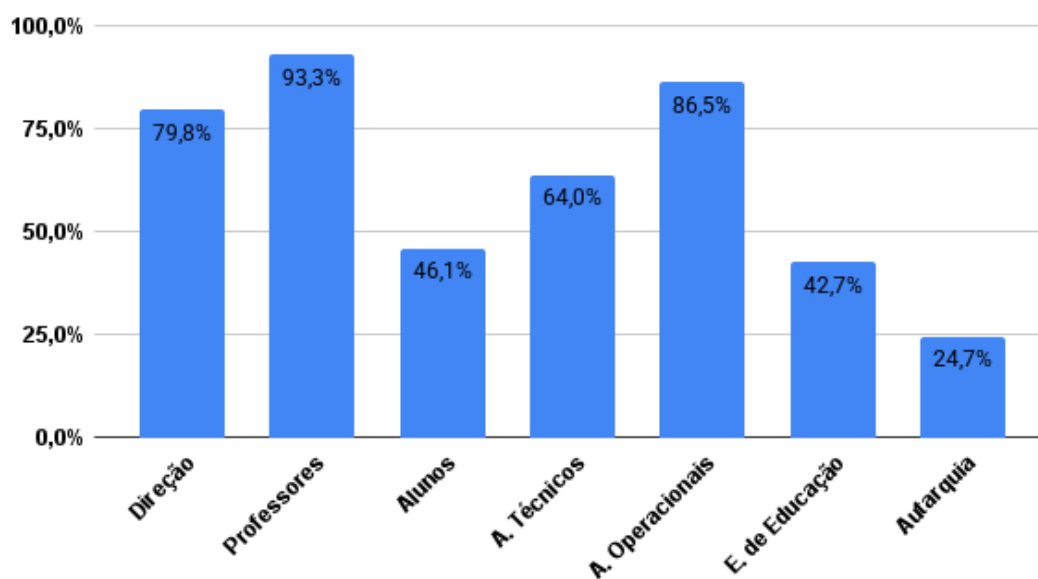
Quanto à participação em questionários, reuniões ou conversas sobre a Autoavaliação do Agrupamento, observa-se que 21,3% dos respondentes afirmam ter participado, 7,9% manifestam dúvida e 70,8% referem não ter participado.

Das respostas obtidas, verifica-se que 39,3% revelam que, quando dão a sua opinião, sentem que é tida em conta, 15,7% não têm a certeza e 44,9% apontam que não é valorizada.

O Figura 10 revela que, segundo os respondentes, os professores, 93,3%, são os elementos que mais devem participar no processo de Autoavaliação do Agrupamento. Seguem-se os Assistentes Operacionais, com 86,5%, e a Direção, com 79,8%. Em posição intermédia, surgem os Assistentes Técnicos, com 64%, e os alunos, com 46,1%. Os Encarregados de Educação obtêm 42,7% e, por último, a autarquia é referida por 24,7% dos participantes.

Figura 10

Assistentes Operacionais – Intervenientes no processo de Autoavaliação



3.3. RESULTADOS REFERENTES AOS ASSISTENTES TÉCNICOS

Os questionários foram enviados a 11 Assistentes Técnicos, tendo sido obtidas 7 respostas, o que permite inferir que se obteve uma percentagem de 63,6%. Contudo, é importante referir que 4 Assistentes Técnicos encontram-se de atestado médico de longa duração.

Dos Assistentes Técnicos inquiridos, verifica-se que a sua totalidade trabalha há mais de 20 anos no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

Tabela 4

Resultados dos Assistentes Técnicos

	Não	Não tenho a certeza	Sim
Tem conhecimento da Autoavaliação do Agrupamento?	57,1%	14,3%	28,6%
Sabe quais os objetivos da Autoavaliação do Agrupamento?	42,9%	42,9%	14,3%
Já participou em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?	57,1%	28,6%	14,3%
Quando dá a tua opinião, sente que é tida em conta?	42,9%	14,3%	42,9%
Considera importante que os Assistentes Técnicos participem na Autoavaliação do Agrupamento?	0%	0%	100 %

No que diz respeito ao conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento, verifica-se que 57,1% dos Assistentes Técnicos afirmam não conhecer o processo, enquanto 14,3% revelam alguma incerteza. Apenas 28,6% referem ter conhecimento.

Relativamente à finalidade da Autoavaliação, observa-se que 42,9% dos participantes afirmam não saber para que serve e outros 42,9% não têm a certeza, sendo apenas 14,3% os que respondem afirmativamente.

Em relação à participação, constata-se que 57,1% indicam não ter participado em ações sobre a Autoavaliação, 28,6% manifestam dúvida e apenas 14,3% referem ter participado.

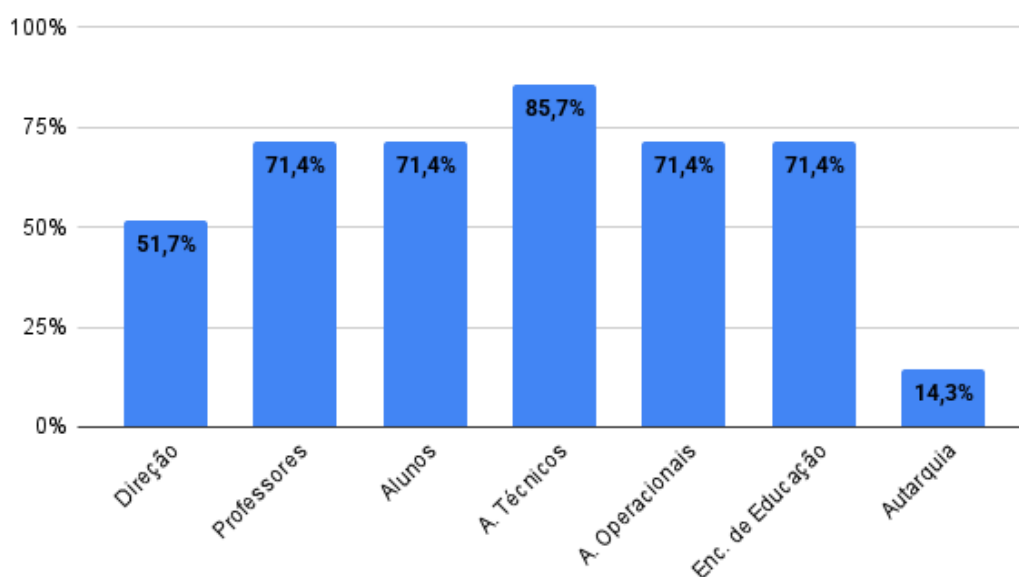
No que se refere à perceção da valorização das opiniões, 42,9% consideram que a sua opinião é tida em conta, enquanto 42,9% manifestam incerteza e 14,3% acreditam que não é valorizada.

A totalidade dos inquiridos considera importante a sua participação no processo de Autoavaliação do Agrupamento.

O Figura 11 mostra que, na opinião dos inquiridos, os Assistente Técnicos (85,7%) são considerados os principais participantes no processo de Autoavaliação. Logo após, destacam-se os professores, alunos, Assistentes Operacionais e Encarregados de Educação com a percentagem de 71,4%. Segue-se a Direção com 51,7% e a autarquia com 14,3%.

Figura 11

Assistentes Técnicos – Intervenientes no processo de Autoavaliação



3.4. RESULTADOS REFERENTES AOS DOCENTES

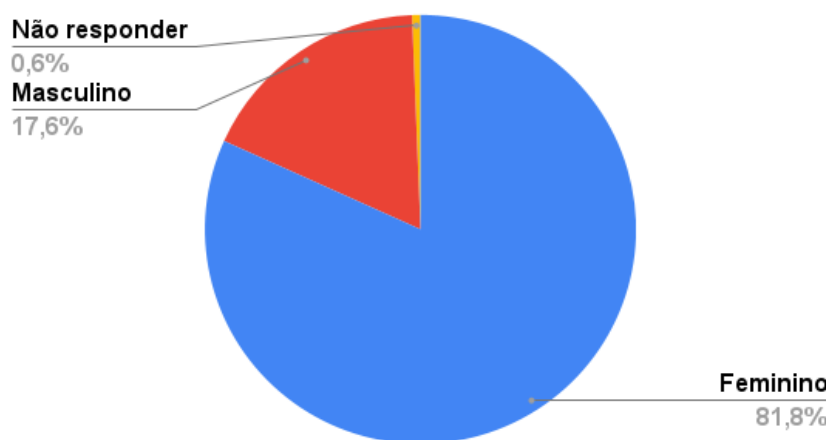
Os questionários foram enviados 225 docentes, tendo sido respondidos 159 questionários, o que faz uma percentagem de respostas de 70,7%.

3.4.1.1. DOCENTES EM GERAL

Da análise da Figura 12, verifica-se que, do total dos respondentes, a sua grande maioria são do Género Feminino, 81,8%, sendo 17,6% do Género Masculino.

Figura 12

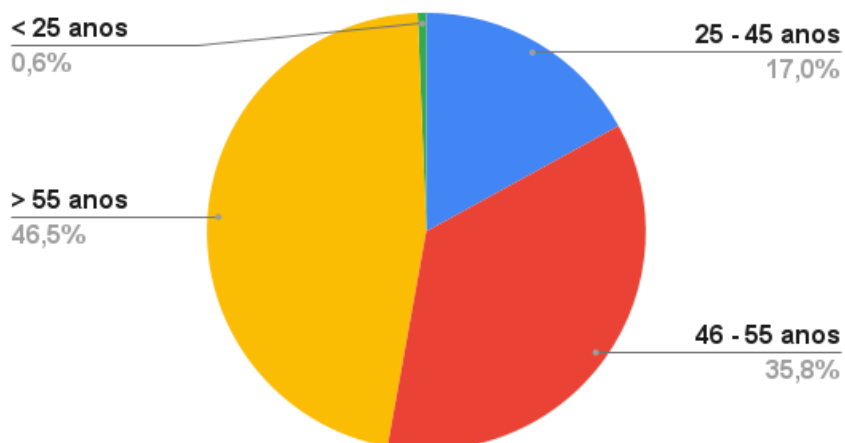
Docentes – Género



De acordo com a análise da Figura 13, a maioria dos inquiridos situa-se na faixa superior a 55 anos, representando 46,5% do total. Segue-se o grupo entre 46 e 55 anos, com 35,8%. A faixa etária dos 25 aos 45 anos corresponde a 17,0%. Por fim, a percentagem de inquiridos com menos de 25 anos é residual, apenas 0,6%.

Figura 13

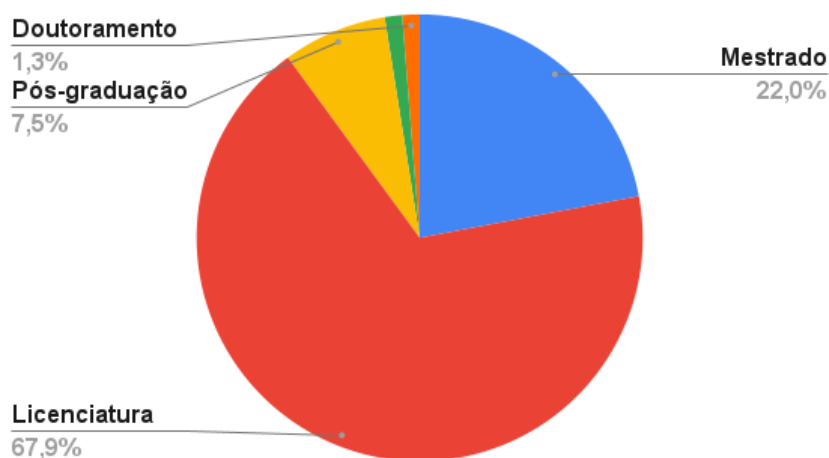
Docentes – Idade



Relativamente às habilitações literárias, a maioria dos docentes apresenta o grau de licenciatura – 67,9%, seguindo-se o grau de mestre com 22,0%, a Pós-graduação com 7,5% e o bacharelato e o doutoramento com 1,3% cada.

Figura 14

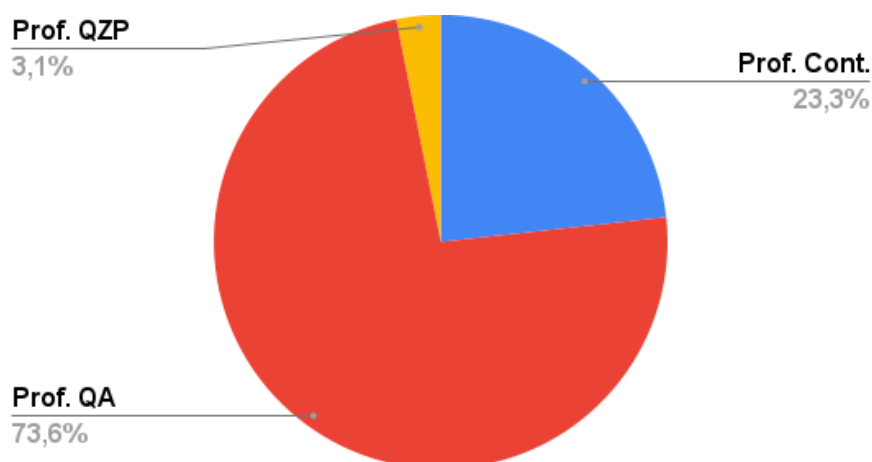
Docentes – Habilitações



No que concerne à situação profissional, 73,6% são docentes do quadro de Agrupamento, 3,2% professores do quadro de zona pedagógica e 23,3% são docentes contratados.

Figura 15

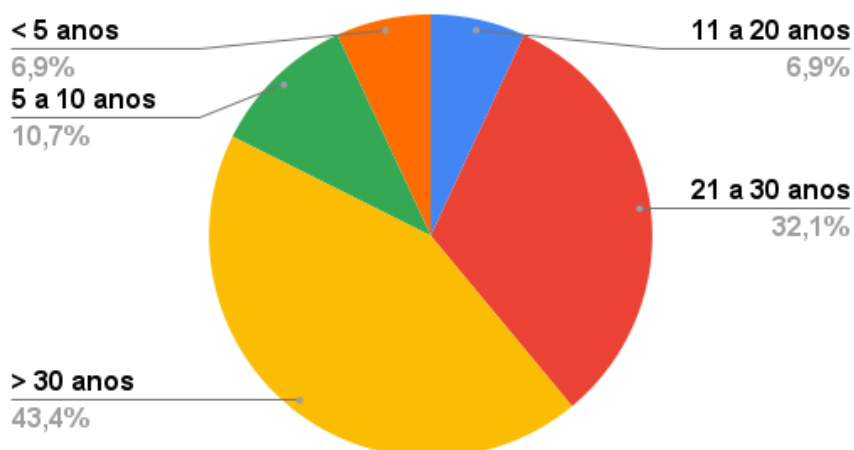
Docentes – Situação profissional



Em relação ao tempo de serviço, constata-se que 43,4% dos docentes possuem mais de 30 anos de serviço, 32,1% têm entre 21 e 30 anos; segue-se o intervalo entre 5 a 10 anos, com 10,7%, e, por fim, os intervalos de 11 a 20 anos e menos de 5 anos, ambos com 6,9%.

Figura 16

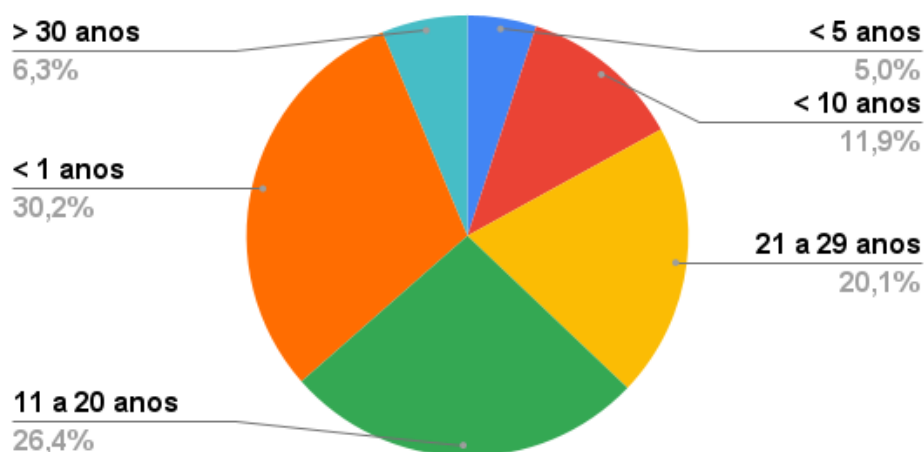
Docentes – Tempo de serviço em 31/08/2024



Quando considerado o tempo de serviço no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, o intervalo mais representativo é de menos de 1 ano, com 30,2%, seguindo-se o de 11 a 20 anos, com 26,4%, e o de 21 a 30 anos, com 20,1%. 11,9% dos docentes estão no Agrupamento há menos de 10 anos, 6,3% há mais de 30 anos e 5% há menos de 5 anos.

Figura 17

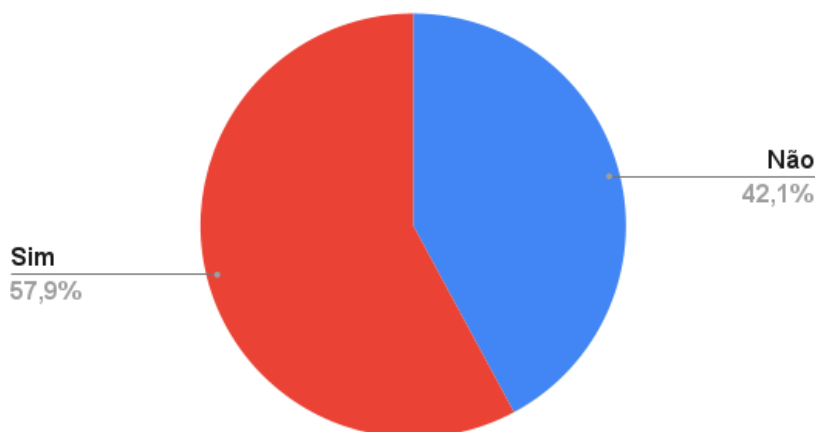
Docentes – Tempo de serviço em 31/08/2024 no Agrupamento



Da análise da Figura 18, verifica-se que 57,9% dos inquiridos desempenham cargos no Agrupamento.

Figura 18

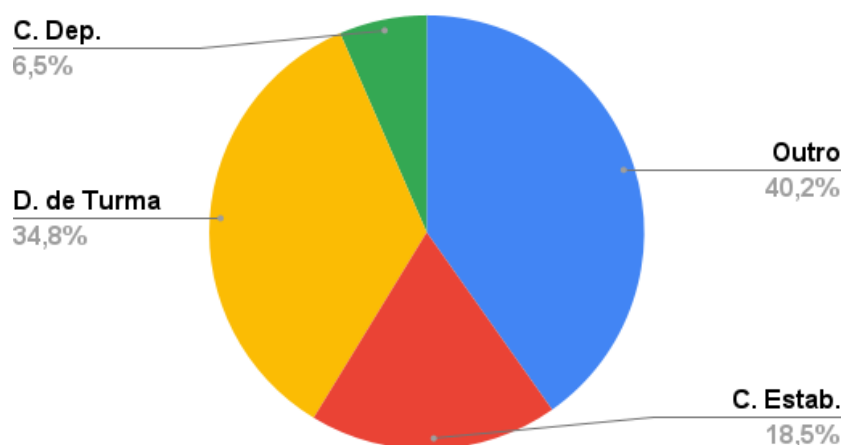
Docentes – Desempenho de cargos



Destes, 34,8% são Diretores de Turma, 18,5% são Coordenadores de Estabelecimento, 6,5% são Coordenadores de Departamento e 40,2% desempenham outros cargos e funções

Figura 19

Docentes – Cargos desempenhados



Na Figura 20, observa-se que dos respondentes, 37,1% lecionam o 3.º ciclo de escolaridade, 21,4% o 2.º ciclo, 30,8% o 1.º ciclo e 10,7% a educação pré-escolar.

Figura 20

Nível de escolaridade lecionada

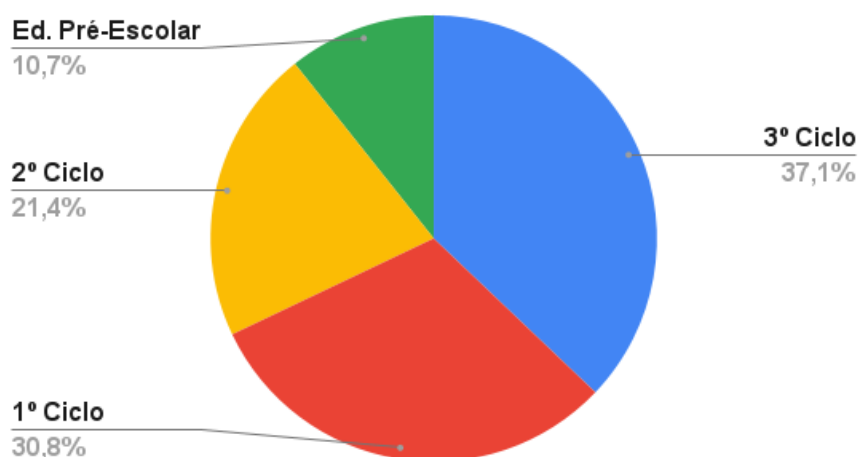


Tabela 5

Docentes – Conhecimento do Processo de Autoavaliação

	Sim	Não
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	80,5%	19,5%
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação	30,8%	69,2%
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	80,5%	19,5%
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	54,7%	45,3%
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	34%	66%
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	39%	61%

A Tabela 5 mostra os resultados relacionados com o Conhecimento do Processo de Autoavaliação por parte dos docentes, dos quais 80,5% têm conhecimento da Equipa de Autoavaliação, enquanto 19,5% indicaram não ter conhecimento.

Relativamente ao conhecimento da constituição da Equipa de Autoavaliação, 30,8% responderam “Sim” e 69,2% responderam que “Não”. A grande maioria dos docentes, 80,5%, tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação, sendo que 19,5% não

têm. Sobre os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação, 54,7% dos inquiridos referem conhecer, enquanto 45,3% indicam desconhecimento.

Quanto à identificação das medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação, 34% afirmam que sabem identificá-las, mas 66% dizem não saber.

No que se refere ao conhecimento do Plano de Melhoria do Agrupamento, 39% dos inquiridos referem conhecê-lo, enquanto 61% indicam não ter esse conhecimento.

Tabela 6

Docentes – Envolvimento e Participação

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.	3,8%	12,6%	27%	38,4%	18,2%
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.	2,5%	20,8%	25,8%	39 %	11,9%
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.	3,8%	18,9%	29,6%	38,4%	9,4%
A articulação do meu Departamento com a Equipa de Autoavaliação é positiva.	0,6%	11,9%	44%	34%	9,4%
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.	2,5%	13,8%	52,2%	27%	4,4%

Em relação aos resultados obtidos sobre o Envolvimento e Participação no processo de Autoavaliação, observa-se na Tabela 6 que, quanto à análise do Relatório de Autoavaliação no seu departamento, 3,8% dos inquiridos discordam totalmente, 12,6% discordam, 27% não sabem/não têm conhecimento, 38,4% indicam que concordam e 18,2% concordam totalmente.

Dos respondentes, 11,9% afirmam concordar totalmente e 38,4% concordam que o seu departamento discute regularmente assuntos relacionados com a autoavaliação, enquanto 2,5% discordam totalmente e 20,8% discordam. 25,8% revelam incerteza ou desconhecimento sobre o tema.

No que diz respeito à emissão de sugestões relativas ao processo, 9,4% concordam totalmente, 3,8% discordam totalmente e 18,9% discordam. 68%, indicam não saber ou não ter conhecimento.

Quanto à existência de uma articulação positiva entre os departamentos e a equipa de autoavaliação, 34% dos inquiridos concordam e 9,4% concordam totalmente, enquanto 12,5% manifestam discordância. No entanto, 44% afirmam não saber ou não ter conhecimento.

Relativamente à consideração das sugestões dos departamentos pela Equipa de Autoavaliação, 27% dos participantes concordam e 4,4% concordam totalmente, contrastando com 16,3% que discordam. A maioria, 52,2%, indicam não saber ou não ter conhecimento.

Tabela 7

Docentes – Impactos e Resultados

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.	2,5%	5,7%	43,4%	39,6%	8,8%
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola.	1,9%	10,1%	44%	37,1%	6,9%
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.	2,5%	3,8%	21,4%	47,8%	24,5%
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.	1,9%	4,4%	22%	45,9%	25,8%
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.	3,1%	8,8%	27,7%	42,8%	17,6%
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.	1,9%	4,4%	20,1%	45,3%	28,3%

Procurando entender os impactos e resultados do processo de Autoavaliação, verifica-se, na tabela 7, que, em relação às alterações na vida da escola decorrentes da autoavaliação, 39,6% dos participantes afirmam concordar e 8,8% concordam totalmente, enquanto 43,4% dizem não saber ou não ter conhecimento sobre o assunto; 5,7% discordam e 2,5% dos inquiridos discordam totalmente.

Quanto à percepção de que a Autoavaliação conduziu a melhorias nos serviços da escola, 37,1% concordam e 6,9% concordam totalmente, mas 44% dos inquiridos continuam a não ter opinião formada ou desconhecimento sobre o impacto real do processo; 10,1% discordam e 1,9% discordam totalmente.

No que se refere à capacidade da Autoavaliação para identificar pontos fortes e fracos, 24,5% concordam totalmente e 47,8% concordam, sendo que 21,4% não sabem ou não têm conhecimento, 3,8% discordam e 2,5% discordam totalmente.

Relativamente ao papel da Autoavaliação como instrumento de melhoria sustentada da escola, 1,9% discordam totalmente, 4,4% discordam, 22% não sabem/não têm conhecimento, 45,9% concordam e 25,8% concordam totalmente.

Considerando a contribuição da Autoavaliação para a melhoria dos resultados dos alunos, 3,1% discordam totalmente, 8,8% discordam, 27,7% não sabem/não têm conhecimento, 42,8% indicam concordar e 17,6% concordam totalmente.

No que respeita à influência da autoavaliação na construção de objetivos do Projeto Educativo”, 1,9% discordam totalmente, 4,4% discordam, 20,1% não sabem/não têm conhecimento, 45,3% referem concordar e 28,3% concordam totalmente.

Tabela 8

Docentes – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Um instrumento de prestação de contas.	14,5%	36,5%	10,7%	33,3%	5%
Uma resposta à avaliação externa da IGEC.	3,1%	16,4%	18,9%	52,2%	9,4%
Uma obrigação legal.	2,5%	8,8%	16,4%	59,1%	13,2%
Um processo de melhoria.	3,8%	7,5%	5%	48,4%	35,2%
Um exercício coletivo e reflexivo.	3,8%	5,7%	5%	44,7%	40,9%

Com vista a conhecer a perspetiva dos docentes relativamente ao significado da Autoavaliação, a análise da tabela 8 permite observar que, em função da afirmação que a Autoavaliação é um instrumento de prestação de contas, 14,5% dos inquiridos discordam totalmente, 36,5% discordam, 10,7% não sabem/não têm conhecimento, 33,3% concordam e 5% concordam totalmente.

Quanto à Autoavaliação ser vista como uma resposta à avaliação externa da IGEC, 3,1% discordam totalmente, 16,4% discordam, 18,9% não sabem/não têm conhecimento, 52,2% referem concordarem e 9,4% concordam totalmente.

Relativamente a ser considerada uma obrigação legal, 2,5% discordam totalmente, 8,8% discordam, 16,4% não sabem/não têm conhecimento, 59,1% indicam concordar e 13,2% concordam totalmente.

Considerando a Autoavaliação como um processo de melhoria, 3,8% discordam totalmente, 7,5% discorda, 5% não sabem/não têm conhecimento, 48,4% concordam e 35,2% concordam totalmente.

Sendo a Autoavaliação entendida como um exercício coletivo e reflexivo, 3,8% discordam totalmente, 5,7% discordam, 5% não sabem/não têm conhecimento, 44,7% referem concordar e 40,9% concordam totalmente.

Tabela 9

Docentes – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Determinar o grau de concretização do Projeto Educativo.	1,3%	5%	13,2%	56,6%	23,9%
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.	1,9%	7,5%	12,6%	56%	22%
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria.	1,3%	3,8%	10,1%	54,7%	30,2%
Influenciar as estratégias pedagógicas.	1,9%	8,2%	10,1%	57,9%	22%
Avaliar ambientes de aprendizagem.	1,9%	6,9%	14,5%	54,7%	22%
Avaliar a gestão do Agrupamento.	1,9%	7,5%	15,7%	49,7%	25,2%
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa.	1,3%	4,4%	13,2%	56,6%	24,5%

A análise dos resultados em relação à finalidade da Autoavaliação permite constatar, no que respeita a verificar o grau de concretização do Projeto Educativo, que 1,3% dos inquiridos discordam totalmente, 5% discordam, 13,2% não sabem/não têm conhecimento, 56,6% concordam e 23,9% concordam totalmente.

No que se refere à aferição da execução do Plano Plurianual de Atividades, 1,9% discordam totalmente, 7,5% discordam, 12,6% não sabem/não têm conhecimento, 56% referem concordar e 22% concordam totalmente. Relativamente à sua importância para identificar pontos a considerar na elaboração do Plano de Melhoria, 1,3% discordam totalmente, 3,8% discordam, 10,1% não sabem/não têm conhecimento, 54,7% concordam e 30,2% concordam totalmente. Quanto à sua influência nas estratégias pedagógicas, 1,9% discordam totalmente, 8,2% discordam, 10,1% não sabem/não têm conhecimento, 57,9% concordam e 22% concordam totalmente. Sobre sua função em avaliar os dois ambientes de aprendizagem, 1,9% discordam totalmente, 6,9% discordam, 14,5% não sabem/não têm conhecimento, 54,7% concordam e 22% concordam totalmente. Quanto à utilidade para avaliar a gestão do Agrupamento, 1,9% discordam totalmente, 7,5% discordam, 15,7% não sabem/não têm conhecimento, 49,7% referem concordar e 25,2% concordam totalmente. Relativamente a permitir uma avaliação das práticas colaborativas na comunidade, 1,3% discordam totalmente, 4,4% discordam, 13,2% não sabem/não têm conhecimento, 56,6% indicam concordar e 24,5% concordam totalmente.

Tabela 10

Docentes – Fatores que afetam a Autoavaliação

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento.	0,6%	2,5%	10,7%	45,9%	40,3%
A falta de tempo dificulta o processo.	0%	8,8%	7,5%	49,7%	34,0%
Os docentes mostram abertura à mudança.	2,5%	13,8%	14,5%	56,0%	13,2%
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo.	0%	4,4%	11,3%	55,3%	28,9%
A política educativa favorece a Autoavaliação.	3,8%	17,6%	15,7%	49,7%	13,2%
A avaliação externa tem impacto no processo interno.	0%	7,5%	15,1%	62,3%	15,1%

A análise dos fatores que afetam a autoavaliação, segundo a percepção dos docentes, de acordo com os resultados expressos na Tabela 10, relativamente ao excesso de tarefas burocráticas, 0,6% dos inquiridos discordam totalmente, 2,5% discordam, 10,7% não sabem/não têm conhecimento, 45,9% concordam e 40,3% concordam totalmente.

Quanto à falta de tempo, nenhum inquirido discordou totalmente, 8,8% discordam, 7,5% não sabem/não têm conhecimento, 49,7% referem concordar e 34% concordam totalmente.

No que se refere à abertura dos docentes à mudança, 2,5% discordam totalmente, 13,8% discordam, 14,5% não sabem/não têm conhecimento, 56% concordam e 13,2% concordam totalmente.

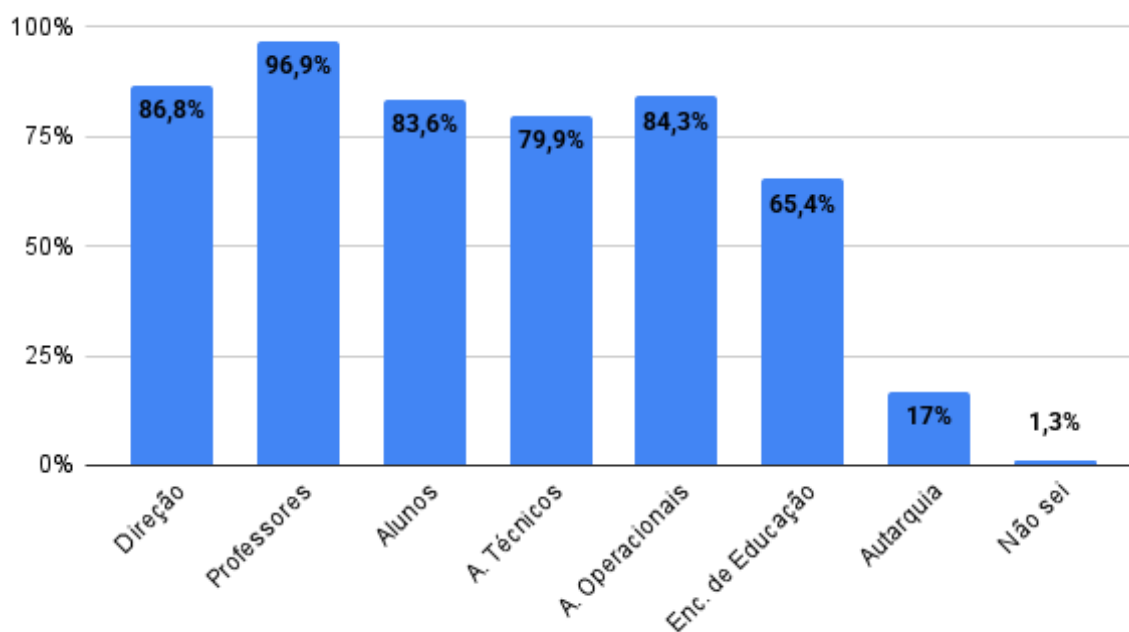
Relativamente à articulação de procedimentos e instrumentos, nenhum inquirido discordou totalmente, 4,4% discordam, 11,3% não sabem/não têm conhecimento, 55,3% concordam e 28,9% concordam totalmente.

Em relação à influência da política educativa, 3,8% discordam totalmente, 17,6% discordam, 15,7% não sabem/não têm conhecimento, 49,7% referem concordar e 13,2% concordam totalmente.

Em função da declaração “A avaliação externa tem impacto no processo interno”, nenhum inquirido discordou totalmente, 7,5% discordam, 15,1% não sabem/não têm conhecimento, 62,3% indicam concordar e 15,1% concordam totalmente.

Figura 21

Docentes – Intervenientes no processo de Autoavaliação



A Figura 21 revela que os docentes consideram os professores (96,9%) como o grupo mais importante a ter em consideração na Autoavaliação, seguindo-se a Direção (86,8%), os Assistente Operacionais (84,3%) e os alunos (83,6%). Os Assistentes Técnicos são indicados por 79,9%, os Encarregados de Educação por 65,4% e a autarquia por 17%, sendo que 1,3% respondem “Não sei”.

3.4.2. LIDEREANÇAS INTERMÉDIAS

3.4.2.1. COORDENADORES DE ESTABELECIEMNTO

No Agrupamento existem 20 Coordenadores de Estabelecimento, sendo que foi obtida a respostas de 17, atingindo-se uma percentagem de resposta de 85%.

Tabela 11

Coordenadores de Estabelecimento – Conhecimento do Processo de Autoavaliação

	Sim	Não
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	94,1%	5,9%
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação	23,5%	76,5%
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	88,2%	11,8%
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	35,3%	64,7%
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	29,4%	70,6%
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	41,2%	58,8%

De acordo com os resultados obtidos, expressos na tabela 11, sobre “O conhecimento do Processo de Autoavaliação”, após questionados os Coordenadores de Estabelecimento, verifica-se 94,1% têm conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento e 5,9% não. Quanto à constituição da equipa, 23,5% afirmam conhecê-la, enquanto 76,5% não. Relativamente ao Relatório Final de Autoavaliação, 88,2% dos inquiridos têm conhecimento da sua existência e 11,8% desconhecem. No que se refere aos parâmetros e indicadores utilizados na autoavaliação, 35,3% indicam conhecê-los, ao contrário dos restantes 64,7%. Sobre a identificação das medidas propostas no último relatório, 29,4% afirmam conseguir fazê-lo e 70,6% não. Por fim, relativamente ao Plano de Melhoria do Agrupamento, 41,2% conhecem-no e 58,8% desconhecem o mesmo.

Tabela 12*Coordenadores de Estabelecimento – Envolvimento e Participação*

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.	5,9%	11,8%	23,5%	52,9%	5,9%
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.	5,9%	35,3%	29,4%	29,4%	0%
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.	0%	29,4%	35,3%	35,3%	0%
A articulação do meu Departamento com a Equipa de Autoavaliação é positiva.	0%	17,6%	35,3%	35,3%	11,8%
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.	0%	29,4%	47,1%	17,6%	5,9%

Em relação às questões relacionadas com o Envolvimento e Participação no processo de Autoavaliação, observa-se, na Tabela 12, que os Coordenadores de Estabelecimento, em resposta à afirmação “O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação”, a análise do Relatório de Autoavaliação é reconhecida pela maioria, com 52,9% a concordar e 5,9% a concordar totalmente, enquanto 5,9% discordam totalmente, 11,8% discordam e 23,5% não sabem/não têm conhecimento.

No que se refere à discussão regular de assuntos relacionados com a autoavaliação, apenas 29,4% dos docentes concordam e nenhum concorda totalmente, enquanto 5,9% discordam totalmente, 35,3% discordam e 29,4% não sabem.

Relativamente à emissão de sugestões relativas ao processo, 35,3% dos docentes concordam que o seu departamento o faz, mas nenhum concorda totalmente, 29,4% discordam e 35,3% não sabem ou não têm opinião.

A articulação do Departamento com a Equipa de Autoavaliação é considerada positiva por 35,3% dos docentes, enquanto 11,8% concordam totalmente. Por outro lado, 17,6% discordam e 35,3% não sabem.

Quanto à consideração das sugestões emitidas pelo Departamento, apenas 17,6% dos docentes concordam e 5,9% concordam totalmente que são tidas em conta, enquanto 29,4% discordam e 47,1% não sabem.

Tabela 13

Coordenadores de Estabelecimento – Impactos e Resultados

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.	5,9%	0%	41,2%	35,3%	17,6%
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola.	5,9%	5,9%	41,2%	29,4%	17,6%
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.	0%	0%	5,9%	70,6%	23,5%
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.	0%	5,9%	17,6%	52,9%	23,5%
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.	5,9%	5,9%	17,6%	47,1%	23,5%
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.	0%	5,9%	11,8%	58,8%	23,5%

Na opinião do Coordenadores de Estabelecimento sobre os Impactos e Resultados do processo de Autoavaliação, verifica-se, na tabela 13, que, em resposta à afirmação “Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação”, 17,6% dos docentes concordam totalmente, 35,3% concordam, 41,2% não sabem e 5,9% discordam totalmente.

No que se refere à melhoria dos serviços da escola, 17,6% concordam totalmente e 29,4% concordam que a autoavaliação levou a melhorias, enquanto 5,9% discordam e outros 5,9% discordam totalmente, com 41,2% a não terem opinião formada. A autoavaliação é também considerada um instrumento útil para identificar pontos fortes e fracos da escola, com 70,6% dos docentes a concordarem e 23,5% a concordarem totalmente; apenas 5,9% não sabem ou não têm conhecimento.

Quanto à utilização da autoavaliação como instrumento de melhoria sustentada da escola, 52,9% concordam e 23,5% concordam totalmente, 5,9% discordam, 17,6% não sabem e nenhum docente discordou totalmente.

Em relação à melhoria dos resultados dos alunos, 47,1% concordam e 23,5% concordam totalmente que a autoavaliação contribuiu para tal, enquanto 5,9% discordam, 5,9% discordam totalmente e 17,6% não sabem.

No que se refere à influência da autoavaliação na construção de objetivos no Projeto Educativo, é reconhecida por 58,8% que concordam e 23,5% que concordam totalmente, 5,9% discordam e 11,8% não sabem.

Tabela 14

Coordenadores de Estabelecimento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Um instrumento de prestação de contas.	11,8%	29,4%	17,6%	41,2%	0%
Uma resposta à avaliação externa da IGEC.	0%	17,6%	5,9%	58,8%	17,6%
Uma obrigação legal.	0%	0%	29,4%	58,8%	11,8%
Um processo de melhoria.	0%	0%	5,9%	52,9%	41,2%
Um exercício coletivo e reflexivo.	0%	5,9%	5,9%	41,2%	47,1%

A perspetiva dos Coordenadores de Estabelecimento, relativamente à finalidade da Autoavaliação, de acordo com a análise da tabela 14, permite constatar que este grupo considera a Autoavaliação um instrumento de prestação de contas, 41,2% concordam, 17,6% não sabem, 29,4% discordam e 11,8% discordam totalmente.

Quanto à perceção de que a autoavaliação é uma resposta à avaliação externa da IGEC, 58,8% dos docentes concordam e 17,6% concordam totalmente, 17,6% discordam e 5,9% não sabem.

Em relação à afirmação de que a autoavaliação é uma obrigação legal, 58,8% concordam, 11,8% concordam totalmente e 29,4% não sabem, não havendo discordâncias registadas.

Sobre a percepção da autoavaliação como um processo de melhoria, 52,9% concordam e 41,2% concordam totalmente, 5,9% não sabem e não houve discordâncias.

Face à consideração da autoavaliação como um exercício coletivo e reflexivo, 41,2% dos docentes concordam, 47,1% concordam totalmente, 5,9% discordam e 5,9% não sabem.

Tabela 15

Coordenadores de Estabelecimento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Determinar o grau de concretização do Projeto Educativo.	0%	5,9%	17,6%	52,9%	23,5%
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.	0%	17,6%	17,6%	35,3%	29,4%
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria.	0%	5,9%	11,8%	52,9%	29,4%
Influenciar as estratégias pedagógicas.	0%	0%	11,8%	88,2%	0%
Avaliar ambientes de aprendizagem.	0%	5,9%	29,4%	64,7%	0%
Avaliar a gestão do Agrupamento.	0%	5,9%	23,5%	64,7%	5,9%
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa.	0%	0%	17,6%	76,5%	5,9%

Procurando entender a opinião dos Coordenadores de Estabelecimento, no sentido do que a Autoavaliação permite, a análise da tabela 15 mostra que, quanto à determinação do grau de concretização do Projeto Educativo, 52,9% dos docentes concordam e 23,5% concordam totalmente, 17,6% não sabem e 5,9% discordam.

Relativamente à aferição da execução do Plano Plurianual de Atividades, 35,3% concordam e 29,4% concordam totalmente, enquanto 17,6% discordam e 17,6% não sabem.

No que se refere à indicação de pontos a considerar na elaboração do Plano de Melhoria, 52,9% dos docentes concordam e 29,4% concordam totalmente, 11,8% não sabem e 5,9% discordam.

A influência nas estratégias pedagógicas é reconhecida por 88,2% dos docentes que concordam, 11,8% não sabem, e não houve discordâncias.

Quanto à avaliação dos ambientes de aprendizagem, 64,7% concordam e nenhum docente concorda totalmente; 29,4% não sabem e 5,9% discordam.

Já a avaliação da gestão do Agrupamento, através do processo de Autoavaliação, é reconhecida por 64,7% que concordam e 5,9% que concordam totalmente, enquanto 23,5% não sabem e 5,9% discordam.

A maioria dos inquiridos (76,5%) concorda que a Autoavaliação permite avaliar as práticas colaborativas, 5,9% concorda totalmente e 17,6% não sabe ou não tem conhecimento.

Tabela 16

Coordenadores de Estabelecimento – Fatores que afetam a Autoavaliação.

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento.	0%	0%	11,8%	35,3%	52,9%
A falta de tempo dificulta o processo.	0%	11,8%	5,9%	29,4%	52,9%
Os docentes mostram abertura à mudança.	5,9%	0%	5,9%	70,6%	17,6%
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo.	0%	0%	5,9%	58,8%	35,3%
A política educativa favorece a Autoavaliação.	5,9%	5,9%	17,6%	52,9%	17,6%
A avaliação externa tem impacto no processo interno.	0%	11,8%	11,8%	70,6%	5,9%

Os resultados apresentados na tabela 16 refletem a perceção dos Coordenadores de Estabelecimento sobre fatores que facilitam ou dificultam o envolvimento e o desenvolvimento do processo de Autoavaliação. Quanto ao impacto do excesso de tarefas burocráticas, 52,9% dos docentes concordam totalmente e 35,3% concordam que esta situação dificulta o envolvimento, enquanto 11,8% não sabem.

Relativamente à falta de tempo, 52,9% dos docentes concordam totalmente, 29,4% concordam, 11,8% discordam e 5,9% não sabem.

No que diz respeito à abertura dos docentes à mudança, 70,6% concordam e 17,6% concordam totalmente, 5,9% discordam totalmente e 5,9% não sabem.

A articulação de procedimentos e instrumentos é considerada facilitadora por 58,8% dos docentes que concordam e 35,3% que concordam totalmente, 5,9% não sabem e não houve discordâncias.

Quanto à política educativa, 52,9% concordam e 17,6% concordam totalmente que esta favorece a autoavaliação, enquanto 5,9% discordam, 5,9% discordam totalmente e 17,6% não sabem. Relativamente ao impacto da avaliação externa no processo interno, 70,6% dos docentes concordam, 5,9% concordam totalmente, 11,8% discordam e 11,8% não sabem.

3.4.2.2. COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

No Agrupamento existem 6 Departamentos, sendo que foi obtida a respostas de todos os Coordenadores de Departamento.

Tabela 17

Coordenadores de Departamento – Conhecimento do Processo de Autoavaliação

	Sim	Não
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	83,3%	16,7%
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação	66,7%	33,3%
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	66,7%	33,3%
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	66,7%	33,3%
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	33,3%	66,7%
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	50,0%	50,0%

Quando questionados os Coordenadores de Departamento sobre “Conhecimento do Processo de Autoavaliação”, observa-se que estes têm conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento, com 83,3% de respostas afirmativas e 16,7%

negativas. Relativamente à constituição da equipa, 66,7% afirmam conhecê-la e 33,3% não. Quanto ao Relatório Final de Autoavaliação, 66,7% indicam ter conhecimento da sua existência, enquanto 33,3% afirmam desconhecê-lo. No que diz respeito ao conhecimento dos parâmetros e indicadores utilizados no processo de autoavaliação, 66,7% dos inquiridos responderam afirmativamente e 33,3% não. Relativamente às medidas propostas no último relatório, 33,3% dos docentes referem conseguir identificá-las, contrastando com 66,7% que não. Por fim, metade dos inquiridos (50%) declara conhecer o Plano de Melhoria do Agrupamento, enquanto a outra metade afirma não ter esse conhecimento.

Tabela 18

Coordenadores de Departamento – Envolvimento e Participação

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.	0%	50%	16,7%	33,3%	0%
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.	0%	16,7%	0%	33,3%	50,0%
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.	0%	16,7%	16,7%	50%	16,7%
A articulação do meu Departamento com a Equipa de Autoavaliação é positiva.	0%	0%	16,7%	50%	33,3%
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.	0%	0%	33,3%	66,7%	0%

Em relação às afirmações relacionadas com o Envolvimento e Participação no processo de Autoavaliação, observa-se, na tabela 18, que, em resposta à afirmação sobre a análise do Relatório de Autoavaliação pelo Departamento, 33,3% dos Coordenadores de Departamento concordam, 50,0% discordam, 16,7% não sabem e não houve registo de concordância total.

No que se refere à discussão regular de assuntos relacionados com a autoavaliação, 50% dos docentes concordam totalmente, 33,3% concordam e 16,7% discordam.

Quanto à emissão de sugestões relativas ao processo, 50% concordam, 16,7% concordam totalmente, 16,7% não sabem e 16,7% discordam.

A articulação do Departamento com a Equipa de Autoavaliação é considerada positiva por 50% que concordam e 33,3% que concordam totalmente, 16,7% não sabem, sem discordâncias registadas.

Por fim, relativamente à consideração das sugestões do Departamento pela Equipa de Autoavaliação, 66,7% concordam, 33,3% não sabem e não houve discordâncias nem concordância total.

Tabela 19

Coordenadores de Departamento – Impactos e Resultados

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.	0%	0%	0%	83,3%	16,7%
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola	0%	0%	16,7%	66,7%	16,7%
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.	0%	0%	0%	83,3%	16,7%
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.	0%	16,7%	0%	50,0%	33,3%
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%

Procurando entender a opinião do Coordenadores de Departamento sobre os Impactos e Resultados do processo de Autoavaliação, verifica-se, na tabela 19, que, em resposta à afirmação “Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação”, 83,31% concordam e 16,7% concordam totalmente.

Quanto à melhoria nos serviços da escola, proporcionada pela autoavaliação do Agrupamento, 66,7% dos docentes concordam, 16,7% concordam totalmente e 16,7% não sabem.

Relativamente à identificação de pontos fortes e fracos, 83,3% concordam e 16,7% concordam totalmente, não havendo discordâncias nem desconhecimento.

A percepção da Autoavaliação, como instrumento de melhoria sustentada, é reforçada por 66,7% que concordam e 33,3% que concordam totalmente, sem discordâncias nem desconhecimento.

Quanto à melhoria dos resultados dos alunos, 50% concordam, 33,3% concordam totalmente e 16,7% discordam.

Relativamente à influência na construção de objetivos do Projeto Educativo, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

Tabela 20

Coordenadores de Departamento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Um instrumento de prestação de contas.	0%	50%	0%	33,3%	16,7%
Uma resposta à avaliação externa da IGEC.	0%	0%	0%	83,3%	16,7%
Uma obrigação legal.	0%	0%	0%	100%	0%
Um processo de melhoria.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
Um exercício coletivo e reflexivo.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%

No sentido de conhecer a opinião dos Coordenadores de Departamento, relativamente à finalidade da Autoavaliação, através da análise da tabela 20, observa-se que, quando considerada um instrumento de prestação de contas, 33,3% concordam, 16,7% concordam totalmente e 50% discordam.

Quanto à ideia de que a autoavaliação é uma resposta à avaliação externa da IGEC, 83,3% concordam e 16,7% concordam totalmente.

Em relação à percepção da autoavaliação como uma obrigação legal, 100% dos docentes concordam, mostrando unanimidade no reconhecimento da base legal do processo.

Relativamente à autoavaliação enquanto processo de melhoria, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

No que respeita à autoavaliação como exercício coletivo e reflexivo, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

Tabela 21

Coordenadores de Departamento – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Determinar o grau de concretização do Projeto Educativo.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.	0%	0%	0%	83,3%	16,7%
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
Influenciar as estratégias pedagógicas.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
Avaliar ambientes de aprendizagem.	0%	0%	16,7%	66,7%	16,7%
Avaliar a gestão do Agrupamento.	0%	0%	16,7%	50%	33,3%
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa.	0%	0%	16,7%	50%	33,3%

No que diz respeito à perspetiva dos Coordenadores de Departamento, relativamente ao que Autoavaliação permite, a análise da tabela 21 permite observar que, quanto à afirmação que a Autoavaliação promove a determinação do grau de concretização do Projeto Educativo, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

No que se refere à aferição da execução do Plano Plurianual de Atividades, 83,3% concordam e 16,7% concordam totalmente.

Quanto à indicação de pontos a ter em consideração na elaboração do Plano de Melhoria, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

No que concerne à avaliação das estratégias pedagógicas, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente.

No que diz respeito à avaliação de ambientes de aprendizagem, 66,7% concordam, 16,7% concordam totalmente e 16,7% não sabem, sem discordâncias registradas.

Quanto à avaliação da gestão do Agrupamento, 50% concordam, 33,3% concordam totalmente e 16,7% não sabem.

Em relação à avaliação de práticas colaborativas na comunidade educativa, 50% concordam, 33,3% concordam totalmente e 16,7% não sabem.

Tabela 22

Coordenadores de Departamento – Fatores que afetam a Autoavaliação.

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento.	0%	0%	0%	66,7%	33,3%
A falta de tempo dificulta o processo.	0%	0%	0%	50%	50%
Os docentes mostram abertura à mudança.	0%	0%	0%	100%	0%
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo.	0%	0%	0%	83,3%	16,7%
A política educativa favorece a Autoavaliação.	0%	33,3%	16,7%	50%	0%
A avaliação externa tem impacto no processo interno.	0%	0%	16,7%	66,7%	16,7%

Os resultados apresentados na tabela 22 refletem a percepção dos Coordenadores de Departamento sobre fatores que facilitam ou dificultam o envolvimento e o desenvolvimento do processo de autoavaliação.

Relativamente ao impacto do excesso de tarefas burocráticas, 66,7% concordam e 33,3% concordam totalmente que este fator dificulta o envolvimento.

No que diz respeito à falta de tempo, 50% concordam e 50% concordam totalmente que esta limita a execução do processo.

Quanto à abertura à mudança, 100% dos docentes concordam que mostram disponibilidade para novas práticas e melhorias.

Relativamente à articulação de procedimentos e instrumentos, 83,3% concordam e 16,7% concordam totalmente que facilita o processo.

Sobre a política educativa, 50% concordam, 33,3% discordam e 16,7% não sabem se esta favorece a autoavaliação.

Em relação ao impacto da avaliação externa no processo interno, 66,7% concordam, 16,7% concordam totalmente e 16,7% não sabem.

3.4.2.3. DIRETORES DE TURMA (2.º E 3.º CICLOS)

Tabela 23

Diretores de Turma – Conhecimento do Processo de Autoavaliação

	Sim	Não
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	65,6%	34,4%
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação	34,4%	65,6%
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	78,1%	21,9%
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	56,3%	43,8%
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	28,1%	71,9%
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	34,4%	65,6%

Relativamente ao “Conhecimento do Processo de Autoavaliação” por parte dos Diretores de Turma, constata-se que 65,6% afirmam conhecer a existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento, enquanto 34,4% dizem não ter esse conhecimento. No que se

refere à constituição da equipa, 34,4% indicam conhecê-la e 65,6% não. Relativamente ao Relatório Final de Autoavaliação, 78,1% dos inquiridos têm conhecimento da sua existência, ao passo que 21,9% não. Quanto aos parâmetros e indicadores utilizados no processo de autoavaliação, 56,3% responderam afirmativamente e 43,8% não são capazes de os identificar. Em relação à identificação das medidas propostas no último relatório, 28,1% afirmam conseguí-lo, contrastando com 71,9% que não. Por último, 34,4% conhecem o Plano de Melhoria do Agrupamento e 65,6% desconhecem o mesmo.

Tabela 24

Diretores de Turma – Envolvimento e Participação

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.	3,1%	9,4%	15,6%	53,1%	18,8%
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.	0%	18,8%	21,9%	43,8%	15,6%
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.	0%	18,8%	28,1%	43,8%	9,4%
A articulação do meu Departamento com a Equipa de Autoavaliação é positiva.	0%	9,4%	40,6%	46,9%	3,1%
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.	3,1%	9,4%	50%	34,4%	3,1%

Em relação às afirmações relacionadas com o Envolvimento e Participação no processo de Autoavaliação, observa-se, na tabela 24, que os Diretores de Turma, em resposta à afirmação sobre a realização da análise do Relatório de Autoavaliação pelo seu Departamento, 53,1% concordam, 18,8% concordam totalmente, 15,6% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

No que se refere à discussão regular de assuntos relacionados com a autoavaliação, 43,8% concordam, 15,6% concordam totalmente, 21,9% não sabem e 18,8% discordam.

Quanto ao hábito de emitir sugestões relativas ao processo, 43,8% concordam, 9,4% concordam totalmente, 28,1% não sabem e 18,8% discordam.

Relativamente à articulação com a Equipa de Autoavaliação, 46,9% concordam, 3,1% concordam totalmente, 40,6% não sabem e 9,4% discordam.

Quanto à consideração das sugestões do departamento pela Equipa de Autoavaliação, 34,4% concordam, 3,1% concordam totalmente, 50% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Tabela 25

Diretores de Turma – Impactos e Resultados

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.	0%	9,4%	43,8%	40,6%	6,3%
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola.	3,1%	12,5%	50,0%	31,3%	3,1%
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.	3,1%	9,4%	28,1%	40,6%	18,8%
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.	3,1%	6,3%	25%	50%	15,6%
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.	3,1%	6,3%	34,4%	43,8%	12,5%
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.	3,1%	3,1%	28,1%	46,9%	18,8%

Procurando entender a opinião dos Diretores de Turma sobre os Impactos e Resultados do processo de Autoavaliação, verifica-se, na tabela 25, que, em resposta à afirmação “Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação”, 40,6% concordam, 6,3% concordam totalmente, 43,8% não sabem e 9,4% discordam.

Relativamente à percepção de que a Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola, 31,3% concordam, 3,1% concordam totalmente, 50% não sabem, 12,5% discordam e 3,1% discordam totalmente.

No que se refere à identificação de pontos fortes e fracos, 40,6% concordam, 18,8% concordam totalmente, 28,1% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Considerando a autoavaliação como instrumento de melhoria sustentada da escola, 50% concordam, 15,6% concordam totalmente, 25% não sabem, 6,3% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Em relação à contribuição para a melhoria dos resultados dos alunos, 43,8% concordam, 12,5% concordam totalmente, 34,4% não sabem, 6,3% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Relativamente à influência da autoavaliação na construção de objetivos do Projeto Educativo, 46,9% concordam, 18,8% concordam totalmente, 28,1% não sabem, 3,1% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Tabela 26

Diretores de Turma – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Um instrumento de prestação de contas.	9,4%	34,4%	12,5%	43,8%	0%
Uma resposta à avaliação externa da IGEC.	0%	15,6%	25%	53,1%	6,3%
Uma obrigação legal.	3,1%	9,4%	18,8%	53,1%	15,6%
Um processo de melhoria.	9,4%	12,5%	6,3%	43,8%	28,1%
Um exercício coletivo e reflexivo.	9,4%	3,1%	6,3%	53,1%	28,1%

Quanto à opinião dos Diretores de Turma, relativamente à finalidade da Autoavaliação, perante a afirmação de que a autoavaliação é um instrumento de prestação de contas, 43,8% concordam, 34,4% discordam, 12,5% não sabem e 9,4% discordam totalmente.

Quanto à percepção de que a Autoavaliação é uma resposta à avaliação externa da IGEC, 53,1% concordam, 6,3% concordam totalmente, 25% não sabem e 15,6% discordam.

Em relação à ideia de que a Autoavaliação é uma obrigação legal, 53,1% concordam, 15,6% concordam totalmente, 18,8% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Sobre a percepção da autoavaliação como um processo de melhoria, 43,8% concordam, 28,1% concordam totalmente, 6,3% não sabem, 12,5% discordam e 9,4% discordam totalmente.

Face à consideração da autoavaliação como um exercício coletivo e reflexivo, 53,1% concordam, 28,1% concordam totalmente, 6,3% não sabem, 3,1% discordam e 9,4% discordam totalmente.

Tabela 27

Diretores de Turma – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Determinar o grau de concretização do Projeto Educativo.	3,1%	9,4%	9,4%	56,3%	21,9%
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.	3,1%	9,4%	9,4%	56,3%	21,9%
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria.	3,1%	6,3%	6,3%	56,3%	28,1%
Influenciar as estratégias pedagógicas.	3,1%	6,3%	12,5%	53,1%	25,0%
Avaliar ambientes de aprendizagem.	3,1%	3,1%	15,6%	50%	28,1%
Avaliar a gestão do Agrupamento.	3,1%	6,3%	12,5%	46,9%	31,3%
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa.	3,1%	9,4%	6,3%	50 %	31,3%

Procurando conhecer a perspetiva dos Diretores de Turma, relativamente ao que a Autoavaliação permite, quanto à afirmação que determina o grau de concretização do Projeto Educativo, 56,3% concordam, 21,9% concordam totalmente, 9,4% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Quanto à aferição da execução do Plano Plurianual de Atividades, 56,3% concordam, 21,9% concordam totalmente, 9,4% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

No que se refere à indicação dos pontos a considerar na elaboração do Plano de Melhoria, 56,3% concordam, 28,1% concordam totalmente, 6,3% não sabem, 6,3% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Sobre a influência nas estratégias pedagógicas, 53,1% concordam, 25% concordam totalmente, 12,5% não sabem, 6,3% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Relativamente à avaliação dos ambientes de aprendizagem, 50% concordam, 28,1% concordam totalmente, 15,6% não sabem, 3,1% discordam e 3,1% discordam totalmente.

No que respeita à avaliação da gestão do Agrupamento, 46,9% concordam, 31,3% concordam totalmente, 12,5% não sabem, 6,3% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Em relação à avaliação das práticas colaborativas na comunidade educativa, 50% concordam, 31,3% concordam totalmente, 6,3% não sabem, 9,4% discordam e 3,1% discordam totalmente.

Tabela 28

Diretores de Turma – Fatores que afetam a Autoavaliação.

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento.	3,1%	0%	9,4%	62,5%	25,0%
A falta de tempo dificulta o processo.	0%	9,4%	9,4%	62,5%	18,8%
Os docentes mostram abertura à mudança.	0%	12,5%	18,8%	56,3%	12,5%
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo.	0%	6,3%	9,4%	59,4%	25%
A política educativa favorece a Autoavaliação.	6,3%	15,6%	9,4%	53,1%	15,6%
A avaliação externa tem impacto no processo interno.	0%	21,9%	12,5%	56,3%	9,4%

Os resultados apresentados na tabela 28 refletem a perceção dos Diretores de Turma sobre fatores que facilitam ou dificultam o envolvimento e o desenvolvimento do processo de autoavaliação.

Relativamente ao excesso de tarefas burocráticas, 62,5% concordam e 25% concordam totalmente que ele dificulta o envolvimento, 9,4% não sabem e 3,1% discordam totalmente.

Quanto à falta de tempo, 62,5% concordam, 18,8% concordam totalmente, 9,4% não sabem e 9,4% discordam.

No que se refere à abertura dos docentes à mudança, 56,3% concordam, 12,5% concordam totalmente, 18,8% não sabem e 12,5% discordam.

Sobre a articulação de procedimentos e instrumentos, 59,4% concordam, 25% concordam totalmente, 9,4% não sabem e 6,3% discordam.

Em relação à política educativa, 53,1% concordam, 15,6% concordam totalmente, 9,4% não sabem, 15,6% discordam e 6,3% discordam totalmente.

No que se refere ao impacto da avaliação externa no processo interno, 56,3% concordam, 9,4% concordam totalmente, 12,5% não sabem e 21,9% discordam.

3.4.2.4. OUTROS CARGOS E FUNÇÕES

Tabela 29

Outros cargos e funções – Conhecimento do Processo de Autoavaliação

	Sim	Não
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	91,9%	8,1%
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação	37,8%	62,2%
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	83,8%	16,2%
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	56,8%	43,2%
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	32,4%	67,6%
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	43,2%	56,8%

Nas questões relacionadas com o Conhecimento do Processo de Autoavaliação, verifica-se que 91,9% dos docentes refere conhecer a existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento, enquanto 8,1% não tem esse conhecimento. Relativamente à constituição da equipa, 37,8% afirmam conhecê-la e 62,2% não. No que diz respeito ao Relatório Final de Autoavaliação, 83,8% indicam ter conhecimento da sua existência, contrastando com 16,2% que não. Quanto aos parâmetros e indicadores utilizados no processo, 56,8% dizem conhecê-los e 43,2% não. Em relação à identificação das medidas propostas no

último relatório, 32,4% afirmam consegui-lo, enquanto 67,6% não. Por fim, 43,2% conhecem o Plano de Melhoria do Agrupamento, ao passo que 56,8% não têm esse conhecimento.

Tabela 30

Outros cargos e funções – Envolvimento e Participação

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.	5,4%	18,9%	18,9%	37,8%	18,9%
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.	2,7%	27,0%	18,9%	40,5%	10,8%
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.	5,4%	29,7%	18,9%	35,1%	10,8%
A articulação do meu Departamento com a Equipa de Autoavaliação é positiva.	0%	21,6%	40,5%	29,7%	8,1%
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.	2,7%	27%	40,5%	27%	2,7%

Em relação às afirmações relacionadas com o Envolvimento e Participação no processo de Autoavaliação, observa-se, na Tabela 30, que, em resposta à afirmação sobre a realização da análise do Relatório de Autoavaliação, 37,8% dos docentes que desempenham outros cargos e funções concordam e 18,9% concordam totalmente que o seu departamento realiza esta análise, enquanto 18,9% não sabem, 18,9% discordam e 5,4% discordam totalmente.

Quanto à discussão regular de assuntos de autoavaliação, 40,5% concordam, 10,8% concordam totalmente, 18,9% não sabem, 27% discordam e 2,7% discordam totalmente.

No que se refere à emissão de sugestões pelo departamento, 35,1% concordam e 10,8% concordam totalmente, 18,9% não sabem, 29,7% discordam e 5,4% discordam totalmente.

Sobre a articulação positiva com a Equipa de Autoavaliação, 29,7% concordam, 8,1% concordam totalmente, 40,5% não sabem e 21,6% discordam.

Relativamente à consideração das sugestões do departamento pela Equipa de Autoavaliação, 27% concordam, 2,7% concordam totalmente, 40,5% não sabem, 27% discordam e 2,7% discordam totalmente.

Tabela 31*Outros cargos e funções – Impactos e Resultados*

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.	2,7%	2,7%	37,8%	51,4%	5,4%
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola.	0%	10,8%	37,8%	48,6%	2,7%
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.	0%	2,7%	16,2%	56,8%	24,3%
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.	0%	5,4%	16,2%	48,6%	29,7%
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.	2,7%	5,4%	24,3%	48,6%	18,9%
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.	0,0%	0%	16,2%	51,4%	32,4%

Procurando entender a opinião dos docentes que desempenham outros cargos e funções, sobre os Impactos e Resultados do processo de Autoavaliação, verifica-se, na Tabela 31, que, em resposta à afirmação “Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação, 51,4% concordam, 5,4% concordam totalmente, 37,8% não sabem e apenas 5,4% discordam ou discordam totalmente.

Relativamente às melhorias nos serviços da escola, 48,6% concordam, 2,7% concordam totalmente, 37,8% não sabem e 10,8% discordam.

Sobre a identificação de pontos fortes e fracos, 56,8% concordam, 24,3% concordam totalmente e apenas 2,7% discordam, com 16,2% não sabem.

Quanto ao papel da Autoavaliação como instrumento de melhoria sustentada da escola, 48,6% concordam e 29,7% concordam totalmente, 16,2% não sabem e 5,4% discordam.

Em relação à melhoria dos resultados dos alunos, 48,6% concordam, 18,9% concordam totalmente, 24,3% não sabem e 8,1% discordam.

Questionando quanto à influência na construção de objetivos do Projeto Educativo, 51,4% concordam, 32,4% concordam totalmente e 16,2% não sabem, sem registo de discordâncias.

Tabela 32

Outros cargos e funções – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação é”

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Um instrumento de prestação de contas.	18,9%	27%	10,8%	32,4%	10,8%
Uma resposta à avaliação externa da IGEC.	5,4%	10,8%	13,5%	51,4%	18,9%
Uma obrigação legal.	2,7%	5,4%	2,7%	70,3%	18,9%
Um processo de melhoria.	2,7%	0%	5,4%	43,2%	48,6%
Um exercício coletivo e reflexivo.	0%	2,7%	5,4%	37,8%	54,1%

Os docentes com outros cargos e funções, face à ideia de que a autoavaliação é um instrumento de prestação de contas, 18,9% discordam totalmente, 27% discordam, 10,8% não sabem ou não têm conhecimento, 32,4% concordam e 10,8% concordam totalmente.

No que se refere à afirmação de que é uma resposta à avaliação externa da IGEC, 5,4% discordam totalmente, 10,8% discordam, 13,5% não sabem, 51,4% concordam e 18,9% concordam totalmente. Quando considerada uma obrigação legal, 2,7% discordam totalmente, 5,4% discordam, 2,7% não sabem, 70,3% concordam e 18,9% concordam totalmente.

No caso da afirmação de que a Autoavaliação é um processo de melhoria, 2,7% discordam totalmente, 5,4% não sabem, 43,2% concordam e 48,6% concordam totalmente. Por fim, quanto à perceção da Autoavaliação como um exercício coletivo e reflexivo, 2,7% discordam, 5,4% não sabem, 37,8% concordam e 54,1% concordam totalmente.

Tabela 33*Outros cargos e funções – Finalidades da Autoavaliação “A Autoavaliação permite”*

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
Determinar o grau de concretização do Projeto Educativo.	0%	2,7%	5,4%	54,1%	37,8%
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.	0%	5,4%	2,7%	64,9%	27%
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria.	0%	0%	2,7%	56,8%	40,5%
Influenciar as estratégias pedagógicas.	0%	5,4%	5,4%	56,8%	32,4%
Avaliar ambientes de aprendizagem.	0%	5,4%	5,4%	56,8%	32,4%
Avaliar a gestão do Agrupamento.	0%	2,7%	10,8%	54,1%	32,4%
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa.	0%	0%	10,8%	56,8%	32,4%

Procurando conhecer a perspetiva dos docentes que desempenham outros cargos à finalidade da Autoavaliação, no sentido do que a Autoavaliação permite, a análise da Tabela 33 permite observar que, relativamente à possibilidade de determinar o grau de concretização do Projeto Educativo, 2,7% discordam, 5,4% não sabem ou não têm conhecimento, 54,1% concordam e 37,8% concordam totalmente. Quanto a aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades, 5,4% discordam, 2,7% não sabem, 64,9% concordam e 27% concordam totalmente. Na afirmação de que a autoavaliação permite indicar os pontos a ter em consideração na elaboração do Plano de Melhoria, 2,7% não sabem, 56,8% concordam e 40,5% concordam totalmente. Relativamente à influência nas estratégias pedagógicas, 5,4% discordam, 5,4% não sabem, 56,8% concordam e 32,4% concordam totalmente. No que respeita à avaliação de ambientes de aprendizagem, 5,4% discordam, 5,4% não sabem, 56,8% concordam e 32,4% concordam totalmente. Quanto à avaliação da gestão do Agrupamento, 2,7% discordam, 10,8% não sabem, 54,1% concordam e 32,4% concordam totalmente. Por fim, relativamente à avaliação das práticas colaborativas na comunidade educativa, 10,8% não sabem, 56,8% concordam e 32,4% concordam totalmente.

Tabela 34*Outros cargos e funções – Fatores que afetam a Autoavaliação.*

	Discordo Totalmente	Discordo	Não sei Não tenho conhecimento	Concordo	Concordo Totalmente
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento.	0%	0%	0%	48,6%	51,4%
A falta de tempo dificulta o processo.	0%	5,4%	0%	48,6%	45,9%
Os docentes mostram abertura à mudança.	5,4%	27,0%	10,8%	45,9%	10,8%
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo	0%	8,1%	10,8%	51,4%	29,7%
A política educativa favorece a Autoavaliação.	2,7%	18,9%	16,2%	45,9%	16,2%
A avaliação externa tem impacto no processo interno.	0%	2,7%	10,8%	67,6%	18,9%

A análise dos fatores que afetam a Autoavaliação permite identificar diferentes percepções sobre os elementos que influenciam este processo.

No que se refere ao excesso de tarefas burocráticas dificultar o envolvimento, 48,6% concordam e 51,4% concordam totalmente. Quanto à falta de tempo como fator que dificulta o processo, 5,4% discordam, 48,6% concordam e 45,9% concordam totalmente.

Relativamente à afirmação de que os docentes mostram abertura à mudança, 5,4% discordam totalmente, 27% discordam, 10,8% não sabem, 45,9% concordam e 10,8% concordam totalmente.

No que se refere ao facto de a articulação de procedimentos e instrumentos facilitar o processo, 8,1% discordam, 10,8% não sabem, 51,4% concordam e 29,7% concordam totalmente.

Quanto à percepção de que a política educativa favorece a Autoavaliação, 2,7% discordam totalmente, 18,9% discordam, 16,2% não sabem, 45,9% concordam e 16,2% concordam totalmente.

Relativamente à avaliação externa ter impacto no processo interno, 2,7% discordam, 10,8% não sabem, 67,6% concordam e 18,9% concordam totalmente.

3.5 ANÁLISE DOCUMENTAL

No âmbito da presente análise documental, procedeu-se à identificação e sistematização dos itens abordados nos relatórios, com o objetivo de evidenciar as dimensões centrais neles contemplados. Esta abordagem permite não apenas a organização da informação disponível, mas também a construção de uma leitura crítica e fundamentada acerca dos aspetos mais significativos emergentes da documentação em análise.

- Estruturas dos relatórios 2020/2021 | 2021/2022 | 2022/2023 (ANEXO I)
- Estruturas dos relatórios 2023/2024 | 2024/2025 (ANEXO II)

A Equipa é neste momento composta por 4 elementos, 3 do 3.º ciclo e 1 do 2.º ciclo. Os resultados estatísticos referentes ao 1.º ciclo e pré-escolar são fornecidos pelos respetivos Coordenadores de Departamento.

De acordo com os documentos consultados, não foi possível identificar nenhum Plano de Melhoria.

4. DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ATORES EDUCATIVOS

4.1.1. ALUNOS

A análise dos resultados dos alunos do 1.º e 3.º ciclos evidencia fragilidades significativas no conhecimento sobre o processo de Autoavaliação, embora com padrões distintos entre os grupos. No 1.º ciclo, a maioria demonstra desconhecimento ou incerteza quanto ao processo e à sua utilidade, revelando alguma contradição ao afirmarem ter participado em atividades, sem compreenderem claramente o seu significado. Esta inconsistência parece resultar não apenas da menor maturidade dos alunos mais novos, mas também de uma divulgação insuficiente e pouco adaptada à idade. Esta dificuldade confirma a ideia de Lima (2011) de que a escola, enquanto organização educativa complexa, só se apropria verdadeiramente da avaliação quando esta é contextualizada e integrada nos processos pedagógicos, em vez de permanecer como prática externa e abstrata.

No 3.º ciclo, os alunos apresentam uma percepção mais crítica e realista, revelando baixo conhecimento, reduzida participação e uma visão menos positiva relativamente à valorização das suas opiniões. Esta distância entre teoria e a prática aproxima-se do risco enunciado por Dias Sobrinho (2000), quando alerta para a possibilidade de a avaliação se transformar num exercício formal, centrado na resposta a exigências externas, sem gerar verdadeira reflexão e transformação institucional. Ainda assim, reconhecem a importância da participação e identificam corretamente os principais intervenientes.

Comparando os dois ciclos, verifica-se que o desconhecimento é mais acentuado no 1.º ciclo, enquanto, no 3.º ciclo, se observa um sentimento mais crítico de menor valorização. Estas diferenças evidenciam a necessidade de desenvolver estratégias diferenciadas de comunicação e envolvimento, adequadas às características de cada faixa etária, garantindo uma compreensão mais clara da Autoavaliação. Em ambos os casos, verifica-se que a Autoavaliação não está a ser assumida como um processo formativo e participativo, tal como proposto por Alaíz et al. (2003) e MacBeath et al. (2005), que defendem uma Autoavaliação capaz de estimular o diálogo sobre objetivos, critérios de qualidade e prioridades, incluindo os alunos como parceiros e não apenas como destinatários.

Estas opiniões respondem ao objetivo específico de analisar como diferentes grupos compreendem e se relacionam com a Autoavaliação, evidenciando a necessidade de reforçar práticas de comunicação, divulgação e participação dos alunos.

4.1.2. ASSISTENTES OPERACIONAIS

Os Assistentes Operacionais apresentam um conhecimento limitado sobre o processo de Autoavaliação, possivelmente devido à dispersão geográfica do Agrupamento e a fragilidades na comunicação interna. A participação é reduzida e muitos referem não sentir que a sua opinião é valorizada, o que fragiliza o seu envolvimento. Apesar disso, reconhecem a importância do processo e identificam os principais intervenientes. Este equilíbrio entre perceção positiva e sentimento de distanciamento revela uma necessidade clara de melhorar canais de comunicação e criar formas mais acessíveis de participação deste grupo.

Esta realidade contrasta com a noção de escola enquanto organização complexa, na qual se cruzam múltiplas lógicas de ação (Cabral, 2014), exigindo a integração de todos os profissionais no diagnóstico e melhoria da organização. Quando a Autoavaliação não chega a estes atores, o processo afasta-se do modelo de avaliação institucional defendido por Dias Sobrinho (2000), centrado na construção coletiva e na mobilização de diferentes vozes para a transformação qualitativa da instituição.

Estas perceções cumprem o objetivo específico de identificar fatores facilitadores e constrangimentos, mostrando que a falta de valorização e participação efetiva limita o contributo deste grupo para a Autoavaliação.

4.1.3. ASSISTENTES TÉCNICOS

Os Assistentes Técnicos também revelam conhecimento limitado do processo e dos seus objetivos, sugerindo fragilidades na divulgação. A participação é pouco expressiva e existe alguma divisão quanto à valorização das suas opiniões, indicando que nem sempre se sentem ouvidos.

Apesar dessas limitações, este grupo demonstra consciência da relevância do processo e reconhece o contributo dos Assistentes Técnicos para o desenvolvimento organizacional, destacando a importância do seu envolvimento, o que remete para o que Pinho (2011) designa

como processo interativo de mudança na estrutura e cultura da organização. A distância entre essa consciência e o envolvimento efetivo reforça a ideia de que, sem condições organizacionais e canais claros de participação, a Autoavaliação não se converte no motor de desenvolvimento institucional apontado por Bolívar (2003).

Estas opiniões contribuem diretamente para o objetivo de compreender como diferentes atores avaliam a eficácia e utilidade do processo, revelando áreas onde a comunicação deve ser reforçada, em coerência com a lógica de organização educativa defendida por Ferreira et al. (2001), em que todos os membros contribuem, de forma coordenada, para os objetivos comuns.

4.1.4. DOCENTES E LIDERANÇAS INTERMÉDIAS

4.1.4.1. DOCENTES EM GERAL

O conhecimento dos docentes sobre a Autoavaliação é limitado e pouco consistente. Embora reconheçam a existência da equipa e do relatório final, muitos desconhecem a sua constituição, indicadores utilizados e medidas propostas. Este desconhecimento está fortemente associado a fragilidades na comunicação interna e à inexistência de um Plano de Melhoria claramente divulgado. Esta situação confirma a análise de Barroso (2006) sobre a “regulação à distância”, em que o Estado e as estruturas de controlo definem quadros e instrumentos de avaliação que, nem sempre, se traduzem em processos participados de reflexão interna.

O envolvimento revela-se mais formal do que efetivo: analisam relatórios, mas raramente apresentam sugestões ou mantêm articulação regular com a equipa. Esta participação pouco ativa reforça a perceção de burocratização do processo. Este padrão aproxima-se da distinção, proposta por Alaíz et al. (2003) e retomada por Figueiredo (2023), entre uma Autoavaliação meramente descritiva, centrada na recolha de dados, e uma Autoavaliação transformadora, que articula diagnóstico, participação e ação.

Quanto à utilidade, os docentes valorizam o potencial da Autoavaliação, mas não identificam efeitos concretos no quotidiano escolar, coexistindo valorização teórica e fraca perceção de impacto prático. Esta coexistência de valorização teórica e fraca perceção de mudança confirma a crítica de Afonso (2012) que considera que a avaliação quando se centra

sobretudo na prestação de contas, não garante condições para a aprendizagem organizacional e para a transformação das práticas.

Nos fatores de constrangimento, surgem o excesso de tarefas burocráticas e afalta de tempo, embora reconheçam abertura à mudança e importância da articulação de procedimentos.

Estas perspetivas respondem diretamente ao objetivo de analisar a forma como os diferentes atores encaram o processo, evidenciando uma valorização conceptual da Autoavaliação, mas também um défice de impacto percebido e de participação ativa.

4.1.4.2. COORDENADORES DE ESTABELECIMENTO

Os Coordenadores de Estabelecimento apresentam conhecimento parcial sobre a Autoavaliação e revelam desconhecimento dos indicadores e medidas propostas. Esta fragilidade reflete falhas na comunicação entre a equipa de Autoavaliação e as lideranças intermédias.

O envolvimento é limitado e muitos sentem que as suas contribuições não são consideradas, gerando perceções de distanciamento.

Esta situação é particularmente relevante se tivermos em conta que o Decreto-Lei n.º 75/2008 (e posterior revisão) reforça o papel das lideranças intermédias na mediação entre as orientações estratégicas e a prática quotidiana. Ao não integrar plenamente estes coordenadores na Autoavaliação, o Agrupamento afasta-se do princípio da liderança distribuída e colaborativa, valorizada por autores como Bolívar (2003) e Pacheco (2014), que veem na avaliação um instrumento de consolidação da autonomia e da qualidade das escolas.

Embora reconheçam a utilidade da Autoavaliação como instrumento de diagnóstico, não identificam melhorias significativas nos serviços escolares. Os coordenadores tendem, também, a valorizar mais o carácter legal do processo do que o seu potencial transformador.

Estas perceções reforçam o objetivo específico de identificar constrangimentos, evidenciando a necessidade de maior articulação entre equipa e estruturas de coordenação.

4.1.4.3. COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Os coordenadores de departamento revelam maior conhecimento e maior proximidade ao processo. Mostram familiaridade com a equipa, o relatório final e os indicadores. Esta proximidade explica a maior valorização da utilidade e impacto do processo e confirma a ideia de que, quando a avaliação é apropriada pelos atores e se articula com o trabalho pedagógico e curricular, ela pode, efetivamente, contribuir para a melhoria das práticas, em linha com o que defendem Marchesi (2002) e Nevo (2006).

Apesar disso, também desconhecem medidas propostas e Plano de Melhoria, revelando a mesma fragilidade de comunicação observada nos restantes grupos.

O envolvimento é mais consistente, indicando diálogo e sugestões valorizadas pela equipa.

Estes dados mostram que, quanto maior a articulação funcional com a equipa de autoavaliação, maior a perceção de clareza e impacto.

Estes testemunhos respondem diretamente ao objetivo específico — analisar as perceções dos diferentes atores educativos, relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados — mostrando que a proximidade ao processo e a articulação funcional com a equipa reforçam a clareza, a participação e a perceção de impacto da Autoavaliação.

4.1.4.4. DIRETORES DE TURMA (2.º E 3.º CICLOS)

Os diretores de turma apresentam conhecimento parcial e percebem pouca influência nas decisões. A participação é pontual e limitada, centrada no departamento.

Reconhecem o valor da Autoavaliação, mas não identificam efeitos visíveis no quotidiano escolar. Tal como os docentes, manifestam perceções ambíguas sobre a finalidade do processo, oscilando entre a obrigação legal e a dimensão formativa. A sua visão reflete a dualidade apontada por Barroso (2005) e Afonso (2012) entre a avaliação como dispositivo de controlo e como oportunidade de desenvolvimento.

Dado o papel dos diretores de turma na mediação entre escola, alunos e famílias, a sua participação limitada dificulta a construção de uma cultura de avaliação partilhada e dialogante, tal como sugerem Lima (2008) e Guerra (2022).

Estes entendimentos respondem diretamente ao objetivo específico — analisar as percepções dos diferentes atores educativos relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados — esclarecendo que o conhecimento parcial, a participação limitada e a percepção ambígua das finalidades fragilizam o envolvimento e reduzem o impacto percebido da Autoavaliação.

4.1.4.5. OUTROS CARGOS E FUNÇÕES

Este grupo revela conhecimento geral mas superficial. Mostra fragilidade na percepção de valorização das sugestões e ausência de feedback, o que gera distanciamento.

Reconhecem a utilidade do processo, mas também identificam os principais constrangimentos: tempo, burocracia e fraca comunicação interna.

Esta percepção reforça a ideia de que, sem mecanismos claros de diálogo e devolução de resultados, a Autoavaliação corre o risco de se transformar no “jogo do gato e do rato” descrito por Ventura (2006), em que o controlo gera resistência e afastamento, em vez de cooperação.

Estes pontos de vista respondem diretamente ao objetivo específico — analisar as percepções dos diferentes atores educativos relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados — provando que a falta de feedback, a baixa valorização das contribuições e os constrangimentos organizacionais dificultam a apropriação e a eficácia do processo de Autoavaliação.

4.1.4.6. SÍNTESE

De forma transversal, as percepções recolhidas confirmam muitas das reservas apontadas por Fernandes (2007) e Dias Sobrinho (2000), relativamente à avaliação institucional vivida como ameaça ou formalidade: a Autoavaliação é reconhecida no plano discursivo, mas permanece pouco apropriada e pouco mobilizadora, afastando-se do modelo de avaliação institucional defendido por Alaíz et al. (2003), Lima (2008) e Figueiredo (2023), em que a escola se pensa a si própria e organiza a mudança de forma planeada e sustentada, o que ajuda a explicar a dificuldade do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV em transformar este dispositivo num verdadeiro motor de mudança.

4.2. CONHECIMENTO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O conhecimento do processo é desigual entre os grupos. Todos reconhecem a existência da equipa e dos relatórios, mas poucos conhecem a fundo os indicadores ou medidas propostas.

Docentes e Coordenadores de Estabelecimento apresentam um conhecimento superficial, enquanto os coordenadores de departamento revelam maior familiaridade.

Este padrão evidencia falhas na comunicação e falta de sistematização na divulgação do processo e confirma a leitura de Lima (2011), que sublinha a importância de clarificar o fim a que se destina a Autoavaliação e de integrar o processo no trabalho habitual das escolas, de forma a evitar que seja percebido como acréscimo de tarefas.

A ausência de um conhecimento mais profundo e generalizado sobre o processo mostra que ainda não se constituiu uma verdadeira cultura de avaliação institucional, tal como defendida por Pacheco (2014) e Guerra (2022), em que a comunidade se reconhece no processo e nos seus objetivos.

Estas diferenças apontam para um processo que é conhecido e discutido, mas ainda longe de ser coletivo, necessitando de um maior envolvimento real e de uma cultura de participação mais efetiva, investindo em estratégias de comunicação interna, formação e partilha de informação, em linha com as recomendações da IGEC (2007), sobre a eficácia da Autoavaliação nas escolas.

Estas conclusões respondem ao objetivo de caracterizar o processo de Autoavaliação e identificar os principais intervenientes, mostrando que a compreensão não é homogénea.

4.3. ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

O envolvimento é, na generalidade, mais formal do que efetivo.

Docentes e Coordenadores de Estabelecimento referem uma participação limitada a análise de relatórios, sem verdadeiro espaço para construção de propostas, o que se distancia claramente da conceção de Autoavaliação como exercício coletivo de análise e decisão, proposta por Alaíz et al. (2003).

Os coordenadores de departamento apresentam uma visão mais positiva, destacando maior diálogo e interação.

Os diretores de turma e os docentes com outros cargos apresentam uma participação simbólica.

Estas diferenças revelam que a participação depende da proximidade funcional ao processo e que o modelo atual não assegura envolvimento coletivo.

Percebe-se que o impacto da autoavaliação é tanto mais valorizado quanto maior é o envolvimento dos participantes, o que reforça a importância de promover uma participação mais ampla e significativa.

Esta dinâmica confirma a distinção, referida por MacBeath (2004), entre uma Autoavaliação que “acontece” sobre a escola e uma Autoavaliação que é feita pela escola. No Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, a participação ainda está longe de envolver, de forma sistemática, todos os atores, o que limita a capacidade do processo de gerar compromisso e corresponsabilização, dimensões que, para Lima (1997, 2008) e Bolívar (2003), são centrais numa escola que se pensa e se transforma.

Estas perspetivas respondem diretamente ao objetivo de analisar a forma como os diferentes atores encaram o processo, evidenciando uma valorização conceptual da Autoavaliação, mas também um défice de impacto percebido e de participação ativa.

4.4. IMPACTO E RESULTADOS

O impacto percebido é limitado. Docentes, diretores de turma e Coordenadores de Estabelecimento consideram que o processo não gera mudanças visíveis, embora reconheçam o seu potencial. Os coordenadores de departamento são mais positivos, identificando melhorias organizacionais.

Este contraste demonstra que o impacto da Autoavaliação é sentido sobretudo por quem está mais próximo da tomada de decisão.

Este cenário confirma as críticas de Afonso (2012) e Barroso (2005) às políticas de avaliação, que reforçam sobretudo a prestação de contas, sem garantir que os resultados se traduzam em processos de melhoria efetiva. A ausência de um Plano de Melhoria formalmente assumido e divulgado, em articulação com a análise documental, reforça a ideia de que o ciclo avaliação–planeamento–ação não está consolidado, contrariando a lógica do ciclo contínuo de melhoria defendida por Figueiredo (2023).

Os testemunhos respondem diretamente ao objetivo específico – analisar as percepções dos diferentes atores educativos relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados – evidenciando que a proximidade ao processo condiciona, significativamente, a leitura do seu impacto.

4.5. FINALIDADES DA AUTOAVALIAÇÃO

Todos reconhecem a dupla finalidade: obrigação legal e instrumento de melhoria. Docentes e diretores de turma tendem a valorizar mais a dimensão normativa. Coordenadores de departamento valorizam mais a dimensão formativa.

Esta dualidade revela percepções não homogêneas, reforça a necessidade de clarificar o propósito estratégico do processo e reflete a tensão identificada na literatura entre lógicas de controlo e lógicas de desenvolvimento (Barroso, 2005; Afonso, 2012). Quando a faceta legal e burocrática se sobrepõe, a Autoavaliação corre o risco de ser percecionada como mais um requisito a cumprir, afastando-se do modelo de avaliação institucional defendido por Dias Sobrinho (2000) e Lima (2008), centrado na aprendizagem organizacional, na reflexão crítica e na construção coletiva de significados.

Estas percepções vão ao encontro do objetivo específico – compreender como os diversos atores educativos avaliam a eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e dos resultados – revelando que a interpretação que cada grupo faz das finalidades do processo influencia decisivamente o modo como o integra e o grau de participação que assume.

4.6. FATORES QUE AFETAM A AUTOAVALIAÇÃO

Os principais fatores identificados são comuns:

- excesso de tarefas burocráticas
- falta de tempo
- fragilidades na comunicação interna
- valorização insuficiente das opiniões

Estes constrangimentos remetem diretamente para a ideia de escola como organização complexa (Lima, 2011; Cabral, 2014), sujeita a múltiplas exigências administrativas e pedagógicas, e ajudam a compreender porque é que, apesar da retórica da melhoria contínua, a

Autoavaliação não se converte facilmente em prática transformadora. Ao insistir na importância de um clima de confiança, de confidencialidade da informação e de integração da Autoavaliação no trabalho habitual, Lima (2011) aponta precisamente as condições que, em grande medida, se revelam frágeis no contexto estudado.

Deste modo, fica claro que os obstáculos identificados não são apenas de natureza técnica, mas organizacional e cultural, confirmando a leitura de Guerra (2022) de que uma avaliação verdadeiramente partilhada exige pressupostos e compromissos construídos pela comunidade e não apenas impostos a partir de fora.

Apesar disso, todos reconhecem abertura à mudança e articulação de procedimentos como facilitadores.

Estas opiniões alinham-se diretamente com o objetivo específico de analisar as perceções dos diversos atores educativos sobre a eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados, mostrando que os obstáculos de natureza organizacional continuam a condicionar o grau de envolvimento e o impacto do processo, mesmo quando existem condições favoráveis ao seu desenvolvimento

4.7. SÍNTESE

Em síntese, os resultados empíricos convergem com a literatura que distingue entre uma Autoavaliação meramente descritiva e uma Autoavaliação transformadora (Alaíz et al., 2003; Figueiredo, 2023): no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, prevalecem práticas centradas na recolha de dados e na produção de relatórios, mas ainda pouco associadas a processos de participação, reflexão crítica e planificação estratégica da mudança.

4.8. ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental evidencia um foco excessivo em indicadores quantitativos, com pouca análise crítica ou contextual, o que reduz a capacidade interpretativa dos relatórios. Verifica-se também a ausência de ligação entre os dados apresentados e planos de ação concretos, não existindo registos de um Plano de Melhoria que oriente a intervenção.

A equipa responsável pela Autoavaliação é reduzida e pouco representativa dos diferentes ciclos, o que limita a diversidade de contributos e a abrangência do processo.

Estes aspetos reduzem significativamente o potencial dos relatórios como instrumentos de apoio à decisão e à melhoria contínua, enfraquecendo a sua utilidade prática.

A análise documental confirma e aprofunda muitas das perceções recolhidas nos inquéritos. Os relatórios de Autoavaliação evidenciam uma forte concentração em indicadores quantitativos, com escassa problematização qualitativa e contextual, o que reduz a sua capacidade interpretativa. Figari (2008) alerta precisamente para este risco, ao referir que os instrumentos de avaliação produzem apenas a informação que se decidiu fazer-lhes produzir, sendo necessária uma matriz de inteligibilidade que dê sentido aos dados recolhidos.

Verifica-se ainda a ausência de ligação clara entre os resultados apresentados e planos de ação concretos, não havendo registo de um Plano de Melhoria estruturado que oriente a intervenção. Esta lacuna contraria as orientações da Lei n.º 31/2002, que prevê uma interpretação integrada dos resultados da Autoavaliação e AEE para orientar propostas de melhoria ao nível da organização, do currículo, da formação e da gestão das escolas. Também entra em dissonância com o ciclo contínuo de avaliação para a melhoria defendido por Figueiredo (2023), no qual a recolha e análise de dados só ganham sentido quando conduzem a decisões, ações e acompanhamento sistemático.

A reduzida dimensão da equipa de Autoavaliação e a sua fraca representatividade em termos de ciclos de escolaridade limitam a diversidade de perspetivas e a abrangência do processo. Esta situação mostra um afastamento em relação à ideia de avaliação como processo coletivo e representativo, defendida por Alaíz et al. (2003) e por documentos como os da IGEC (2007), que sublinham a importância de equipas plurais, com tempo e competências técnicas reconhecidas, eventualmente apoiadas por um amigo crítico externo (MacBeath, 2005), capaz de desafiar e apoiar a escola de forma credível.

Estas constatações respondem diretamente ao objetivo específico – analisar as perceções dos diferentes atores educativos relativamente à eficácia da Autoavaliação na melhoria das práticas e resultados – evidenciando que fragilidades estruturais e metodológicas condicionam a relevância, o impacto e a capacidade mobilizadora do processo.

5. CONCLUSÕES

As análises das percepções recolhidas revelam fragilidades evidentes na forma como o processo de Autoavaliação é compreendido e realizado no Agrupamento. Embora reconhecido como uma exigência institucional, é frequentemente encarado como uma prática formal e burocrática, pouco integrada na dinâmica do dia-a-dia da escola. A falta de conhecimento sobre os objetivos, procedimentos e resultados, aliada à fraca comunicação interna e à reduzida articulação entre a equipa de autoavaliação e os diferentes intervenientes, contribui para o distanciamento e a desinteresse da comunidade educativa. A ausência de uma participação efetiva e o sentimento de que as sugestões não são valorizadas reforçam essa percepção de afastamento.

A Autoavaliação é reconhecida como necessária, mas continua a ser conduzida por um número restrito de elementos, sem envolver de forma representativa toda a comunidade educativa. Os relatórios produzidos evidenciam uma abordagem predominantemente descritiva, com pouca análise crítica e escassa utilização dos resultados para a definição de estratégias de melhoria. Fatores como o excesso de burocracia e a falta de tempo dificultam o envolvimento e comprometem a apropriação do processo pelos diferentes intervenientes.

Apesar de algumas lideranças intermédias demonstrarem maior sensibilidade e compromisso com a Autoavaliação, esta ainda não se afirma como um verdadeiro instrumento de transformação. Para cumprir o seu propósito, deve evoluir para uma prática participativa, reflexiva e contínua, integrando-se de forma natural na vida da escola. A aposta na informação, na clarificação de procedimentos, na valorização das contribuições e na utilização efetiva dos resultados são passos essenciais para consolidar uma cultura de Autoavaliação que promova a melhoria e a qualidade do serviço educativo.

Em suma, no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, Vila do Conde, o contributo do processo de Autoavaliação não é efetivo na melhoria da prestação do serviço educativo.

No entanto, os resultados também evidenciam um potencial significativo para a evolução do processo. A existência de estruturas já consolidadas, o reconhecimento da importância da Autoavaliação e a disponibilidade demonstrada por alguns intervenientes constituem bases promissoras para a construção de uma prática mais colaborativa e transformadora. Com uma liderança comprometida, uma comunicação interna mais eficaz e o reforço da participação de toda a comunidade educativa, o processo de Autoavaliação poderá

afirmar-se, no futuro, como um verdadeiro motor de melhoria contínua e de desenvolvimento organizacional no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

Deste modo, as conclusões deste estudo não apenas confirmam a pertinência das reflexões teóricas sobre os riscos de uma Autoavaliação pouco transformadora, como evidenciam, no contexto específico do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, caminhos concretos para a sua superação: reforçar a participação, clarificar finalidades, assegurar a utilização efetiva dos resultados e integrar a Autoavaliação num ciclo contínuo de planeamento, ação e reflexão.

6. PLANO DE AÇÃO

Com base nas conclusões obtidas, é evidente que o Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, em Vila do Conde, precisa de iniciar um novo processo de Autoavaliação, construído de raiz. É necessário repensar toda a forma como este processo é entendido e posto em prática, tornando-o mais participativo, claro e útil para toda a comunidade educativa. Só com o envolvimento real de todos, uma comunicação mais eficaz e a valorização das ideias e contributos será possível transformar a Autoavaliação num instrumento capaz de orientar a reflexão, apoiar a tomada de decisões e promover a melhoria contínua da escola.

Desta forma, o plano de ação apresentado consiste num projeto de realização da Autoavaliação, o qual, terminado, dará lugar à construção de um Plano de Melhoria que não existe no Agrupamento.

6.1. Objetivos e indicadores

Eixo 1 – Sucesso e Prevenção do Abandono Escolar

Objetivos	Indicadores
Promover a qualidade do ensino-aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">✓ Resultados dos alunos nas diversas disciplinas (provas internas e externas).✓ Taxa de sucesso e de retenção escolar.✓ Diversidade e adequação das estratégias pedagógicas utilizadas.✓ Participação dos alunos em atividades de enriquecimento curricular.✓ Adoção de práticas diferenciadas de ensino e avaliação.
Aferir o sucesso educativo	<ul style="list-style-type: none">✓ Percentagem de alunos com classificações positivas.✓ Evolução das médias anuais por disciplina/ciclo.✓ Redução das taxas de abandono e absentismo.✓ Grau de cumprimento das metas definidas no Projeto Educativo.✓ Comparação dos resultados internos com as médias nacionais.
Aferir o grau de concretização do Projeto Educativo	<ul style="list-style-type: none">✓ Percentagem de metas do Projeto Educativo atingidas.✓ Grau de envolvimento da comunidade educativa na concretização das metas.✓ Existência de relatórios anuais de monitorização do Projeto Educativo.

EIXO 2 – PRÁTICAS EDUCATIVAS E ORGANIZACIONAIS

Objetivo	Indicadores Observáveis
Verificar a execução do Plano Anual de Atividades	<ul style="list-style-type: none">✓ Percentagem de atividades realizadas face às planeadas.✓ Grau de participação dos diferentes intervenientes nas atividades.✓ Avaliação do impacto das atividades na comunidade escolar.✓ Articulação entre atividades e objetivos estratégicos da escola.
Verificar Gestão e Organização Interna	<ul style="list-style-type: none">✓ Clareza e cumprimento dos regulamentos internos.✓ Eficiência dos processos administrativos e de comunicação interna.✓ Distribuição equilibrada de tarefas e funções.✓ Existência de mecanismos de monitorização e avaliação das estruturas de gestão.
Produzir informação de suporte à tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none">✓ Relatórios periódicos com dados quantitativos e qualitativos.✓ Utilização dos resultados da autoavaliação nas decisões das estruturas de gestão.✓ Integração da informação nos planos de ação e relatórios de atividades.

EIXO 3 – CLIMA ESCOLAR E RELAÇÕES NA COMUNIDADE EDUCATIVA

Objetivo	Indicadores Observáveis
Aferir o Clima Escolar e o Bem-Estar	<ul style="list-style-type: none">✓ Resultados de inquéritos de satisfação a alunos, docentes e Assistentes Operacionais.✓ Número de ocorrências disciplinares registadas.✓ Participação dos alunos em atividades de convivência e cidadania.✓ Existência de práticas de apoio psicossocial e de promoção do bem-estar.
Avaliar a Relação Escola – Família	<ul style="list-style-type: none">✓ Taxa de participação dos Encarregados de Educação em reuniões e atividades.✓ Existência de canais de comunicação eficazes e regulares.✓ Grau de satisfação dos Encarregados de Educação (inquéritos).✓ Número e qualidade das iniciativas de colaboração entre escola e famílias.

EIXO 4 – MELHORIA CONTÍNUA E COMUNICAÇÃO

Objetivo	Indicadores Observáveis
Identificar pontos fortes e fracos	<ul style="list-style-type: none">✓ Análise SWOT dos resultados das avaliações internas e externas.✓ Feedback de docentes, alunos e Encarregados de Educação (questionários).✓ Relatório de avaliação interna.✓ Grau de satisfação dos diferentes intervenientes com o funcionamento da escola.
Promover uma cultura organizacional de melhoria contínua	<ul style="list-style-type: none">✓ Existência de planos de melhoria com ações concretas.✓ Monitorização periódica de objetivos estratégicos.✓ Participação da comunidade escolar no processo de autoavaliação.✓ Frequência de reuniões de reflexão pedagógica e de partilha de boas práticas.
Publicar resultados e dar visibilidade à qualidade do trabalho desenvolvido	<ul style="list-style-type: none">✓ Divulgação de relatórios de autoavaliação e planos de melhoria no site da escola.✓ Comunicação regular de resultados e boas práticas à comunidade educativa.✓ Participação da escola em eventos, concursos e projetos externos.✓ Existência de newsletters ou boletins informativos.

6.2. Organização do processo de autoavaliação

	Atividade	Calendarização
1.º	Planear a Autoavaliação	Setembro /Outubro
2.º	Criar a equipa de Autoavaliação + “Amigo Crítico”	Outubro
3.º	Divulgar o projeto de Autoavaliação	Novembro
4.º	Realizar a Autoavaliação	2.º 3.º Período
5.º	Elaborar o relatório da Autoavaliação	3.º Período
6.º	Divulgar o relatório da Autoavaliação	3.º Período
7.º	Elaborar o Plano de Melhoria	Julho
8.º	Divulgar o Plano de Melhoria	Setembro
9.º	Implementar o Plano de Melhoria	Início do ano letivo
10.º	Monitorizar a aplicação do Plano de Melhoria	Trimestralmente

6.3. Equipa de autoavaliação

- ✓ Docente da Educação Pré-Escolar
- ✓ Docente do 1.º Ciclo
- ✓ Docente do 2.º Ciclo (EB 2/3 D. Pedro IV)
- ✓ Docente do 3.º Ciclo (EB 2/3 Maria Pais Ribeiro “A Ribeirinha”)
- ✓ Docente de TIC
- ✓ Docente do Conselho Pedagógico
- ✓ Docente do Conselho Geral
- ✓ Amigo Crítico
- ✓ Aluno do 4.º ano
- ✓ Aluno do 9.º ano
- ✓ Assistente Operacional
- ✓ Assistente Técnico

6.4. Recursos

- ✓ Programa Inovar Alunos
- ✓ Computadores| Programas de estatística
- ✓ Questionários – Q1_ Docentes | Q2_ Alunos | Q3_ AT | Q4_ AO

6.5. Divulgação

A divulgação das ações do processo de Autoavaliação revestem-se de extrema importância para garantir um maior envolvimento de toda a comunidade educativa, de forma a garantir o conhecimento do mesmo e a sua intencionalidade.

Ações:

Reuniões com as lideranças intermédias – Coordenadores de Departamento, Coordenadores de Estabelecimento, Diretores de Turma, Docentes com outros cargos e funções; Coordenadora dos Assistentes Técnicos; Coordenadora dos Assistentes Operacionais; delegados dos 4.º e 9.º anos; Associações e representantes de pais.

Reuniões de Departamento – com todos os docentes;

Divulgação digital – página do Agrupamento, e-mails institucionais e classroom, e-mails pessoais(AO).

6.6. Monitorização

	Responsáveis pela Monitorização	Dados / Evidências a Recolher	Instrumentos de Monitorização	Periodicidade
Eixo 1 Resultados Académicos e Sucesso Educativo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa de Autoavaliação; ▪ Direção; ▪ Departamentos Curriculares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de concretização das ações de melhoria pedagógica. ▪ Resultados escolares (médias, taxas de sucesso, retenção, abandono). ▪ Perceção de melhoria das práticas docentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grelhas de monitorização; ▪ Relatórios de resultados; ▪ Inquéritos aos docentes e alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trimestral ▪ Anual
Eixo 2 Práticas Educativas e Organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção; ▪ Conselho Pedagógico; ▪ Coordenadores de Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de execução do Plano Anual de Atividades. ▪ Taxa de concretização das ações planeadas. ▪ Evidências de utilização da informação para a tomada de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grelhas de acompanhamento; ▪ Atas de reuniões; ▪ Relatórios de execução. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trimestral
Eixo 3 Clima Escolar e Relações na Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SPO; ▪ Direção; ▪ Diretores de Turma; ▪ Associação de Pais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível de satisfação da comunidade educativa. ▪ Perceção de melhoria no clima escolar e bem-estar. ▪ Grau de envolvimento das famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionários de satisfação; ▪ Registos disciplinares; ▪ Relatórios de atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Anual
Eixo 4 Melhoria Contínua e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa de Autoavaliação; ▪ Direção; ▪ Conselho Pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de concretização das ações do plano de melhoria. ▪ Perceção de mudança nos indicadores do questionário de autoavaliação. ▪ Divulgação pública dos resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios intermédios e finais; ▪ Questionários; ▪ Site institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Semestral ▪ Anual

6.7. ELABORAÇÃO DO PLANO DE MELHORIA

Após a conclusão e divulgação do processo de Autoavaliação, será elaborado o Plano de Melhoria, que orientará as ações do Agrupamento.

6.8. QUESTIONÁRIOS

➤ Q_1 – Docentes

Objetivo: Recolher a perceção dos docentes para a implementação do Plano de Ação e de Melhoria 2025/2026.

Este questionário pretende conhecer a sua opinião sobre a escola e as ações que estão a ser desenvolvidas para melhorar o ensino, o bem-estar e a relação entre todos. As respostas são anónimas e não têm respostas certas ou erradas – o importante é que respondas com sinceridade.

Escala: 1. Concordo totalmente | 2. Concordo | 3. Discordo totalmente | 4. Discordo | 5. Não sei / Não se aplica

Sucesso e Prevenção do Abandono Escolar

1. Existem mecanismos eficazes de monitorização do sucesso escolar por turma e ciclo.
2. São identificados, de forma atempada, os alunos em risco de insucesso ou retenção.
3. São implementadas estratégias de apoio específicas para os alunos com dificuldades.
4. As estratégias de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem são adequadas e eficazes.
5. A mentoria entre pares e os apoios pedagógicos contribuem para melhorar o sucesso dos alunos.
6. A escola promove práticas eficazes de prevenção do abandono escolar.
7. Existe articulação eficaz com entidades externas (CPCJ, autarquia, serviços sociais) para apoiar a inclusão e prevenir o abandono.

Práticas Pedagógicas e Metodologias Inovadoras

1. Utilizo metodologias de ensino inovadoras e diferenciadas ajustadas às necessidades dos alunos.

2. São promovidas ações de formação em metodologias de ensino ativas e inovadoras.
3. Participo em ações de formação que promovem a melhoria das minhas práticas pedagógicas.
4. Há partilha de boas práticas e experiências pedagógicas entre docentes.
5. São utilizados instrumentos diversificados de avaliação, que favorecem a avaliação dos alunos.

Clima Escolar e Bem-Estar

1. O ambiente escolar é positivo e favorece o bem-estar de todos.
2. Existe um clima de colaboração e respeito entre docentes e alunos.
3. A escola promove o bem-estar físico e emocional da comunidade educativa.
4. Existem iniciativas regulares no âmbito do programa 'Escola Saudável e Segura'.
5. O Gabinete de Apoio Social e Familiar (GASF) contribui para a resolução positiva de conflitos.
6. O Gabinete de Intervenção Disciplinar (GID) contribui para a resolução positiva de conflitos.
7. Os alunos são incentivados a adotar comportamentos responsáveis e respeitadores.
8. A escola valoriza o reconhecimento das boas práticas e o sentimento de pertença.
9. A sala dos docentes é acolhedora.
10. O(s) edifício(s) da escola (paredes, pavimentos e coberturas) está(ão) bem conservado(s).
11. O mobiliário e os equipamentos das salas de aulas estão bem conservados.
12. As salas de aula estão sempre bem limpas.
13. As salas de aula estão bem iluminadas e com uma temperatura adequada ao longo do ano.
14. O recreio e os seus equipamentos estão bem conservados.
15. O recreio está sempre bem limpo.
16. Os sanitários estão bem conservados.
17. Os sanitários estão sempre bem limpos.
18. O mobiliário da cantina está bem conservado.
19. A cantina está sempre bem limpa.
20. A cozinha apresenta um aspeto asseado e organizado.

Relação Escola–Família–Comunidade

1. A comunicação entre escola e famílias é eficaz e regular.
2. As famílias são envolvidas nas aprendizagens e nas atividades escolares.
3. A escola desenvolve parcerias ativas com entidades da comunidade local.
4. A escola promove o envolvimento das famílias no processo educativo.

Gestão e Organização Interna

1. Os processos de gestão e organização interna são claros e eficientes.
2. A comunicação interna entre estruturas e serviços é eficaz.
3. Os relatórios e momentos de Autoavaliação são partilhados e contribuem para a melhoria contínua.

➤ Q_2 – Alunos

Objetivo: Conhecer a opinião dos alunos sobre o ensino, o bem-estar e a relação com a escola, para a implementação do Plano de Melhoria.

Este questionário pretende conhecer a tua opinião sobre a escola e as ações que estão a ser desenvolvidas para melhorar o ensino, o bem-estar e a relação entre todos. As respostas são anónimas e não têm respostas certas ou erradas – o importante é que respondas com sinceridade.

Escala: 1. Concordo totalmente | 2. Concordo | 3. Discordo totalmente | 4. Discordo | 5. Não sei / Não se aplica

Sucesso e Apoio Escolar

1. Os professores ajudam os alunos que têm mais dificuldades.
2. Existem apoios ou atividades para melhorar as notas e evitar retenções.
3. Os professores preocupam-se em saber quando um aluno precisa de ajuda.
4. Existem colegas (mentores) que ajudam outros alunos a estudar ou a resolver dificuldades.
5. A escola preocupa-se em que todos terminem o ano com sucesso.

Aulas e Aprendizagens

1. As aulas são interessantes e ajudam-me a aprender melhor.

2. Os professores usam diferentes formas de ensinar (vídeos, trabalhos de grupo, experiências, projetos, TIC...).
3. Aprendemos a usar tecnologias digitais nas aulas.
4. Os professores explicam de várias formas para que todos entendam.
5. Os professores dizem o que precisamos de melhorar e como o fazer.
6. Tenho oportunidade de trabalhar em grupo e participar em atividades práticas.

Clima Escolar e Bem-Estar

1. Sinto-me bem e seguro(a) na escola.
2. Quando há conflitos, há adultos que ajudam a resolver as situações.
3. O Gabinete de Apoio Social e Familiar (GASF) contribui para a resolução positiva de conflitos.
4. O Gabinete de Intervenção Disciplinar (GID) contribui para a resolução positiva de conflitos.
5. A escola realiza atividades sobre saúde, bem-estar e segurança (como alimentação, internet segura, etc.).
6. Os alunos são tratados com respeito pelos professores e funcionários.
7. Sinto que pertenço à minha escola e gosto de fazer parte dela.
8. A sala de convívio dos alunos é acolhedora
9. O(s) edifício(s) da escola (paredes, pavimentos e coberturas) está(ão) bem conservado(s).
10. O mobiliário e os equipamentos das salas de aulas estão bem conservados.
11. As salas de aula estão sempre bem limpas.
12. As salas de aula estão bem iluminadas e com uma temperatura adequada ao longo do ano.
13. O recreio e os seus equipamentos estão bem conservados.
14. O recreio está sempre bem limpo.
15. Os sanitários estão bem conservados.
16. Os sanitários estão sempre bem limpos.
17. O mobiliário da cantina está bem conservado.
18. A cantina está sempre bem limpa.
19. A cozinha apresenta um aspeto asseado e organizado.

Relação Escola–Família–Comunidade

1. A escola informa bem os alunos e as famílias sobre as atividades.
2. O meu encarregado de educação participa nas reuniões e atividades da escola.
3. A escola organiza atividades com a comunidade (autarquia, associações, empresas, etc.).
4. Os pais ou familiares podem vir à escola para partilhar experiências ou ajudar em projetos.

Organização da Escola

1. A escola está bem organizada e funciona de forma clara.
2. As informações importantes são partilhadas connosco e são fáceis de compreender.
3. Os professores e funcionários colaboram entre si.
4. A escola está sempre a tentar melhorar.

➤ Q_3 – Assistentes Operacionais

Objetivo: Conhecer a opinião dos Assistentes Operacionais sobre o funcionamento da escola e o ambiente de trabalho para a implementação do plano de melhoria.

Este questionário pretende conhecer a sua opinião sobre a escola e as ações que estão a ser desenvolvidas para melhorar o ensino, o bem-estar e a relação entre todos. As respostas são anónimas e não têm respostas certas ou erradas – o importante é que respondas com sinceridade.

Escala: 1. Concordo totalmente | 2. Concordo | 3. Discordo totalmente | 4. Discordo | 5. Não sei / Não se aplica

Sucesso e Apoio Escolar

1. Os Assistentes Operacionais têm um papel importante no apoio aos alunos e no sucesso escolar.
2. Tenho informação suficiente para identificar alunos que precisam de ajuda ou apoio adicional.
3. A equipa escolar trabalha de forma colaborativa para apoiar os alunos com mais dificuldades.

Práticas Pedagógicas e Inovação

1. Tenho conhecimento das atividades e projetos inovadores que decorrem na escola.
2. Os Assistentes Operacionais são informados sobre iniciativas ou projetos que envolvem os alunos.
3. Sinto-me envolvido(a) nas dinâmicas educativas da escola (atividades, projetos, eventos).
4. Tenho oportunidade de participar em ações de formação adequadas às minhas funções.

Clima Escolar e Bem-Estar

1. O ambiente de trabalho entre colegas é positivo e cooperante.
2. Existe respeito e boa comunicação entre a comunidade educativa.
3. Sinto que posso recorrer à Direção ou a outros responsáveis quando há problemas.
4. A escola promove um ambiente seguro, saudável e acolhedor para todos.
5. Existem ações que promovem o bem-estar e a saúde no local de trabalho.
6. A comunidade escolar respeita o meu trabalho.
7. O Gabinete de Apoio Social e Familiar (GASF) contribui para a resolução positiva de conflitos.
8. O Gabinete de Intervenção Disciplinar (GID) contribui para a resolução positiva de conflitos.
9. Sinto que pertenço à minha escola e gosto de fazer parte dela.
10. A sala de convívio é acolhedora.
11. O(s) edifício(s) da escola (paredes, pavimentos e coberturas) está(ão) bem conservado(s).
12. O mobiliário e os equipamentos das salas de aulas estão bem conservados.
13. As salas de aula estão sempre bem limpas.
14. As salas de aula estão bem iluminadas e com uma temperatura adequada ao longo do ano.
15. O recreio e os seus equipamentos estão bem conservados.
16. O recreio está sempre bem limpo.
17. Os sanitários estão bem conservados.
18. Os sanitários estão sempre bem limpos.
19. O mobiliário da cantina está bem conservado.

20. A cantina está sempre bem limpa.

21. A cozinha apresenta um aspeto asseado e organizado.

Relação com Famílias e Comunidade

1. As famílias colaboram e respeitam o trabalho dos Assistentes Operacionais.
2. A comunidade escolar valoriza o papel dos Assistentes Operacionais.

Organização e Comunicação Interna

1. Recebo informação atempada sobre o funcionamento da escola e as minhas tarefas.
2. Existe uma boa articulação entre Direção, coordenações e Assistentes Operacionais.
3. A Direção comunica de forma clara as decisões e procedimentos internos.
4. Os processos administrativos e organizacionais são eficientes.

➤ Q_4 – Assistentes Técnicos

Objetivo: Recolher a perceção dos Assistentes Técnicos sobre a organização interna e os serviços administrativos para a implementação do Plano de Melhoria.

Este questionário pretende conhecer a sua opinião sobre a escola e as ações que estão a ser desenvolvidas para melhorar o ensino, o bem-estar e a relação entre todos. As respostas são anónimas e não têm respostas certas ou erradas – o importante é que respondas com sinceridade.

Escala: 1. Concordo totalmente | 2. Concordo | 3. Discordo totalmente | 4. Discordo | 5. Não sei / Não se aplica

Sucesso e Apoio Escolar

1. O serviço administrativo contribui para o bom funcionamento das atividades escolares.
2. A articulação entre os serviços administrativos e os docentes é eficaz.
3. Sinto que o trabalho dos Assistentes Técnicos tem impacto positivo na qualidade do serviço educativo.

Práticas Pedagógicas e Inovação

1. Tenho conhecimento das ações de formação ou projetos inovadores realizados na escola.
2. São divulgadas informações relevantes sobre iniciativas pedagógicas ou tecnológicas.
3. O serviço administrativo apoia adequadamente a gestão de projetos e atividades escolares.

Clima Escolar e Bem-Estar

1. O ambiente de trabalho entre colegas é cooperante e respeitador.
2. A comunicação entre a Direção, os serviços e os restantes profissionais é eficaz.
3. Existem condições adequadas de trabalho e bem-estar.
4. O Gabinete de Apoio Social e Familiar (GASF) contribui para a resolução positiva de conflitos.
5. O Gabinete de Intervenção Disciplinar (GID) contribui para a resolução positiva de conflitos.
6. Sinto que pertença à minha escola e gosto de fazer parte dela.
7. A sala de convívio é acolhedora.
8. O(s) edifício(s) da escola (paredes, pavimentos e coberturas) está(ão) bem conservado(s).
9. O mobiliário e os equipamentos das salas de aulas estão bem conservados.
10. As salas de aula estão sempre bem limpas.
11. As salas de aula estão bem iluminadas e com uma temperatura adequada ao longo do ano.
12. O recreio e os seus equipamentos estão bem conservados.
13. O recreio está sempre bem limpo.
14. Os sanitários estão bem conservados.
15. Os sanitários estão sempre bem limpos.
16. O mobiliário da cantina está bem conservado.
17. A cantina está sempre bem limpa.
18. A cozinha apresenta um aspeto asseado e organizado.

Relação Escola–Família–Comunidade

1. O serviço administrativo presta um bom atendimento às famílias e à comunidade.
2. As famílias são tratadas com respeito e clareza nas informações prestadas.
3. A escola comunica de forma adequada com entidades externas (autarquia, empresas, parceiros).

Gestão e Organização Interna

1. Os procedimentos administrativos estão bem definidos e são de fácil execução.
2. A comunicação interna é clara e rápida.
3. Existe uma boa articulação entre Direção, Assistentes Técnicos e outros serviços.
4. Há espaço para apresentar sugestões e contribuir para a melhoria dos serviços.

➤ Q_5 – Encarregados de Educação

Objetivo: Recolher a perceção das famílias para a implementação do Plano de Ação e de Melhoria 2025/2026.

Este questionário pretende conhecer a sua opinião sobre a escola e as ações que estão a ser desenvolvidas para melhorar o ensino, o bem-estar e a relação entre todos. As respostas são anónimas e não têm respostas certas ou erradas – o importante é que respondas com sinceridade.

Escala: 1. Concordo totalmente | 2. Concordo | 3. Discordo totalmente | 4. Discordo | 5. Não sei / Não se aplica

Sucesso e Prevenção do Abandono Escolar

1. A escola identifica atempadamente os alunos que precisam de apoio adicional.
2. Existem apoios eficazes para melhorar as aprendizagens (apoios pedagógicos, mentorias, tutorias).
3. Os apoios disponibilizados contribuíram para a melhoria do percurso escolar do meu educando.
4. A escola contacta a família quando há sinais de risco (faltas, dificuldades, desmotivação).
5. Os professores demonstram interesse pelo sucesso dos alunos.

6. Sinto que sou ouvido(a) e envolvido(a) nas decisões que dizem respeito ao percurso escolar do meu educando.

Práticas Pedagógicas e Metodologias Inovadoras

1. Os professores utilizam metodologias variadas e motivadoras (projetos, trabalhos práticos, TIC).
2. As tecnologias digitais são usadas de forma adequada nas aprendizagens.
3. Os critérios de avaliação são claros e são comunicados às famílias.
4. O feedback dado ao aluno ajuda a perceber o que deve melhorar.

Clima Escolar e Bem-Estar

1. A escola proporciona um ambiente seguro e acolhedor.
2. O meu educando sente-se seguro e respeitado na escola.
3. Quando ocorrem conflitos, a escola intervém de forma adequada (mediação, acompanhamento).
4. O Gabinete de Apoio Social e Familiar (GASF) contribui para a resolução positiva de conflitos.
5. O Gabinete de Intervenção Disciplinar (GID) contribui para a resolução positiva de conflitos.
6. Existem iniciativas de promoção de bem-estar (saúde mental, alimentação saudável, segurança digital).
7. A escola valoriza e reconhece o esforço e as boas práticas dos alunos.

Relação Escola–Família–Comunidade

1. A comunicação da escola com as famílias é clara, regular e atempada.
2. Sinto-me acolhido(a) e com oportunidade de participar nas atividades da escola.
3. A escola mantém parcerias com entidades da comunidade em benefício dos alunos.
4. A escola informa-me regularmente sobre o progresso escolar do meu educando.
5. Sinto confiança na Direção e nos professores da escola.

Gestão e Organização Interna

1. Os procedimentos (matrículas, justificações, pedidos) são simples e de fácil acesso.
2. As plataformas digitais e informação disponibilizada são úteis e fáceis de utilizar.
3. Existe resposta célere da escola a solicitações das famílias.
4. Reconheço o empenho da escola em melhorar continuamente a qualidade do ensino.

7. Bibliografia/Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2009). *Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares*. Revista Lusófona de Educação, 13, 13–29. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545/447>
- Alaíz, V., Góis, E., & Gonçalves, C. (2003). *Autoavaliação de escolas – Pensar e praticar*. Edições ASA.
- Azevedo, J. (2005). *Avaliação das escolas: Fundamental modelos e operacionalizar processos*. Conselho Nacional de Educação.
- Azevedo, J. (2006). *A avaliação das escolas: Política e regulação*. Educa.
- Azevedo, J. M., et al. (2006). *Relatório final da actividade do grupo de trabalho para a avaliação das escolas*. Ministério da Educação.
- Ball, S. J. (1997). *Education reform: A critical and post-structural approach* (2.^a ed.). Oxford Open University Press.
- Ball, S. J. (2002). *Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade*. Revista Portuguesa de Educação, 15(2), 3–23.
- Barroso, J. (1996). *O estatuto da escola* (Org.). Porto Editora.
- Barroso, J. (2006). *A autonomia das escolas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as escolas: Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*. Edições ASA.
- Cabral, I. (2014). *Gramática escolar e (in)sucesso*. Universidade Católica Portuguesa.
- Carvalho, M. J., & Ferreira, A. C. (2020). *As equipas de autoavaliação: As representações dos atores educativos*. Revista Brasileira de Educação, 25, e250028. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250028>
- Carvalho, M. J., & Folgado, C. (2017). *A autoavaliação na construção da escola democrática*. Revista Lusófona de Educação, 35, 83–99. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle35>
- Casarin, H. C. S., & Casarin, S. J. (2012). *Pesquisa científica: Da teoria à prática*. Intersaberes.
- Conselho Nacional de Educação. (2007). *Seminário avaliação das escolas: Modelos e processos*. Autor.

- Conselho Nacional de Educação. (2010). *Parecer n.º 3/2010, de 9 de junho: Parecer sobre avaliação externa de escolas (2007–2009)*. Diário da República, II Série, n.º 111.
- Costa, J. A. (2007). *Avaliação, ritualização e melhoria das escolas: À procura da roupa do rei*. In Conselho Nacional de Educação (Org.), *Avaliação de escolas – Modelos e processos* (pp. 229–236). Autor.
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). *O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 15(1), 221–243.
- Portugal. (2008). *Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril*. Diário da República, 1.ª série, n.º 79.
- Dias Sobrinho, J. (1995). *Avaliação institucional: A experiência da Unicamp*. Pró-Posições 6(1), 7–22.
- Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da educação superior*. Vozes.
- Dooley, L. M. (2002). *Case study research and theory building*. Advances in Developing Human Resources, 4(3), 335–354.
- Fernandes, D. (2007). *A avaliação das aprendizagens no sistema educativo português*. Educação e Pesquisa, 33(3), 15–30.
- Fernandes, M. E. A. (2007). *Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: Base teórica e construção do projeto*. Demócrito Rocha.
- Ferreira, J. M. C., Neves, J., & Caetano, A. (2001). *Manual de psicossociologia das organizações*. McGraw-Hill.
- Fialho, I. (2009). *A qualidade de ensino e a avaliação das escolas em Portugal: Contributos para a sua história recente*. Educação: Temas e Problemas, 7(4), 99–116.
- Figari, G. (2008). *A avaliação de escola: Questões, tendências e modelos*. In M. Alves & E. Machado (Orgs.), *Avaliação com sentido(s): Contributos e questionamentos* (pp. 41–72). De Facto Editores.
- Figueiredo, C., Leite, C., & Fernandes, P. (2018). *Uma tipologia para a compreensão da avaliação de escolas*. Revista Brasileira de Educação, 23, 1–15. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103545>
- Figueiredo, I. (2023). *Autoavaliação de escolas: O quê? Como? Com quem? E depois?* <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103545>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.ª ed.). Atlas.
- Gillham, B. (2000). *Case study research methods*. Continuum.

- Guerra, M. (2002). *Como num espelho – Avaliação qualitativa das escolas*. In J. Azevedo (Org.), *Avaliação das escolas: Consensos e divergências* (pp. 11–31). Edições ASA.
- Guerra, M. (2003). *Tornar visível o quotidiano: Teoria e prática de avaliação qualitativa das escolas*. Edições ASA.
- Hill, M., & Hill, B. (1998). *Investigação empírica em ciências sociais: Um guia introdutório*. Dinâmia.
- IGE. (2007). *Aferição da Efectividade da Autoavaliação – Relatório Nacional 2004–2007*. Lisboa: Inspeção-Geral da Educação. Disponível em http://www.ige.min-edu.pt/upload/GTAA/Afericao_Efectividade_Auto_Avaliacao.pdf
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência. (2016–2017). *Quadro de referência para a avaliação externa das escolas*. [https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2016-2017/AEE_16_17_\(1\)_Quadro_de_Referencia.pdf](https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2016-2017/AEE_16_17_(1)_Quadro_de_Referencia.pdf)
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência. (2022). *Relatório da avaliação externa das escolas: Agrupamento de Escolas D. Pedro IV*. Autor.
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência. (s.d.-a). *Avaliação externa das escolas – Ciclos de avaliação*. https://www.igec.mec.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00&auxID=
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência. (s.d.-b). *Terceiro ciclo da avaliação externa das escolas*. https://www.igec.mec.pt/upload/AEE3_2018/AEE_3_Amb_princ_objetivos.pdf
- Inspeção-Geral da Educação. (2008). *Relatório da avaliação externa das escolas: Agrupamento de Escolas Maria Pais Ribeiro “A Ribeirinha”*. Autor.
- Inspeção-Geral da Educação. (2009). *Relatório da avaliação externa das escolas: Agrupamento de Escolas de Mindelo*. Autor.
- Portugal. (2002). *Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro*. Diário da República, I Série-A, n.º 294.
- Portugal. (2008). *Lei n.º 75/2008, de 22 de abril*. Diário da República, 1.ª série, n.º 79.
- Leite, C., Rodrigues, L., & Fernandes, P. (2006). *A autoavaliação das escolas e a melhoria da qualidade – Um olhar reflexivo a partir de uma situação*. *Revista de Estudos Curriculares*, 4(1), 21–45.

- Libório, H. (2004). *A avaliação das escolas: Desenvolvimento organizacional e ritualização* [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro].
- Lima, C. (2011). *Perspetivas de análise organizacional das escolas*. Porto Editora.
- Lima, J. (2008). *Em busca da boa escola: Instituições eficazes e sucesso educativo*. Fundação Manuel Leão.
- Lima, L. C. (1998). *A escola como organização e a participação na organização escolar*. Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2008). A "escola" como categoria na pesquisa em educação. *Educação Unisinos*, 12(2), 325–340.
- Lima, L. C. (2012). *Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar*. In F. O. C. Werle (Org.), *Avaliação em larga escala: Questões polémicas* (pp. 15–38). Liber Livro.
- MacBeath, J. (2004). *Putting the self back into self-evaluation*. *Improving Schools*, 7(1), 87–91.
- MacBeath, J., Meuret, D., Schratz, M., & Jakobsen, L. B. (2005). *A história de Serena: Viajando rumo a uma escola melhor*. Edições ASA.
- Machado, J., & Estêvão, C. V. (2001). *Escola, autonomia e avaliação interna*. In J. Machado (Coord.), *Formação e avaliação institucional* (p. 37). Centro de Formação de Associação de Escolas Braga-Sul.
- Marchesi, Á. (2002). Mudança educativa e avaliação das escolas. In J. Azevedo (Org.), *Avaliação das escolas: Consensos e divergências* (pp. 33–49). Edições ASA.
- Nevo, D. (2006). Evaluation in education. In I. Shaw, J. Greene, & M. Mark (Eds.), *The Sage handbook of evaluation* (pp. 441–460). Sage.
- OCDE. (1992). *As escolas e a qualidade*. Edições ASA.
- OpenAI. (2025). *ChatGPT (GPT-5)* [Modelo de linguagem de grande escala]. OpenAI. <https://chat.openai.com/>
- Pacheco, J. A. (2010). *Avaliação externa das escolas: Teorias e modelos*. Universidade do Minho.
- Pacheco, J. A. (Org.). (2014). *Avaliação externa das escolas: Quadro teórico/conceptual*. Porto Editora.

- Pinho, P. (2011). *Reflexos da avaliação externa na organização escolar: Um estudo num Agrupamento de escolas do Baixo Alentejo* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta].
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (2.ª ed.). Gradiva.
- Rodrigues, E., Queirós, H., Sousa, J., & Costa, N. (2014). *Avaliação externa de escolas: Do referencial aos estudos empíricos*. In J. A. Pacheco (Org.), *Avaliação externa de escolas: Quadro teórico/conceitual* (pp. 90–118). Porto Editora.
- Santos Guerra, M. (2000). *A escola que aprende*. Edições ASA.
- Saragoça, J., Fialho, I., Silva, C., & Fialho, J. (2012). *Avaliação da qualidade das escolas alentejanas: O desafio da autoavaliação*. In M. F. Patrício et al. (Orgs.), *Da exclusão à excelência: Caminhos organizacionais para a qualidade da educação* (pp. 205–214). Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). *Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, 1(1).
- Stake, R. E. (1998). *Investigación con estudio de casos* (3.ª ed.). Ediciones Morata.
- Ventura, J. A. (2006). *Avaliação e inspeção das escolas: Estudo de impacte do Programa de Avaliação Integrada* [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro].

8. APÊNDICES

Apêndice A

Questionário Docentes Autoavaliação do Agrupamento

No âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Porto, foi formulado o seguinte questionário, o qual se insere no Projeto de Investigação para a obtenção do grau de mestre.

O presente questionário está relacionado com a implementação do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

Os dados recolhidos serão utilizados para fins científicos, pelo que o anonimato e confidencialidade estarão garantidos.

A duração do preenchimento é aproximadamente 5 minutos.

Sabendo que a **Autoavaliação** de escolas é um processo que deve ter as seguintes características principais:

Participativa: envolve docentes, alunos, pessoal não docente, famílias e outros parceiros;

Contextualizada: considera a realidade específica da escola;

Reflexiva: promove o pensamento crítico sobre as práticas e resultados;

Formativa: orienta a melhoria contínua;

Cíclica: é um processo contínuo, que se renova periodicamente;

Responda às questões seguintes sobre a sua escola, tendo por base se estas características se aplicam ou não.

Grato pela colaboração e pelo tempo despendido no seu preenchimento!

1. Caracterização socioprofissional

1.1. Género

Masculino

Feminino

Não responder

1.2. Idade

< 25 anos

25 – 45 anos

> 55 anos

46 – 55 anos

1.3. Habilitações literárias

Bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

Outra

1.4. Tempo de Serviço (em 31/08/2024)

< 5 anos
21 anos 30 anos

5 anos a 10 anos
> 30 anos

11 anos a 20 anos

1.5. Tempo de serviço no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV (em 31/08/2024)

< 1 anos
11 a 20 anos

< 5 anos
21 a 29 anos

< 10 anos
> 30 anos

1.6. Situação profissional

Professor Contratado
Professor Quadro de Zona Pedagógica
Professor do Quadro de Agrupamento

1.7. Nível de escolaridade que leciona

Educação Pré-Escolar
1º Ciclo de Escolaridade
2º Ciclo de Escolaridade
3º Ciclo de Escolaridade

1.8. Estabelecimento de ensino que leciona

Escola Básica do 1.º Ciclo / Pré-Escolar
Escola Básica D. Pedro IV
Escola Básica Maria Pais Ribeiro "A Ribeirinha"

1.9. Desempenha cargo(s) na escola

Sim
Não

Avançar para a pergunta 11

Cargo desempenhado

1.9.1. Qual a estrutura educativa?

Coordenador de Departamento
Coordenador de Estabelecimento
Subcoordenador de Disciplina
Subcoordenador de Ano
Diretor de Turma
Outro

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

2. Conhecimento do Processo de Autoavaliação do Agrupamento

Compreender em que medida os docentes conhecem os objetivos e funcionamento da Autoavaliação no Agrupamento.

2.1. Avalie o seu conhecimento relativo ao processo de Autoavaliação do Agrupamento.

	SIM	NÃO
Tem conhecimento da existência de uma Equipa de Autoavaliação no Agrupamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhece a constituição da Equipa de Autoavaliação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem conhecimento da existência de um Relatório Final de Autoavaliação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhece os parâmetros e indicadores utilizados na Autoavaliação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sabe identificar as medidas propostas no último Relatório de Autoavaliação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhece o Plano de Melhoria do Agrupamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Envolvimento e Participação

Aferir o grau de envolvimento e participação dos docentes no processo de Autoavaliação do Agrupamento

3.1. Reflita sobre a participação do seu Departamento no processo de Autoavaliação do Agrupamento

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei Não tenho conhecimento
O meu Departamento Curricular analisa o Relatório de Autoavaliação.					
O meu Departamento discute regularmente assuntos relacionados com a Autoavaliação.					
O meu Departamento tem por hábito emitir sugestões relativas ao processo.					
A articulação do meu Departamento com a Equipa com a Equipa Autoavaliação é positiva.					
As sugestões do meu Departamento são consideradas pela Equipa de Autoavaliação.					

4. Impacto e Resultados

Avaliar a perceção dos docentes quanto ao impacto do processo de Autoavaliação no Agrupamento

4.1. Qual o impacto do processo de Autoavaliação do Agrupamento?

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei Não tenho conhecimento
Houve alterações na vida da escola resultantes da Autoavaliação.					
A Autoavaliação do Agrupamento levou a melhorias nos serviços da escola.					
Contribui para identificar pontos fortes e fracos.					
É um instrumento de melhoria sustentada da escola.					
Contribuiu para a melhoria dos resultados dos alunos.					
Influencia a construção de objetivos no Projeto Educativo.					

5. Finalidades da Autoavaliação

Avaliar a perceção dos docentes quanto à utilidade do processo de Autoavaliação

5.1. A Autoavaliação é:	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei Não tenho conhecimento
Um instrumento de prestação de contas					
Uma resposta à avaliação externa da IGEC					
Uma obrigação legal					
Um processo de melhoria					
Um exercício coletivo e reflexivo					

5.2. Autoavaliação do Agrupamento permite:	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei Não tenho conhecimento
Determinar o grau de Concretização do Projeto Educativo					
Aferir a execução do Plano Plurianual de Atividades.					
Indicar os pontos a ter em consideração na elaboração Plano de Melhoria					
Influenciar as estratégias pedagógicas					
Avaliar ambientes de aprendizagem					
Avaliar a gestão do Agrupamento					
Avaliar práticas colaborativas na comunidade educativa					

6. Fatores que afetam a Autoavaliação do Agrupamento

Identificar os fatores que, na perspetiva dos docentes, contribuem para facilitar o processo de Autoavaliação do Agrupamento.

6.1. Fatores que influenciam a Autoavaliação do Agrupamento	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei Não tenho conhecimento
O excesso de tarefas burocráticas dificulta o envolvimento					
A falta de tempo dificulta o processo					
Os docentes mostram abertura à mudança					
A articulação de procedimentos e instrumentos facilita o processo					
A política educativa favorece a Autoavaliação					
A avaliação externa tem impacto no processo interno					

7. Participação na Autoavaliação do Agrupamento

Perceber quais os intervenientes que os docentes consideram importantes no processo de Autoavaliação do Agrupamento

7.1. Quem deve contribuir para a Autoavaliação do Agrupamento?

Direção	
Professores	
Alunos	
Assistentes Técnicos	
Assistentes Operacionais	
Encarregados de Educação	
Autarquia	
Não sei	

Apêndice B

Questionário Alunos Autoavaliação do Agrupamento

No âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Porto, foi formulado o seguinte questionário, o qual se insere no Projeto de Investigação para a obtenção do grau de mestre.

O presente questionário está relacionado com a implementação do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

Os dados recolhidos serão utilizados para fins científicos, pelo que o anonimato e confidencialidade estarão garantidos.

A duração do preenchimento é aproximadamente 2 minutos.

Sabendo que a **Autoavaliação** de escolas é um processo que deve ter as seguintes características principais:

Participativa: envolve docentes, alunos, pessoal não docente, famílias e outros parceiros;

Contextualizada: considera a realidade específica da escola;

Reflexiva: promove o pensamento crítico sobre as práticas e resultados;

Formativa: orienta a melhoria contínua;

Cíclica: é um processo contínuo, que se renova periodicamente;

Responda às questões seguintes sobre a sua escola, tendo por base se estas características se aplicam ou não.

Grato pela colaboração e pelo tempo despendido no seu preenchimento!

1. Indica o teu ciclo de escolaridade

1.º ciclo

2.º ciclo

2. Identifica o teu estabelecimento de ensino

Escola Básica do 1.º Ciclo

Escola Básica D. Pedro IV

Escola Básica Maria Pais Ribeiro "A Ribeirinha"

3. Tens conhecimento do processo de Autoavaliação do Agrupamento?

Sim
Não
Não tenho a certeza

4. Sabes para que serve a Autoavaliação do Agrupamento?

Sim
Não
Não tenho a certeza

5. Já participaste em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?

Sim
Não
Não tenho a certeza

6. Quando dás a tua opinião, sentes que é tida em conta?

Sim
Não
Não tenho a certeza

7. Achas importante que os alunos participem na Autoavaliação do Agrupamento?

Sim
Não
Não tenho a certeza

8. Quem achas que deve participar na Autoavaliação do Agrupamento? (podes escolher mais do que uma opção)

Direção
Professores
Alunos
Encarregados de Educação
Assistentes Operacionais
Assistentes Técnicos
Não sei

Apêndice C

Questionário Assistentes Técnicas / Assistentes Operacionais Autoavaliação do Agrupamento

No âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Porto, foi formulado o seguinte questionário, o qual se insere no Projeto de Investigação para a obtenção do grau de mestre.

O presente questionário está relacionado com a implementação do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

Os dados recolhidos serão utilizados para fins científicos, pelo que o anonimato e confidencialidade estarão garantidos.

A duração do preenchimento é aproximadamente 2 minutos.

Sabendo que a **Autoavaliação** de escolas é um processo que deve ter as seguintes características principais:

Participativa: envolve docentes, alunos, pessoal não docente, famílias e outros parceiros;

Contextualizada: considera a realidade específica da escola;

Reflexiva: promove o pensamento crítico sobre as práticas e resultados;

Formativa: orienta a melhoria contínua;

Cíclica: é um processo contínuo, que se renova periodicamente;

Responda às questões seguintes sobre a sua escola, tendo por base se estas características se aplicam ou não.

Grato pela colaboração e pelo tempo despendido no seu preenchimento!

1. Há quantos anos trabalha neste Agrupamento?

Menos de 1 ano

1 a 5 anos

5 a 10 anos

10 a 19 anos

Mais de 20 anos

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

2. Tem conhecimento da Autoavaliação do Agrupamento?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não tenho a certeza	<input type="checkbox"/>

3. Sabe quais os objetivos da Autoavaliação do Agrupamento?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não tenho a certeza	<input type="checkbox"/>

4. Já participou em algum questionário, reunião ou conversa sobre a Autoavaliação do Agrupamento?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não tenho a certeza	<input type="checkbox"/>

5. Quando dá a tua opinião, sente que é tida em conta?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não tenho a certeza	<input type="checkbox"/>

6. Considera importante que os Assistente Técnicos participem na Autoavaliação do Agrupamento?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não tenho a certeza	<input type="checkbox"/>

7. Quem considera que deve participar na Autoavaliação do Agrupamento? (pode escolher mais do que uma)

Direção	<input type="checkbox"/>
Professores	<input type="checkbox"/>
Alunos	<input type="checkbox"/>
Assistentes Técnicos	<input type="checkbox"/>
Assistente Operacionais	<input type="checkbox"/>
Encarregados de Educação	<input type="checkbox"/>
Autarquia	<input type="checkbox"/>
Não sei	<input type="checkbox"/>

Apêndice D

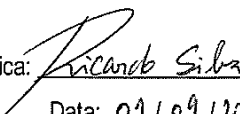
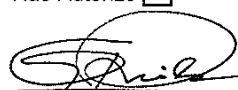
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO/CONSENTIMENTO

Eu, Ricardo Jorge Coelho dos Santos Silva, residente na Rua do Pinheiro, n.º 50, 4485-525 Mindelo, Cíla do Conde, portador do Cartão de Cidadão n.º 11297246 2 ZX7, aluno do 2.º ano de Mestrado em Administração das Organizações Educativas, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, com o projeto intitulado "O Contributo do processo de Autoavaliação no Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria na prestação do serviço educativo" venho, por este meio, requerer autorização/consentimento para a aplicação, em contexto escolar deste Agrupamento de Escolas, dos seguintes instrumentos de recolha de dados:

- Q1_Docentes;
- Q2_Assistentes Técnicos;
- Q3_Assistententes Operacionais;
- Q4_Alunos

Mais informo que:

- a informação recolhida nos questionários é de carácter anónimo;

O requerente	Parecer da Diretor/a
Rubrica:  Data: <u>01/09/2024</u>	Autorizo <input checked="" type="checkbox"/> Não Autorizo <input type="checkbox"/> Rubrica:  Data: <u>01/11/2024</u>

9. ANEXOS

ANEXO I

ESTRUTURAS DOS RELATÓRIOS 2020/2021 | 2021/2022 | 2022/2023

- ✓ **Relatório de execução do Projeto Educativo**
 - É realizada a apreciação/avaliação dos Objetivos Estratégicos e Metas.
- ✓ **Relatório de execução do Plano Anual de Atividades**
 - É efetuado um resumo das atividades realizadas e não realizadas
 - Um quadro dos Aspetos Positivos Desenvolvidos
 - Uma grelha com os constrangimentos sentidos nas atividades
- ✓ **Relatórios Periódicos de Avaliação da Educação pré-Escolar**
 - Introdução – descrição do público-alvo
 - 1. Resultado – referência às áreas desenvolvidas de acordo com as orientações para o Pré-escolar
 - Apoio Educativos – quantificação das crianças que beneficiam de apoios.
 - 2. Dificuldades e constrangimentos
 - 3. Estratégias de remediação/ melhoria
 - 4. Cumprimento das Planificações
 - 5. Reflexão Final – é identificada alguns pontos fortes e pontes fracas
- ✓ **Relatórios Periódicos de Avaliação do 1.º Ciclo**
 - 1. Avaliação dos alunos
 - Caraterização do público-alvo – (Total de alunos, Alunos com Ação Social A/B, Alunos com Medidas Seletivas/Adicionais, Alunos retidos no Ciclo, Alunos em situação de abandono)
 - Resultados
 - Caraterização da avaliação dos alunos por ano de escolaridade e por disciplina, com comparação aos anos anteriores, identificado a taxa de sucesso e insucesso
 - Sucesso Pleno/Qualidade de Sucesso
 - Insucesso
 - Planos de Acompanhamento e Medidas Universais

- Apreciação das turmas – Aproveitamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Comportamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Participação e Interesse (Insuficiente/Suficiente/Bom)
 - Faltas – Justificadas; Injustificadas
2. Reflexão sobre avaliação do Período
 - Fatores condicionantes do processo de ensino aprendizagem
 - Dificuldades de aprendizagem
 - Linhas orientadoras de intervenção
 3. Apoio Pedagógico
 - Coadjuvação
 - Apoio Individualizado
 - Grupos de Homogeneidade relativa
 - PLNM
 4. Atividades de Enriquecimento Curricular
 - Constrangimentos e Pontos Positivos
- ✓ **Relatórios Periódicos de Avaliação do 2.º e 3.º Ciclos**
- Este item é apresentado o Relatório da Análise Descritiva dos Resultados Escolares do 2.º e 3.º ciclos por cada período e por cada EB2/3. Posteriormente o mesmo relatório é elaborado para o Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.
1. Introdução
 2. Apreciação das turmas – Aproveitamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Comportamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Participação e Interesse (Insuficiente/Suficiente/Bom)
 3. Planos de Acompanhamento e Medidas Universais
 4. Fatores condicionantes do processo de ensino aprendizagem
 5. Dificuldades de aprendizagem
 6. Retenções
 7. Linhas orientadoras de intervenção
 8. Absentismo e Disciplina – Faltas injustificadas e Faltas disciplinares
 9. Abandono escolar
 10. Aproveitamento escolar – taxa de sucesso
 11. Conclusões

✓ **Resultados Escolares Finais do Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.**

Neste item, é apresentado o Relatório dos Resultados Escolares Finais do 1.º, 2.º e 3.º ciclos por, por ano, por ciclo, por EB2/3 e para o Agrupamento de Escolas D. Pedro IV.

1. Aproveitamento Escolar

Transitaram / Aprovados	Taxa de Sucesso (%)	Transitaram / Aprovados			Não Transitaram / Não Aprovados	Não Transitaram / Não Aprovados		
		Com negativa a Português e positiva a Matemática	Com negativa a Matemática e positiva a Português	Com negativa simultaneamente a Português e a Matemática		Com negativa a Português e positiva a Matemática	Com negativa a Matemática e positiva a Português	Com negativa simultaneamente a Português e a Matemática

Transitaram / Aprovados				Não Transitaram / Não Aprovados		
Sem negativas	Com 1 negativa	Com 2 negativas	Com mais de 2 negativas	Com 2 negativas	Com 3 negativas	Com mais de 3 negativas
	%					

Número de alunos só com níveis 4 e 5 ___ | ___ %

Número de alunos em situação de abandono escolar ___ | ___ %

2. Aproveitamento dos alunos com plano de acompanhamento de medidas universais

Número de alunos com PAMU ___ | ___ %

Transitaram / Aprovados	Taxa de Sucesso (%)	Transitaram / Aprovados	Taxa de Insucesso (%)

3. Aproveitamento dos alunos com subsídio de ação social escolar

Número de alunos com ASE (escalões A e B) ___ | ___ %

Transitaram / Aprovados	Taxa de Sucesso (%)	Transitaram / Aprovados	Taxa de Insucesso (%)

4. Aproveitamento dos alunos inscritos a Português Língua Não Materna ___ | ___ %

Número de alunos inscritos a Português Língua Não Materna ___ | ___ %

Transitaram / Aprovados	Taxa de Sucesso (%)	Transitaram /Aprovados	Taxa de Insucesso (%)

5. Aproveitamento dos alunos com currículo diferenciado ou com frequência por disciplinas

Número de alunos com estas medidas seletivas/adicionais ____ / %

Transitaram / Aprovados	Taxa de Sucesso (%)	Transitaram /Aprovados	Taxa de Insucesso (%)

✓ Síntese dos resultados Escolares Finais 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Ciclos de Ensino	2014/201	2015/20	2016/201	2017/201	2018/20	2019/20	2020/2
	5	16	7	8	19	20	021
1.º Ciclo							
2.º Ciclo							
3.º Ciclo							
1.º, 2.º, e 3.º ciclos							

- Número de alunos por ciclo de ensino.
- Taxa de sucesso escolar por anos de escolaridade.
- Taxa de sucesso escolar por ciclos de ensino.
- Taxa de abandono escolar por ciclo de ensino.
- Percentagem de alunos que progridem de ano escolar com níveis/classificações de 4/Bom e de 5/ Muito Bom por ciclos de ensino.
- Percentagem de alunos que progridem de ano sem níveis /classificações negativos(as) por ciclo de ensino em relação ao número de aluno transitados/aprovados.
- Percentagem de alunos que progridem de ano sem nível /classificação negativo(a) a Português por ciclo de ensino em relação ao número de aluno transitados/aprovados.

- Percentagem de alunos que progridem de ano sem nível /classificação negativo(a) a Matemática por ciclo de ensino em relação ao número de aluno transitados/aprovados.
- Percentagem de alunos que estiveram sujeitos a plano de acompanhamento pedagógico (PAP)/plano de acompanhamento de medidas universais (PAMU) de apoio à aprendizagem e à inclusão por ciclos de ensino.
- Taxa de sucesso dos planos de acompanhamento pedagógico (PAP)/plano de acompanhamento de medidas universais (PAMU) de apoio à aprendizagem e à inclusão por ciclos de ensino.
- Percentagem de alunos com subsídio de ação escolar por ciclos de ensino.
- Taxa de sucesso dos alunos com subsídio escolar por ciclos de ensino.
- Percentagem de alunos com currículo diferenciado ou por disciplinas por ciclos de ensino.
- Taxa de sucesso dos alunos com currículo diferenciado ou por disciplinas por ciclos de ensino.
- Percentagem de alunos que concluíram o seu ciclo de ensino no número de anos previstos.
- ✓ Relatório sobre a autoavaliação das estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica.
 - Introdução.
 - Conselhos de Turma.
 - Conselho de Diretores de Turma.
 - Conselho de docentes.
 - Departamentos Curriculares.
 - Conclusão.
- ✓ Relatório sobre o cumprimento das Planificações didáticas, sobre os parâmetros e instrumentos de avaliação aplicados pelos grupos disciplinares e sobre os seus resultados escolares.
 - Introdução.
 - Cumprimento das planificações didáticas.
 - Aplicação de parâmetros e instrumentos de avaliação.

- Resultados escolares – Taxas de sucesso no 2.º ciclo por cada área disciplinar e por cada ano de escolaridade. Taxas de sucesso no 3.º ciclo por cada área disciplinar e por cada ano de escolaridade.

ANEXO II

ESTRUTURAS DOS RELATÓRIOS 2023/2024 | 2024/2025

- ✓ Introdução.
- ✓ Apreciação Global das Turmas - Aproveitamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Comportamento (Insuficiente/Suficiente/Bom); Participação e Interesse (Insuficiente/Suficiente/Bom).

- ✓ Sucesso escolar

	1.º período	2.º período	3.º período	Meta 2025
1.º ciclo	%	%	%	%
2.º ciclo	%	%	%	%
3.º ciclo	%	%	%	%

- ✓ Classificação positiva a todas as disciplinas

	1.º período	2.º período	3.º período	Meta 2025
1.º ciclo	%	%	%	%
2.º ciclo	%	%	%	%
3.º ciclo	%	%	%	%

- ✓ Avaliação externa

	1.º período	2.º período	3.º período	Provas finais (1.ª fase)	Meta 2025
Português	%	%	%	%	%
Matemática	%	%	%	%	%

✓ Português Língua Não Materna

	N.º total	N.º de retidos / não aprovados	Taxa de transição	Meta 2025
1.º ciclo	---	---	%	%
2.º ciclo	---	---	%	%
3.º ciclo	---	---	%	%

✓ Percurso direto por ciclo

	Alunos	Taxa de sucesso	Meta 2025
1.º ciclo	---	%	%
2.º ciclo	---	%	%
3.º ciclo	---	%	%

✓ Apoios económicos

	Escalão A e B retidos	Total por ciclo	Taxa de sucesso	Meta 2025
1.º ciclo	---	---	%	%
2.º ciclo	---	---	%	%
3.º ciclo	---	---	%	%

✓ Absentismo e Disciplina

	FI	FJ	FD
PRÉ-ESCOLAR	---	---	---
1º CICLO	---	---	---
2º CICLO	---	---	---
3º CICLO	---	---	---

FI - faltas injustificadas

FJ - Faltas justificadas

FD - faltas disciplinares

✓ Faltas disciplinares totais

	1.º período	2.º período	3.º período	Meta 2025
1.º ciclo	%	%	%	%
2.º ciclo	%	%	%	%
3.º ciclo	%	%	%	%

✓ Abandono Escolar

Ciclo de ensino	Situações de Abandono	Taxa das Situações de Abandono	Meta 2025
1º	---	%	%
2º	---	%	%
3º	---	%	%

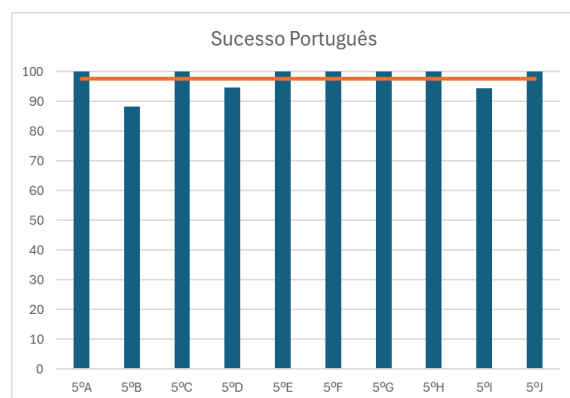
✓ Aproveitamento Escolar

Ano Letivo	1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo		Agrupamento	
	Nº Alunos com Medidas Seletivas	Nº Alunos com Medidas Adicionais	Nº Alunos com Medidas Seletivas	Nº Alunos com Medidas Adicionais	Nº Alunos com Medidas Seletivas	Nº Alunos com Medidas Adicionais	Nº Alunos com Medidas Seletivas	Nº Alunos com Medidas Adicionais
2022/2023	---	---	---	---	---	---	---	---
2023/2024	---	---	---	---	---	---	---	---
2024/2025	---	---	---	---	---	---	---	---

MS e MA Retidos Sucesso Metas 2025

1.º ciclo	---	---	%	%
2.º ciclo	---	---	%	%
3.º ciclo	---	---	%	%

✓ Sucesso Escolar por ano e disciplina



ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO

Administração das Organizações Educativas

O contributo do processo de Autoavaliação no
Agrupamento de Escolas D. Pedro IV para a melhoria
na prestação do serviço educativo
Ricardo Jorge Coelho dos Santos Silva

